



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E  
TERRITÓRIO**

**MARIANA RIBEIRO DE MATOS**

**POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E POVOS TRADICIONAIS NA  
AMAZÔNIA: UM ESTUDO SOBRE A COMUNIDADE REMANESCENTE DE  
QUILOMBO GROTÃO QUANTO AOS IMPACTOS DA CHEGADA DO EUCALIPTO**

**ARAGUAÍNA-TO  
2018**

MARIANA RIBEIRO DE MATOS

**POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E POVOS TRADICIONAIS NA  
AMAZÔNIA: UM ESTUDO SOBRE A COMUNIDADE REMANESCENTE DE  
QUILOMBO GROTÃO QUANTO AOS IMPACTOS DA CHEGADA DO EUCALIPTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território- (PPGCult) da Universidade Federal do Tocantins como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos de Cultura e Território.

Orientador: Prof. Dr. Elias da Silva

ARAGUAÍNA-TO  
2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

M433p Matos, Mariana Ribeiro de .

Políticas de desenvolvimento e povos tradicionais na Amazônia: : um estudo sobre a comunidade remanescente de quilombo Grotão quanto aos impactos da chegada do eucalipto . / Mariana Ribeiro de Matos. – Araguaína, TO, 2018.

141 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2018.

Orientador: E Silva

1. Comunidade Grotão. 2. Modernização. 3. Territorialidade. 4. Eucalipto. I. Título

**CDD 306**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

MARIANA RIBEIRO DE MATOS

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E POVOS TRADICIONAIS NA  
AMAZÔNIA: UM ESTUDO SOBRE A COMUNIDADE REMANESCENTE DE  
QUILOMBO GROTÃO QUANTO AOS IMPACTOS DA CHEGADA DO EUCALIPTO

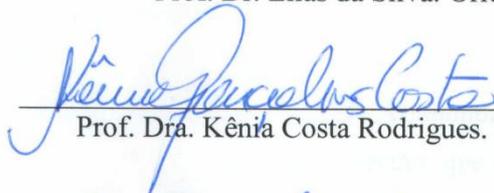
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) da Universidade Federal do Tocantins. Foi avaliada para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Cultura e Território e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação 26/09/2018

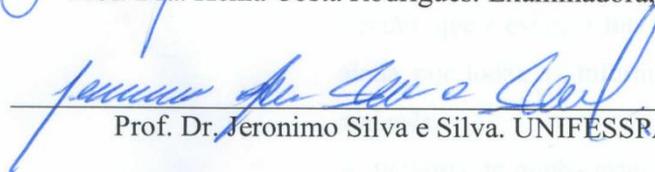
Banca examinadora:



Prof. Dr. Elias da Silva. Orientador, UFT



Prof. Dra. Kênia Costa Rodrigues. Examinadora, UFT



Prof. Dr. Jeronimo Silva e Silva. UNIFESSRA

À comunidade remanescente de quilombo Grotão, que r-existe e luta por seu território e ainda por todas as informações, confiança e amizade.

À memória de minha mãe, Ana Maria Ribeiro Matos (1957 – 2014).

## AGRADECIMENTOS

Tenho um agradecimento especial ao meu esposo Plábio. Companheiro de muitas caminhadas, que me desafia diariamente a buscar novos horizontes e que me acompanhou em quase todas as viagens para a realização deste trabalho, obrigada por todos os aspectos de nossa intensa convivência.

Ao professor Elias da Silva, orientador desta dissertação, que me recebeu no último semestre do mestrado, obrigada pela sabedoria e cuidado a mim dispensados.

Agradeço ao corpo docente do PPGCult, pelos conhecimentos transmitidos durante a execução do mestrado, conhecimentos que foram responsáveis por desenvolver em mim uma capacidade de enxergar o mundo com um olhar mais atento às questões do ser humano.

Agradeço à UFT, especialmente aos colegas da Coordenação Administrativa do Campus de Araguaína, que absorveram minha carga de trabalho nos meses em que estive afastada para concluir a dissertação.

Agradeço ainda à minha irmã e ao meu pai, que estiveram comigo durante toda a minha trajetória. Incentivadores primeiros dos meus estudos, apoiadores em todos os momentos, me oferecendo suporte para finalizar mais essa etapa de minha vida.

Agradeço à Maria Aparecida Gomes Rodrigues por ter me recebido de braços abertos e por ter tido a paciência e disposição de me apresentar à comunidade Grotão e de ceder as informações necessárias à realização desse trabalho.

Agradeço a todos os colegas de curso que foram companheiros em sala de aula e também no WhatsApp, quando nos separamos para cumprirmos nossas tarefas.

Agradecimento especial à sempre presente amiga Andreia, que dividiu comigo as alegrias e angústias em vários momentos e de várias formas, principalmente com incentivo, carinho e atenção.

## TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA

Gostaria de ressaltar o prazer que tive em conhecer a comunidade remanescente de quilombo Grotão, que possui uma história tão parecida com outras comunidades da região amazônica, mas que possui também uma história única de luta e resistência. Por história única, digo que suas angústias, alegrias e vida, são exclusivas àqueles que compõem a comunidade. Agradeço a simplicidade e interesse mostrados pela comunidade em acolher uma estudante iniciante no ramo das ciências humanas, que, desde o princípio da pesquisa, tem lembrado de suas raízes, a partir do contato com a comunidade.

São lembranças de raízes de um passado às vezes esquecido pela correria do dia a dia, mas do qual muito me orgulho. Orgulho que vêm de uma avó negra, mãe solteira, quebradeira de coco no Maranhão, que, em determinado momento de sua vida, foi obrigada a “dar” a filha de cinco anos de idade para conhecidos criarem por não ter condição de educá-la, e, por esse motivo, foi privada do contato da filha por muitos e muitos anos. Orgulho da mãe negra que, uma vez adotada para ser filha, tornou-se a empregada doméstica e babá das crianças do casal, e que, quando teve seus filhos, lutou com bravura para que os mesmos tivessem o carinho de uma família, melhores condições de vida e acesso à educação, apesar de todas as adversidades enfrentadas pelo caminho.

Quando me refiro à “iniciação” nas Ciências Humanas, gostaria de salientar que a minha formação acadêmica e profissional anterior à chegada no PPGCult, pouco me auxiliavam a enxergar e pensar a complexidade envolvida em situações como as enfrentadas pela comunidade do Grotão. Me sentia tocada quando via situações semelhantes no noticiário, mas, confesso, não possuía o conhecimento necessário para compreender a complexidade dos acontecimentos a partir da perspectiva da comunidade, uma vez que meu olhar estava enviesado pelo pensamento desenvolvimentista que conheci durante a graduação em Ciências Econômicas e posterior atuação em uma instituição bancária privada.

Assim, o ingresso em um programa interdisciplinar, me propiciou um alargamento de entendimento, permitiu interpretar por um outro ângulo, sob o ponto de vista do ser humano e não mais do simples cálculo de crescimento de produto interno bruto ou de outros índices. Nesse sentido, as disciplinas cursadas durante o primeiro ano do curso (Cultura, território e interdisciplinaridade; Metodologia da pesquisa em Cultura e Território e Estado de Direito,

Política e Espaço Público e Semiótica), em muito contribuíram para esse avanço intelectual. Confesso que as dificuldades se apresentaram em vários momentos e tornaram-se desafiadoras.

Aproveito ainda para expressar meus agradecimentos ao corpo docente do PPGCult, pelos conhecimentos que adquiri durante todo o mestrado, em especial ao professor Elias da Silva que, devido à saída do meu antigo orientador do programa, me aceitou como sua orientanda no quarto e último semestre do mestrado.

“A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente”.

Tierno Bokar

## RESUMO

A comunidade quilombola remanescente Grotão está localizada na zona rural do município de Filadélfia, estado do Tocantins. Assim como outras comunidades quilombolas, tem sua herança cultural transmitida de geração para geração, por meio da transmissão de saberes, práticas e valores. Ela está territorializada em um processo histórico de resistência com uma diversidade cultural única. A pesquisa foi realizada mediante trabalho de campo que incluiu a participação da pesquisadora em reuniões e a produção de entrevistas com moradores e lideranças da comunidade. As informações obtidas nas entrevistas foram utilizadas como evidências para traçar a perspectiva da comunidade Remanescente de Quilombo do Grotão acerca das pressões sofridas em relação ao seu território, cotidiano e dos impactos do cultivo do eucalipto. O trabalho evidencia a necessidade de entender os povos tradicionais a partir de sua formação histórica e sua territorialidade para, a partir dessa perspectiva, buscar alternativas de desenvolvimento que respeitem suas particularidades. Destaca ainda que a chegada da modernização para os povos tradicionais, veio acompanhada de perdas na territorialidade, resultado da violência empreendida contra eles. São descritas diversas situações de conflito e a luta pelo território que ocorreram na comunidade desde a década de 1970, estas situações envolvem constrangimentos e ameaças realizadas com o apoio de pistoleiros. A formação socioterritorial da comunidade Grotão é apresentada, bem como a importância desta na transmissão de saberes entre as gerações e o registro da produção do território pela oralidade. Além disso, o trabalho mostra a conexão da comunidade com o território por meio do cerrado, dos brejos e rios e retrata como a ocupação do território, mediante o profundo conhecimento deste, permitiu a reprodução da vida. Por fim, a preocupação com a manutenção da vida é apresentada a partir da exposição dos impactos sofridos pela comunidade Grotão após a chegada do eucalipto, nesta que entendemos ser a fase mais recente do processo de modernização da Amazônia.

**Palavras-Chave:** Comunidade Grotão. Modernização. Territorialidade. Eucalipto.

## **ABSTRACT**

The remaining quilombola community Grotão is located in the rural area of the municipality of Philadelphia, state of Tocantins. Like other quilombola communities, it has its cultural heritage transmitted from generation to generation, through the transmission of knowledge, practices and values. It is territorialized in a historical process of resistance with a unique cultural diversity. The research was done through fieldwork that included the participation of the researcher in meetings, the production of interviews with residents and community leaders. The information obtained in the interviews was used as evidence to trace the perspective of the Quilombo do Grotão Remnant community about the pressures suffered in relation to their daily territory and the impacts of eucalyptus cultivation. The work evidences the need to understand the traditional peoples from their historical formation and their territoriality from that perspective, to look for development alternatives that respect their particularities. It also emphasizes that the arrival of modernization for the traditional peoples, was accompanied by losses in the territoriality, result of the violence undertaken against them. Several situations of conflict and the struggle for territory that have occurred in the community since the 1970s are described, these situations involve constraints and threats carried out with the support of gunmen. The socio-territorial formation of the Grotão community is presented as well as the importance of this in the transmission of knowledge between the generations and the record of the production of the territory by orality. In addition, it shows the connection of the community with the territory through the cerrado, the marshes and rivers and portrays how the occupation of the territory, through the deep knowledge of this, allowed the reproduction of life. Finally, the concern with the maintenance of life is presented from the exposure of the impacts suffered by the Grotão community after the arrival of eucalyptus, in what we consider to be the most recent phase of the modernization process of the Amazon.

**Keywords:** Community Grotão. Modernization. Territoriality. Eucalyptus.x

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Amazônia Legal e Amazônia Internacional.....	22
Figura 2 - Distribuição espacial das áreas de plantio de eucalipto no Tocantins em 2016 .....	47
Figura 3 - Área Plantada de eucalipto no estado do Tocantins.....	51
Figura 4 - Áreas de maior aptidão à silvicultura no Tocantins.....	53
Figura 5 - Áreas especiais no estado do Tocantins.....	57
Figura 6 – Mapa das Comunidades Quilombolas do Tocantins .....	68
Figura 7 – Mapa da comunidade do Grotão no município de Filadélfia e no Tocantins .....	77
Figura 8 - Imagem do território da Comunidade Quilombola do Grotão.....	79
Figura 9 - Rio João Aires.....	80
Figura 10 - Atual ocupação, localidades e caminhos .....	81
Figura 11 - Banho no rio João Aires .....	98
Figura 12 - Banho de rio de jovens da comunidade .....	98
Figura 13 – Área de cerrado .....	99
Figura 14 - Abertura de área para plantio.....	101
Figura 15 - Área com plantio recente de mandioca.....	101
Figura 16 - Plantio conjunto de mandioca e abóbora .....	102
Figura 17 - Plantio conjunto de mandioca e melancia .....	103
Figura 18 – Rede de palha .....	106
Figura 19 – Cirilo fazendo cofo e tapiti.....	106
Figura 20 - Mandioca para fazer farinha e forno.....	108
Figura 21 - Produção da farinha – secagem e cozimento no forno de barro .....	109
Figura 22 - Produção da farinha etapa final e farinha pronta .....	109
Figura 23 - Fotos da bandeira do Espírito Santo e de instrumento utilizado na folia de reis .	112
Figura 24 – Processo de construção de uma casa (estrutura e depois de pronta).....	113
Figura 25 – Casa da líder da comunidade.....	114
Figura 26 - Igreja Evangélica da Comunidade .....	114
Figura 27 - Escola da Comunidade.....	115
Figura 28 – Linha do tempo da Comunidade Grotão 2008-2014.....	120
Figura 29 - Linha do tempo da comunidade Grotão 2015-2016 .....	121

Figura 30 - Área de plantio do eucalipto nas proximidades da comunidade do Grotão..... 123

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Área licenciada versus área plantada no estado do Tocantins – 2016.....	50
Tabela 2 - Comunidades quilombolas do Tocantins e situação no INCRA .....	73

## LISTA DE SIGLAS

APA	Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins
BASA -	Banco da Amazônia
COEQTO	Coordenação estadual das comunidades quilombolas do estado do Tocantins.
CRQ	Certidão de Remanescente de Quilombo
FCP	Fundação Cultural Palmares
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEAGRO	Secretaria de Agricultura e Pecuária do Tocantins
SEMADES	Secretaria do Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável do Tocantins
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 CONFLITOS TERRITORIAIS NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO DA AMAZÔNIA .....</b>	<b>22</b>
<b>2.1 Processo histórico de ocupação e uso das terras da Amazônia .....</b>	<b>23</b>
<b>2.2 Concentração e conflitos de terras, frutos da modernização no período da ditadura militar .....</b>	<b>31</b>
<b>2.3 Modernização: atuação do Estado na distribuição de terras e conflitos sociais.....</b>	<b>34</b>
<b>3 POLÍTICAS PÚBLICAS E O EUCALIPTO NO ESTADO DO TOCANTINS .....</b>	<b>45</b>
<b>3.1 A chegada do eucalipto, oscilações do mercado e área plantada .....</b>	<b>45</b>
<b>3.2 Eucalipto, políticas públicas e comunidades quilombolas no Tocantins .....</b>	<b>54</b>
<b>4 A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO GROTÃO: DILEMAS E PERCEPÇÕES NA PERSPECTIVA DA LUTA PELO TERRITÓRIO .....</b>	<b>59</b>
<b>4.1 Populações tradicionais na modernização da Amazônia .....</b>	<b>59</b>
<b>4.2 Comunidades remanescente de quilombo Grotão no contexto tocantinense .....</b>	<b>65</b>
<b>4.3 Formação socioterritorial da Comunidade Remanescente de Quilombo Grotão .....</b>	<b>76</b>
<b>4.3.1. Comunidade quilombola Grotão, do conflito à perspectiva da efetivação do território .....</b>	<b>82</b>
<b>4.4 “Nós queremos o cerrado, nós queremos o nosso território” .....</b>	<b>118</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>127</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>131</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A comunidade quilombola remanescente Grotão está localizada na zona rural do município de Filadélfia, estado do Tocantins. Assim como outras comunidades quilombolas, tem sua herança cultural transmitida de geração para geração, por meio da transmissão de saberes, práticas e valores. Está territorializada em um processo histórico de resistência que confere a ela uma diversidade cultural única. As comunidades tradicionais possuem uma relação com o território totalmente diferente daquela que o empresário agrícola. O território quilombola compreende um espaço de vivido, com significações que permitem a manutenção do seu modo de viver, das relações de parentesco e do passado em comum de resistência, que moldaram o espaço, transformando-o em um lugar (TUAN, 2013).

Para entender a relevância de se estudar a relação quilombola com seu território, é importante evocar o processo de colonização adotado pela Coroa Portuguesa na América. A escravidão dos negros oriundos da África foi o modo adotado pela Coroa Portuguesa para realizar o processo de troca da mão de obra escrava indígena por outra forma de mão de obra. Calcula-se que, mesmo após a proibição do tráfico (que aconteceu em 1850), tenham sido traficados ainda entre três a seis milhões de negros africanos, resultando na maior sociedade escravista do mundo (FIABANI, 2015, p. 12).

No Brasil, o sistema escravista atingiu todas as regiões do país, “Marcando a existência de um modo de produção específico, no caso particular, o escravismo moderno” (MOURA, 1993, p. 5). Não há números exatos/oficiais que determinem a quantidade de negros que foram trazidos ao Brasil no período escravagista. Isso se dá, em parte, em razão da falta de estatísticas da época e também em virtude do tráfico negreiro, que continuou com o comércio de negros mesmo quando este havia sido proibido.

Em 1888, o Brasil tornou-se a última sociedade das Américas a abolir a escravidão. Mas esse evento não foi elaborado de forma que atendesse às demandas da população negra. A abolição não significou uma melhoria imediata nas condições de vida dos cativos. A partir da abolição, os cativos precisavam de renda para sobreviver e muitos continuaram trabalhando em condições subumanas para receber quantias irrisórias como salário. Não houve um planejamento acerca de como se daria a transição do trabalho escravo negro para o trabalho ‘livre’, isto é, não se pensou como o negro, agora livre, sobreviveria.

Na época da abolição, os escravos já lutavam contra o sistema escravocrata de diversas formas. Fugas (individuais ou em grupos), oposição ao trabalho, insurreições e a formação de

quilombos, foram algumas delas. Os quilombos, “[...] enclaves de liberdade dentro da ordem escravista [...]” (FIABANI, 2015, p. 16), existiram e resistiram mesmo com a repressão dos escravistas. Vários deles não foram conhecidos e nem reconhecidos pela sociedade, tal como ocorreu com o Quilombo dos Palmares (na então capitania de Pernambuco, atual Alagoas) e com os Kalungas, em Goiás. Diversas comunidades livres que surgiram em decorrência das fugas de escravos, não ficaram conhecidas como quilombos, tendo passado a se reconhecer como tal mais recentemente. Os quilombos expressam a resistência empreendida pelas comunidades negras em relação a um momento da história brasileira no qual não havia cidadania e nem direitos aos negros.

Mesmo durante a existência do escravismo no Brasil, havia resistência. Resistência que expressa oposição ao discurso oficial que apresentava os escravos como obedientes, que se submetiam amigavelmente aos senhores. A negação ao sistema escravagista acontecia mesmo sem cortar as ligações com o sistema, e mais, acontecia por todo o país. Para Souza (2012, p. 18), o conceito de quilombismo abarca a resistência empreendida pelos negros escravizados durante todo o processo de colonização realizado pelos portugueses no Brasil. Essas comunidades se apropriavam de terras desabitadas e ali construía uma história, um lugar de vida. Eles detinham a posse das terras. No entanto, dentro do sistema capitalista, a propriedade é daquele que possui a titulação das terras, algo do qual por vários motivos, os negros foram afastados<sup>1</sup>.

A partir desse contexto, é preciso compreender que a formação do território da comunidade Remanescente de Quilombo Grotão segue o padrão de ocupação ocorrido na Amazônia, caracterizada, neste caso, pela chegada dos negros em uma área desabitada, que propiciava condições de vida para a comunidade. Depois de muitos anos de ocupação do território pela comunidade, as terras foram vendidas sem que os moradores tivessem conhecimento. Muitas vezes, só tinham conhecimento da situação quando pessoas se apresentavam como proprietários das terras que eles habitavam e os expulsavam de seu território.

A história da comunidade Grotão deve ser buscada para entender a realidade vivida atualmente pelo grupo. Assim, para compreender as mudanças que aconteceram na

---

<sup>1</sup> Veremos no processo de ocupação e uso do solo amazônico as interações entre elites, empresas e governo que corroboram essa afirmação.

comunidade, é necessário que voltemos à história da formação do território da comunidade, essa não pode ser percebida fora da história da ocupação da Amazônia, e também da diáspora africana ocorrida na época da colonização portuguesa no Brasil.

O processo histórico que compreende a gestão do território nacional é permeado de conflitos no uso do território, sendo que o Estado aparece como promotor de conflitos uma vez que, quando age, age em favor de empresas e das classes mais abastadas da sociedade em detrimento das populações locais que vivem da terra. Como exemplo, temos as frentes de expansão que visavam colonizar o ‘vazio demográfico’<sup>2</sup> da Amazônia e definiam as áreas como disponíveis para venda sem se preocupar com a existência de povos tradicionais que viviam nessas áreas. Essa foi uma prática administrativa comum dos órgãos que executam as ações do Estado.

Nesse sentido, Cavalcante (2003) destaca que a modernização empreendida pelo Estado no Tocantins a partir da década de 1970, teve como pilares a agricultura e a pecuária. Inicialmente, a agricultura era a maior responsável pela produção econômica do estado, resultado das políticas públicas de estímulo ao setor. A pecuária foi eleita pelos políticos do então norte do estado de Goiás, como a precursora do desenvolvimento e modernização da região e passou a contar com programas de incentivos. Assim como ocorreu em outras partes da Amazônia, as grandes fazendas de gado contavam com o apoio estatal em detrimento dos pequenos produtores e comunidades tradicionais. Segundo Cavalcante (2003, p. 103),

No início da década de 1970, o Norte de Goiás se inseria na economia nacional como produtor de bens exportáveis, como arroz e soja. A política federal, concedia aos empresários que se interessassem em investir na região incentivos fiscais por intermédio da “pecuarização da agricultura”. As culturas de subsistência dos produtores camponeses foram substituídas por grandes fazendas de gado. Embora a agricultura tenha obtido incentivos fiscais do governo Federal, foi a pecuária o que mais se expandiu na região.

O deputado Siqueira Campos, na época defensor da criação estado do Tocantins, apontava como um empecilho ao desenvolvimento, a falta de titulação. Ele defendia que a falta da titulação impedia a ‘população’<sup>3</sup> de obter acesso ao crédito e financiamento (CAVALCANTE, 2003). Essa posição atribuía o ‘atraso’ da região à falta de infraestrutura e à insuficiência de capitais produtivos, um modelo de desenvolvimento assentado na oferta de

---

<sup>2</sup> Entendida como a ausência de pessoas, de cidadãos.

<sup>3</sup> A população pensada por Siqueira não incluía as populações tradicionais, apenas os empresários agrícolas.

vantagens a grandes empresários e grupos econômicos de outras regiões do Brasil e também internacionais, desde que quisessem investir na região. Assim, o acesso a grandes extensões de terra e à natureza foi facilitado, inclusive com alteração na legislação vigente de modo a beneficiar grupos econômicos e garantir a propriedade da terra a futuros investidores (LOUREIRO e PINTO, 2005).

Juntamente com essa atuação do Estado que fomentava a concentração de terras, houve, a partir da década de 1970, uma intensificação da grilagem no norte de Goiás. A grilagem e a atuação do Estado, geraram conflitos fundiários em razão de que os povos tradicionais, que viviam secularmente em seus territórios, não foram considerados, sendo ameaçados e expulsos pelos que chegavam e apresentavam títulos de propriedade da terra em que eles viviam.

Dentro desse contexto, está inserida a situação da comunidade Remanescente de Quilombo Grotão, que iniciou seu processo de formação do território com a fuga de escravos na década de 1860 (e ainda não está consolidado). Diversos foram os momentos de insegurança para a comunidade em virtude da falta de titulação do território. No final de década de 1970, sua população se deparou com uma situação que foi o início de tempos conturbados para a comunidade. Pessoas estranhas à comunidade (agropecuáristas) se apresentaram como proprietários da área e começaram um processo de expulsão da comunidade. Esse foi o princípio de profundas transformações tanto no tamanho do território, quanto na territorialidade da comunidade. A insegurança na comunidade foi intensificada na década de 1980, com a atuação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT) que reduziu a área da comunidade com falsas promessas de regularização do território (ALMEIDA, 2011).

O território é resultado de um processo histórico, de ações que acontecem em diferentes momentos e que resultam em diferentes paisagens. Assim, a chegada da modernização, inicialmente com agricultores e pecuaristas, em área limítrofe à da comunidade, constituiu ameaça ao modo de viver da comunidade Quilombola do Grotão. O cultivo do eucalipto é mais uma variável que se apresenta como ameaça à comunidade, pois, além da insegurança decorrente da falta de titulação do território, a comunidade se depara com as mudanças ocasionadas pela chegada do eucalipto.

O cultivo do eucalipto<sup>4</sup> foi apresentado pelo Estado e por empresários do setor como fonte de desenvolvimento econômico para toda a população do Tocantins. Contudo, as políticas públicas geralmente “esquecem” de mostrar a perspectiva dos povos tradicionais que residem nas áreas de interesse de implantação desses projetos de desenvolvimento econômico<sup>5</sup>.

As comunidades tradicionais que residem nas áreas que possuem recursos naturais atrativos a investimentos são constantemente preteridas em função do discurso acerca do desenvolvimento econômico. É possível perceber os impactos que os residentes das áreas pretendidas estão sentindo e vivenciando, por meio de suas falas e desabafo, expondo a percepção das comunidades e retratando o processo histórico e os conflitos presentes na formação dos territórios dessas comunidades.

A pesquisa sobre a Comunidade Remanescente de Quilombo Grotão, sobre os conflitos e a formação socioterritorial foi realizada de maneira interdisciplinar e, além de ser original, é importante contribuição para visibilizar a comunidade que vivencia as mudanças em seu modo de viver, expresso em sua territorialidade, visualizada e simbolizada na paisagem.

Este trabalho pretende saber se o cultivo do eucalipto modifica a forma que o quilombola percebe e vivencia o seu lugar e tem como problema de pesquisa o seguinte questionamento: Face ao processo histórico de formação de seu território, quais os impactos que o plantio do eucalipto acarreta à territorialidade da Comunidade Quilombola Grotão?

O estudo acerca do problema da pesquisa foi delimitado com base em três objetivos principais: 1) mostrar a relação entre os conflitos de uso do território no processo histórico de desenvolvimento da região amazônica e a situação da comunidade exposta na pesquisa; 2) apontar como a comunidade percebe a chegada do eucalipto no que diz respeito à sua territorialidade, e; 3) identificar os impactos que o cultivo do eucalipto acarreta à territorialidade da Comunidade Quilombola Grotão.

A metodologia empregada na elaboração deste trabalho é consistente com os objetivos da pesquisa e possui como ponto de partida a pesquisa bibliográfica, que, juntamente com a

---

<sup>4</sup>O plantio de eucalipto foi introduzido no estado do Tocantins em 2004, mas foi a partir de 2010 que ele foi expandido com crescimento de mais de 1000% de área plantada entre os anos de 2006 e 2015 (IBÁ, 2015).

<sup>5</sup> Na economia, há uma grande discussão em torno da diferenciação entre desenvolvimento e crescimento econômico. O crescimento econômico é o aumento do produto interno bruto (a produção) de um país, enquanto que o desenvolvimento agrega mais benefícios à população do que apenas o crescimento do produto. São considerados aspectos que gerem melhoria na condição de vida das pessoas, tais como a redução da pobreza, o acesso à saúde, educação e segurança pública. A literatura sobre a Amazônia trata as ações efetuadas como projetos de desenvolvimento, por esse motivo, adotamos neste trabalho, o termo desenvolvimento.

pesquisa de campo e a história oral, tratam de forma qualitativa as mudanças ocorridas na territorialidade da comunidade a partir de aspectos culturais, territoriais e naturais da relação entre a Comunidade Remanescente de Quilombo Grotão e a modernização na Amazônia.

As pesquisas bibliográfica e documental são responsáveis por dar base e sustentação teórica ao trabalho, que se caracteriza pela profunda investigação de obras pertinentes ao assunto estudado para atender aos objetivos da pesquisa, uma vez que precisa ir ao encontro da resposta ao problema levantado. Foram estabelecidas comparações entre as linhas de pensamento dos autores e análise crítica das argumentações para a organização do próprio pensamento a partir dos conceitos e categorias de análise.

A história oral é utilizada para registrar informações da comunidade, tratar dos temas referentes às relações entre o processo de territorialização-desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) a partir de Haesbaert (2004) ocorridos na formação do território e territorialidade, a chegada dos grileiros e, posteriormente, do eucalipto, e também de como as mudanças são percebidas pela Comunidade Quilombola Grotão.

O método empregado na pesquisa de campo foi a história oral temática, que permitiu apontar como a comunidade percebe as mudanças na territorialidade e a chegada do eucalipto. A adoção da história oral se deu em razão do respeito às particularidades e histórias de vida dos sujeitos que estão sendo ouvidos. A pesquisa foi realizada mediante de trabalho de campo que incluiu a participação da pesquisadora em reuniões e a produção de entrevistas com sete pessoas entre moradores e lideranças da comunidade. O trabalho de campo foi realizado mediante visitas à comunidade que aconteceram entre os meses de abril de 2017 a julho de 2018. O primeiro contato com a comunidade foi feito por intermédio do meu esposo que tinha um aluno da comunidade. Depois disso, fiz a primeira visita, juntamente com minha colega de turma, Mayza Oliveira Jardim, que também trabalha com a comunidade. A chegada na comunidade acontecia por volta das nove da manhã e o retorno acontecia entre as quatro e cinco da tarde. Foram visitas prazerosas nas quais levei junto comigo meu esposo e minha filha.

Foram feitos também registros audiovisuais utilizando gravações de áudio e vídeo. Também foram produzidas fotografias do local e das pessoas que vivem na comunidade. As informações obtidas nas entrevistas foram utilizadas como evidências para traçar a perspectiva da comunidade Grotão acerca das pressões sofridas em relação ao seu território, cotidiano e dos impactos do cultivo do eucalipto.

Ao fazer isso, a perspectiva da comunidade que vivencia o processo histórico é registrada como uma forma de visibilizar a vida, as demandas e as lutas do grupo. Espera-se que, com essa abordagem, a pesquisa contribua para a comunidade e a sociedade, pois sabe-se que, historicamente, vários fatos têm sido mal interpretados ou enviesados, seja em virtude da falta de documentação adequada acerca de períodos históricos ou ainda por serem áreas de pouco interesse das classes dominantes (THOMPSON, 1992).

Evidências escritas também foram empregadas na construção da perspectiva da comunidade quilombola acerca do cultivo do eucalipto e dos problemas e mudanças decorrentes dessa atividade. Para realizar a análise e interpretação das entrevistas e dados obtidos na pesquisa, foram mobilizadas, de forma interdisciplinar, categorias de análise como território, territorialidade e lugar, sem aplicação hierárquica dos mesmos, pois, como coloca Saquet (2007), o cotidiano que contém a territorialidade é indissociável, multiescalar, multidimensional e multitemporal, sendo necessária sua apreensão nas novas proposições das abordagens territoriais (i)material.

A dissertação está estruturada da seguinte forma: introdução e mais três capítulos e, em seguida, as considerações finais e referências. A *Introdução*, apresentada como capítulo 1, apresenta a contextualização da pesquisa, o problema, os objetivos e a metodologia, bem como a estrutura do trabalho. O capítulo 2, intitulado *Conflitos territoriais no âmbito da modernização da Amazônia*, trata do processo de ocupação e uso do território empreendido na Amazônia e de como o Estado difundiu a modernização como algo racional e inevitável para o progresso em oposição ao modo de viver das comunidades que ali residiam. Uma política de ocupação do espaço “vazio” e cheio de recursos naturais que não se preocupou com as populações tradicionais e que resultou em concentração de terras e conflitos sociais. Mostra ainda que, historicamente, os povos tradicionais da Amazônia têm sido preteridos em função do discurso e das políticas ditas modernizadoras e que, nesse embate, os povos sofrem com as rupturas e transformações em seu modo de vida. O capítulo se encerra com a atuação do Estado quando a terra passou a ter valor de mercado, com uso diferente daquele empregado pela população local, momento em que a desorganização fundiária ocasionou diversos problemas com a titulação das terras e gerou conflitos sociais que permanecem até os dias atuais.

O capítulo 3, denominado *Políticas públicas e o eucalipto no estado do Tocantins* apresenta o eucalipto como o produto do momento para empresários e governo do estado do

Tocantins que acreditam ser o eucalipto capaz de promover o desenvolvimento do estado com melhorias como a geração de emprego para a população. Expõe, em um primeiro momento, a expansão da área plantada no estado e a posterior crise do mercado após a não realização de projeções do setor. Mostra políticas de incentivo voltadas à silvicultura e o tratamento dado neste contexto às comunidades tradicionais que residem em áreas próximas ao cultivo da espécie.

O capítulo 4, chamado *Comunidade Remanescente de Quilombo Grotão: dilemas e percepções na perspectiva da luta pelo território*, discorre sobre o termo “povos tradicionais” e sobre a importância da formação histórica em contraponto aos títulos de propriedade e da necessidade de entender, assim, os povos tradicionais a partir de sua formação histórica e sua territorialidade para, a partir dessa perspectiva, buscar alternativas de desenvolvimento que respeitem suas particularidades. Destaca que a chegada da modernização para esses povos, veio acompanhada de perdas na territorialidade, resultado da violência empreendida contra eles. O capítulo retrata também a ressignificação do termo quilombo elaborada nos últimos anos e os diferentes processos históricos de formação de algumas das comunidades do estado do Tocantins, uma forma de visibilizar as comunidades remanescentes de quilombo de acordo com seus aspectos particulares e suas formas de organização.

Este último capítulo descreve diversas situações de conflito e a luta pelo território que ocorreram na comunidade Grotão desde a década de 1970. São situações que envolvem desde constrangimentos a ameaças com pistoleiros, e também a atuação do GETAT na titulação de parte do território e processo judicial que culminou na expulsão de 10 famílias da comunidade, ocasião em que foram obrigadas a viver por três meses em uma quadra de esportes do município de Filadélfia em condições precárias. Ao final do capítulo, é apresentada a formação socioterritorial da comunidade Grotão, mostra como a produção do território tem sido registrada pela oralidade e a importância desta na transmissão de saberes entre as gerações. Evidencia a conexão da comunidade com o território por meio do cerrado, dos brejos e rios e retrata como a ocupação do território, mediante o profundo conhecimento deste, permitiu a reprodução da vida. Por fim, a preocupação com a manutenção da vida é apresentada a partir da exposição dos impactos sofridos pela comunidade Grotão após a chegada do eucalipto, nesta que entendemos ser a fase mais recente do processo de modernização da Amazônia.

A partir do exposto acima, a preocupação deste trabalho é compreender as transformações que ocorreram como consequência da modernização bem como as transformações que estão em curso na comunidade Quilombola Grotão. Além disso, pretende-se mostrar quais foram os impactos em relação à territorialidade, práticas e cotidiano que a modernização impôs à comunidade. O estudo objetiva ainda, revelar a importância da percepção da comunidade em relação ao cultivo do eucalipto nas redondezas de seu território, uma atividade que, tanto o setor agropecuário, quanto o Estado, apresentaram como sendo benéfica a todos. Procura-se apresentar à sociedade os impactos que o eucalipto acarreta aos residentes na comunidade, desde a disponibilidade de água até a relação com os animais da região (de caça ou não) e a paisagem do território quilombola.

## 2 CONFLITOS TERRITORIAIS NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Conhecida como “*heartland*”, coração do mundo e reserva de recursos naturais, a Amazônia é muito mais do que o imaginário implantado no resto do Brasil e no mundo. Dentro desse imaginário fabricado, está a imagem de um lugar homogêneo e atrasado. Na realidade, são muitas Amazônias em uma só, pois, como seu território é composto pelo Brasil e mais sete países: Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa. A Amazônia abriga uma grande diversidade, tanto em seu ecossistema quanto em seus povos.

Figura 1 - Amazônia Legal e Amazônia Internacional



Fonte: <http://portalparamazonia.blogspot.com.br><sup>6</sup>

<sup>6</sup> Disponível em: <http://portalparamazonia.blogspot.com.br/2016/01/amazonia-legal-e-internacional.html> Acesso em 15 de janeiro de 2018.

A Amazônia Legal brasileira foi criada pela lei federal nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953 (BRASIL, 1953) em cumprimento ao disposto na Constituição de 1946 (BRASIL, 1946). A delimitação do território foi feita com base em critérios geográficos e políticos e é composta por territórios dos Estados do Maranhão, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Roraima, Rondônia e Tocantins. Em razão de sua grande extensão territorial e da grande variedade de ecossistemas, a vegetação é variada e inclui desde a floresta densa até cerrados, várzea e terra firme.

## **2.1 Processo histórico de ocupação e uso das terras da Amazônia**

Desde o início da colonização da Amazônia, são grandes as diferenças de percepção da Amazônia e do valor dado a ela, entre os amazônidas e os que ali chegaram posteriormente. O amazônida conhecia e interagiu com seu território para dele extrair seu sustento, somente o excedente era comercializado. Já empresários, investidores e governo valorizavam a terra visando sua ocupação e lucros.

Essas diferentes percepções e valores, fizeram com que a história da Amazônia fosse permeada de exemplos nos quais os territórios dos povos tradicionais foram e continuam sendo violados. Tudo faz parte de uma complexidade na qual estão inseridos diversos fatores, como a colonização, a visão de mundo dos colonizadores e dos que ficaram após o “fim” da colonização portuguesa, dentre outros.

Acerca da visão sobre a Amazônia construída ao longo dos séculos de ocupação, Almeida (2008) evidencia que, desde a chegada dos colonizadores, o objetivo na Amazônia tem sido de “racionalizar” e “modernizar”. É uma oposição à situação “degradante, selvagem e primitiva” em que viviam os residentes da Amazônia. Muitas foram as expedições internacionais que abasteceram museus, herbários e jardins botânicos europeus nas primeiras incursões feitas na floresta<sup>7</sup>. Como resultado dessas incursões, muitos desses estudiosos formaram sistemas de classificações ‘racionais’ e exógenos para compreensão da natureza<sup>8</sup> que

---

<sup>7</sup> Inicialmente estrangeiras e depois patrocinadas pelo Estado brasileiro. Dentre os frutos desse período, destacam-se o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o Museu de Manaus e depois da Segunda Guerra Mundial, “[...] medidas de políticas científicas que resultaram na criação do Cnpq da Capes, do Inpa e da Embrapa, e das demais instituições científicas que atuam na Amazônia [...]” (ALMEIDA, 2008, p. 58).

<sup>8</sup> Evolucionistas.

foram preponderantes para difundir a visão da Amazônia como ‘selvagens, inferiores, atrasados, promíscuos e em situação de ignorância religiosa’. Tal abordagem preconizava que a sociedade deveria alcançar um novo patamar de desenvolvimento por meio da superação de tal atraso,

O instrumento de colecionar, de coligar e de classificar compunha a base explicativa da “natureza”, neste período que chamei provisoriamente de uma pré-história. A relevância deste processo de conhecimento estava diretamente vinculada às chamadas “primeira e segunda revolução industrial”, cujo apogeu teriam sido as Exposições Mundiais no século XIX, secundadas pelas Exposições Nacionais. Elas representaram “progresso” e a racionalidade das sociedades industriais, em que o concreto e o aço converteram-se nos materiais de construção mais importantes da “época moderna” e em que a borracha de uso industrial, através da “vulcanização”, redefiniu o olhar colonial sobre a floresta amazônica (ALMEIDA, 2008, p.59-60).

Esses arquivos foram utilizados para classificar e ver a Amazônia a partir do olhar externo, com sistemas de classificações da flora, da fauna, do solo e serviram para solidificar a visão colonial (racional/modernizadora). Nesse mesmo sentido, documentos oficiais do período presidencial de Getúlio Vargas, identificam a necessidade de se estabelecer um povoamento amazônico permanente, com vistas a ‘desenvolver’ a região e afastar os povos dos babaçuais das condições precárias em que viviam. Tal visão foi incorporada ao pensamento erudito com tamanha intensidade que “Este senso-comum erudito sobre o que se denomina de ‘Amazônia’ ergue, assim, obstáculos ao conhecimento específico de processos reais e de realidades localizadas” (ALMEIDA, 2008, p. 64).

Esse discurso de Amazônia ‘atrasada e primitiva’ perpassa os programas estatais do século XX, sempre com o objetivo de se superar o subdesenvolvimento, isto é, o atraso. A vigência desse esquema interpretativo é clara no período de 1755 até a promulgação da Constituição Federal de 1988. O autor salienta ainda que, durante a ditadura militar, essa ideologia de modernização e desenvolvimento da Amazônia se intensifica com os subsídios do Banco da Amazônia (BASA) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em prol dos benefícios da industrialização. Nem mesmo as manifestações frequentes de conflitos pela terra a partir de 1969 mudam o viés da diretriz estatal desenvolvimentista,

O discurso prevalecente é, pois, aquele do Estado, que, com base nesta “racionalidade”, estimula uma colonização oficial com grandes imóveis rurais adotando práticas predatórias, tais como derrubadas, queimadas, garimpos (“reservas garimpeiras”) e desmatamentos de grandes extensões para implantação de projetos econômicos diversos (mineração, ferro-gusa, pecuária, madeira, grãos, papel e celulose, carvão vegetal), bem como uma expansão desordenada das indústrias de óleos vegetais e das indústrias pesqueiras, além de uma instalação autoritária de

hidrelétricas e a construção de aeroportos, rodovias e base de lançamento de foguetes. A construção mais recente de gasodutos e minerodutos, sem estudos acurados dos impactos sócio-ambientais, complementa este quadro (ALMEIDA, 2008, p. 71).

Como dito anteriormente, a difusão de formas de exploração de ocupação ‘racional’ é recorrente nos planos de desenvolvimento da região amazônica, sendo o processo histórico de ocupação da Amazônia cravejado de políticas de desenvolvimento econômico que, por falta de interação com as populações originárias, acarretaram efeitos negativos às vidas dos que residiam nas áreas de interesse dos investimentos (LOUREIRO, 2004). Partindo dessa perspectiva, Porto-Gonçalves (2015, p. 09) lembra que

Habitare esses espaços é um desafio à inteligência, à convivência com a diversidade. Esse é o patrimônio que as populações originárias e tradicionais da Amazônia oferecem para o diálogo com outras culturas e saberes. [...] Há uma Amazônia que convive, que dialoga, onde caboclo e índio se enriquecem mutuamente, onde o gaúcho, descendente de alemão ou de italiano ou paranaense, descendente de ucraniano, aprende a não derrubar a mata, mas a conviver com ela. [...] Há uma Amazônia da mata e há uma Amazônia desmatada. Nessa há uma Amazônia do pasto, geralmente do latifúndio, mas também há outra, a do camponês de planta. Há uma Amazônia que mata. Há uma Amazônia que resiste, que r-existe.

A Amazônia é complexa e diversa, os não amazônidas devem abandonar os pré-conceitos com os diferentes povos que formam a Amazônia e buscar um diálogo que englobe os conhecimentos adquiridos por esses povos, de modo que essa riqueza de conhecimentos seja a sustentação de qualquer proposta de desenvolvimento oferecida aos seus habitantes.

A modernização da Amazônia foi iniciada com um projeto de ocupação do ‘território vazio’ e cheio de recursos naturais, sem, no entanto, se preocupar com a situação dos que já residiam na região. O processo de expansão capitalista na Amazônia teve como base a concentração de terras e de riqueza, conjuntura que resultou no aumento da desigualdade social. De um lado, ficaram aqueles poucos que obtiveram incentivos do Estado, empresas e pessoas físicas, representantes da elite com poder decisório sobre as ações tomadas. E, de outro lado, ficaram os que sofreram com a expropriação de suas terras e de seu trabalho, os povos tradicionais. É imprescindível conhecer o processo histórico de ocupação e uso das terras amazônicas para compreender a atual situação enfrentada na Amazônia brasileira por muitas das populações originárias da região (LOUREIRO, 2004).

Porto-Gonçalves (2017) critica essa visão difundida sobre a Amazônia em razão dela ser formada a partir do ponto de vista externo, não o do amazonida. Em razão dessa visão equivocada, os diferentes povos/grupos e etnias (oprimidos e explorados) que vivem na

Amazônia, foram silenciados e negligenciados ao longo do processo histórico de ocupação da Amazônia e as políticas públicas implementadas foram planejadas com o objetivo de habitar o ‘vazio demográfico’. Trata-se de uma imagem produzida a partir da perspectiva do colonizador, que ignorou os saberes da população que habita a área há séculos. A visão colonial desconsiderou os conhecimentos de cerca de 240 povos indígenas que vivem na região e falam cerca de 180 línguas. Os discursos nacionalistas não incluíram essa perspectiva da história, na verdade, propagaram slogans como ‘A Amazônia é nossa’ e silenciaram a ocupação, história e conhecimentos dos amazonidas vivenciados durante os séculos anteriores à chegada do colonizador (LOUREIRO, 2004).

Para entender como se deu esse silenciamento ao longo da história da Amazônia, é preciso compreender que a ocupação territorial foi realizada por meio de dois padrões de ocupação contraditórios entre si, o endógeno e o exógeno. Esses dois padrões de organização e uso do espaço amazônico corporificam na Amazônia, os conflitos de interesses entre as diferentes classes sociais que, localizadas ou não na região, deixaram suas marcas nessa terra (BECKER, 2009).

O padrão endógeno, também intitulado *rio-várzea-floresta*, surgiu a partir da dificuldade da coroa portuguesa de apropriar a região amazônica. É conhecido pelo projeto missionário e por ser baseado na interação com os habitantes locais. Privilegiava a autonomia local na qual as populações de áreas extensas e isoladas se organizavam a partir da produção de produtos regionais. As ordens religiosas receberam o aval do Estado para catequizar os indígenas e, ao mesmo tempo, garantir a soberania do território para os portugueses (PORTO-GONÇALVES, 2015).

O território brasileiro da Amazônia começou a ser apropriado com mais intensidade a partir dos anos 1930 e tinha como base econômica a exportação das ‘drogas do Sertão’<sup>9</sup>, foi o primeiro momento em que a população da Amazônia foi impactada pelo devassamento da floresta tropical ao longo dos rios (LOUREIRO, 2004). O extrativismo das ‘drogas do sertão’ para o mercado europeu iniciou a exploração dos recursos naturais. Foram formados, nesse período, aldeamentos e vilas na convergência do Rio Amazonas com outros rios. Foi o começo da destruição da floresta e do ataque ao modo de vida indígena.

---

<sup>9</sup> Utilizadas como condimento e na farmácia europeia (BECKER, 1990).

A dispersão no meio da floresta, dos itens de maior valor mercantil, tornou-se uma barreira na ocupação da Amazônia, visto que os produtos não eram muito atrativos comercialmente em razão das dificuldades no transporte. Em 1759, em virtude do monopólio concedido à Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, as ordens religiosas foram expulsas e tiveram seus bens confiscados e a exploração dos indígenas foi feita de forma mercantil (LOUREIRO, 2004).

Data desse período o início da doação de terras por meio das Sesmarias, o trabalho escravo na agricultura e também o princípio do estímulo à implantação da pecuária. Porto-Gonçalves (2015, p. 82) interpreta essa conjuntura da seguinte forma: “Assim, a nova fase de modernização da Amazônia agrega o dinheiro e a escravidão como móvel da colonização que antes se fazia, sobretudo, sob o signo da cruz e da espada”. O modelo endógeno que perdeu o vigor após as missões, atualmente começa a ser resgatado pela atuação dos movimentos sociais dos povos originários da Amazônia (BECKER, 2009), representando o desenvolvimento local.

Para Porto-Gonçalves (2015), o ciclo da borracha representou o mais importante fluxo de povoamento da Amazônia. Nesse período, a lucratividade do setor fez com que a mão de obra se deslocasse de outras atividades produtivas, para a extração do látex. Isso incomodou a elite local por encarecer o custo de vida em virtude da importação dos itens de necessidade básica que deixaram de ser produzidos. Além disso, a descoberta de seringueiras no alto dos rios Purus e Juruá, deslocou grande quantitativo de migrantes para a Amazônia Ocidental que trabalhavam em regime de servidão por dívida. A dívida do seringueiro era característica desse período e também responsável pela manutenção do sistema,

Os trabalhadores agenciados chegavam aos seringais com a dívida dos custos da própria viagem, além de ter que pagar os utensílios que utilizavam e os víveres que lhes eram antecipados pelo seringalista que, por sua vez, os recebia de algum comerciante vinculado a alguma casa aviadora. Assim se estruturava o famoso Sistema de Aviamento, uma espécie de crédito sem dinheiro, e que se sustentava com base em relações clientelísticas por todo o vale amazônico (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 86).

O sistema de aviamento representava a base do complexo seringalista. Quando começaram os problemas para a obtenção de divisas com a exportação, as casas aviadoras perderam a capacidade de importar os itens de primeira necessidade, desencadeando uma crise profunda. Essa situação levou a uma reorganização do sistema, vários seringais foram abandonados pelos patrões ou assumidos pelas casas de aviamento como pagamento de dívida.

A formação de famílias para os seringueiros<sup>10</sup> e a prática da agricultura foi permitida na tentativa de manter os seringueiros dentro da floresta, fato que levou a uma diversificação produtiva e à formação de um novo padrão de organização social do espaço geográfico na Amazônia seringalista no qual o comércio de produtos era feito pelos transportes nos rios e cada região produzia a partir de seu ecossistema

Desse modo é possível identificarmos um modelo de ocupação tradicional da Amazônia plasmado por meio de um intercâmbio orgânico com os ecossistemas: o rio, vertedouro natural de toda a água que circula através da floresta, solo e atmosfera, que serviu para diferentes atividades que se desenvolveram explorando a floresta, os campos e as várzeas (PORTO-GONÇALVES, 2015 p. 94).

O padrão de organização *rio-várzea-floresta* perdeu o vigor a partir da década de 1960<sup>11</sup>, quando o governo federal moldou um novo padrão de ocupação, denominado por Porto-Gonçalves (2015) de *estrada-terra firme-subsolo* e caracterizado por Becker (2009) como padrão de ocupação exógeno. Esse padrão de ocupação é aquele no qual prevalece a perspectiva externa ao território, sendo as relações com a metrópole o fator de afirmação da soberania. A partir desse modelo, foram criadas redes e nós para se articularem na produção e escoamento de produtos visando a exportação. Foi o modelo historicamente eleito pelos governos desde o início da ocupação da Amazônia. Essa visão externa à Amazônia, difundiu a modernização e é a principal responsável por diversos conflitos ao longo dos anos. Está pautada na ideia de que a dominação da natureza pelo homem resulta em progresso, que o desenvolvimento seria igual ao crescimento econômico. Não se preocupa com a distribuição equitativa da renda e nem com a população originária. Para os defensores desse modelo, o progresso e o desenvolvimento seriam obtidos pela utilização dos recursos naturais tidos como inesgotáveis, sendo necessário superar o modo de vida tradicional em nome da prosperidade. (LOUREIRO, 2004).

A modernização foi apresentada de maneira positiva, relacionada ao novo e ao moderno, algo inevitável para a melhoria da vida da sociedade. Em contrapartida, o tradicional modo de vida do amazônida foi associado a algo negativo, atrasado, primitivo e obsoleto, devendo ser

---

<sup>10</sup> O serviço de prostituição e a proibição da agricultura faziam parte do endividamento estimulado pelo sistema de aviação.

<sup>11</sup> É com Juscelino Kubistchek (JK) que o Estado passou a atuar mais ativamente na produção do espaço, com o projeto geopolítico que visava abrir o mercado da região levando a industrialização para a sociedade amazônica para atender a necessidade de unificação do mercado nacional. O programa “Cinquenta anos em cinco” e o “Energia e Transporte” chegaram na região por intermédio da implantação das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, as rodovias contornaram a floresta e a construção delas incrementou a migração em direção à Amazônia (BECKER 2009).

abandonado em nome da modernização (CRUZ, 2007). A respeito desse imaginário da Amazônia como uma região atrasada, Porto-Goncalves (2015) destaca que a ideia do atraso é apenas uma caracterização difundida pelo colonizador baseado num padrão europeu de universalização das culturas. Ressalta que, em diversos momentos da história, as diferenças entre os povos eram hierarquizadas e, no topo, estavam os ocidentais, burgueses e de tradição judaico-cristã, as quais se acham superiores a todos os demais. Ele defende uma posição contrária a essa ao sustentar que “[...] a região é, na verdade, o resultado das vicissitudes históricas do processo de modernização que se deu ao longo de seu processo de formação geográfica [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 65).

O discurso predominante é o de que a região entendida como atrasada precisa da modernização, sendo ela algo inevitável. Como resultado, temos a disjunção dos povos tradicionais de seu modo de viver, ao inseri-los na lógica de produção capitalista,

A modernidade busca permanentemente o (des)envolvimento, isto é, procura quebrar o envolvimento, a coesão interna de povos e regiões, submetendo-os à sua lógica de produzir-produzir com uma distribuição desigual da riqueza. Dissocia o lugar de produção do lugar de consumo, ao dissociar, também, quem produz a riqueza e quem dela se apropria. Com essa lógica de transformação permanente, desigual no tempo e no espaço, os diferentes povos e suas regiões estão sempre sendo atualizados no seu ‘atraso’, precisando novamente ser (des)envolvidos” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 67).

Os povos tradicionais da Amazônia se relacionavam com a natureza de forma física e culturalmente diferentemente do modo de produção capitalista. A sobrevivência era garantida sem a inserção de produtos industrializados, com uma autossuficiência baseada em produtos artesanais. Esses grupos sociais se diferenciavam das sociedades ditas ‘mais desenvolvidas economicamente’, porque sua relação com a terra e a natureza não estava mediada apenas pelo dinheiro e tampouco em instrumentos de trabalho mais desenvolvidos. A produção deles era destinada ao consumo próprio e apenas o excedente era destinado ao mercado. O vínculo dos povos amazônicos à mata, propiciava que dela extraíssem castanha, seringa, óleos, leites e essências vegetais, cocos (açai, patauá, bacaba, buriti, babaçu), bem como caçassem animais silvestres para alimentos e comercialização de peles. Nas roças, eram plantadas culturas como a mandioca, milho, arroz, feijão, cará, batata-doce e abóbora. Era comum o plantio de espécies medicinais de chás, frutas, legumes e, ainda, a criação de galinhas, patos e porcos. A pesca era

realizada com o auxílio de redes, tapagens de igarapés, lanças, puçás e matapis<sup>12</sup> (LOUREIRO, 2004).

Mesmo após a queda das frentes migratórias destinadas ao ciclo da borracha, a região amazônica próxima ao Nordeste continuou a receber migrantes, mas agora em menores quantidades. Os migrantes que vieram do Nordeste brasileiro, esperançosos e iludidos<sup>13</sup> pelas propagandas desenvolvimentistas, desempenharam um importante papel na ocupação da Amazônia. No entanto, esses migrantes enfrentavam muitas dificuldades, porque o ecossistema amazônico é diferente do ecossistema do Nordeste do Brasil. Havia muitas diferenças entre o modo de viver do habitante local e o do migrante, que desconhecia as árvores e o solo e tinha dificuldade para deles extrair alimentos, frutos e ervas medicinais.

Outra diferença na territorialidade entre migrantes e os amazônidas, diz respeito à relação com a água, isto porque, enquanto o amazônida se estabeleceu à beira de rios e igarapés e ali já havia desenvolvido práticas e saberes, os migrantes provenientes de regiões secas desconheciam as artimanhas da arte da pesca. Assim, os migrantes que se estabeleceram na região e se ocupavam de atividades de roça, se depararam com uma natureza que, apesar de abundante, era difícil, e muitas vezes não conseguiam extrair sua sobrevivência dela, por consequência, acabavam abandonando a terra. A necessidade de adaptação do migrante à região amazônica, fez com que muitos dos migrantes acabassem se ocupando de atividades itinerantes como tocar boiada, garimpo, abertura de estradas, etc. Essas atividades que, de modo geral, são ligadas ao mercado, além de serem mais pesadas<sup>14</sup> e menos estáveis que a pesca e o extrativismo, praticados pelo amazônida do complexo *rio-mata-roça* (LOUREIRO, 2004).

Em 1950, as terras da Região Norte possuíam 78.229 estabelecimentos comerciais registrados em uma área de 20 mil km<sup>2</sup> de terra que representavam apenas 0,7% das terras existentes, sendo cobertas quase em sua totalidade por matas. Mesmo o estado do mais populoso e desenvolvido, o Pará, possuía 98,14% de terra pública e do 1,86% restante, metade estava coberta por florestas naturais. Nesse período, havia pouquíssimas terras tituladas como

---

<sup>12</sup> Estes últimos eram aparelhos de pesca feitos com talas e cipós, colocados na água.

<sup>13</sup> Iludidos porque os grandes beneficiários dos incentivos estatais não eram os pequenos produtores da agricultura familiar, mas as empresas agropecuárias e as elites que estavam aliadas ao governo e que faziam parte do mesmo.

<sup>14</sup> Superexploração do trabalho e coerção física eram comuns no exercício dessas atividades, condições de trabalho difíceis assemelhadas ao trabalho escravo. Ainda hoje, muitos dos trabalhadores encontrados em condições análogas às de trabalho escravo são oriundos do Nordeste.

propriedade privada e, ainda assim, grande parte dessas terras eram improdutivas. No entanto, havia outra situação: dentro das ditas terras “devolutas”, agricultores, pescadores artesanais, caçadores de animais e outros habitantes originais se domiciliaram sem conflito ou disputa e ali viviam há muito tempo do extrativismo vegetal.

Nos anos 1950, a terra amazônica ainda não tinha valor como mercadoria. A mudança na valoração da terra iniciou-se com as frentes pioneiras agropecuárias e mineradoras que se acentuaram a partir desse período. O Estado brasileiro decidiu então, atuar energeticamente na região amazônica numa situação, no mínimo, contraditória, porque com o propósito de reduzir a dependência dos países estrangeiros, promoveu tal diretriz por meio da união com empresas e bancos internacionais, quase sem nenhuma participação social. Assim, a modernização da Amazônia tornou-se a prioridade do governo militar após o golpe de 1964, embasada pela justificativa da segurança nacional.

O Estado forjou mudanças estruturais na Amazônia em busca da modernização da região, sendo o padrão do povoamento amazônico uma delas. Assim, o povoamento que ocorria em função do rio, passou a ser na beira das estradas. O rio, do qual o homem amazônico extraía alimento, fazia cultura agrícola e utilizava como estrada, deixou de ser o eixo principal do povoamento e foi substituído pelas rodovias, responsáveis pela circulação de mercadorias em menos tempo.

## **2.2 Concentração e conflitos de terras, frutos da modernização no período da ditadura militar**

No final da década de 1960, o projeto desenvolvimentista empreendido pela ditadura militar deslocou seu interesse para o subsolo amazônico, para as riquezas minerais. Nesse sentido, Cruz (2007, p. 94) destaca que a visão de mundo empregada para entender a realidade e a história nesse processo de modernização da Amazônia,

[...] está pautada numa ideologia do progresso e numa espécie de ‘fundamentalismo do novo’ presentes num conjunto de práticas e representações marcadas pela violência e pelo colonialismo que serviam e ainda servem para justificar a subalternização das populações que historicamente viveram na região (indígenas, ribeirinhos, pequenos produtores, seringueiros, varzeiros, castanheiros, populações quilombolas, mulheres quebradeiras de coco, etc.).

Em nome do progresso, muitas atrocidades foram cometidas, justificadas e aceitas. O modelo colonizador adquiriu uma nova conotação, o capital chegou na Amazônia em busca dos recursos naturais, e, com o apoio governamental iniciou-se um ciclo de devassamento. A nova face do colonialismo passou a operar na expropriação de terras, e as populações residentes foram obrigadas a se submeter e se adaptar a essa nova conjuntura (BECKER, 2009).

A mudança no padrão de ocupação empreendido pelo governo militar em 1967 caracterizado pela intervenção, engendrou a queda das elites regionais e priorizou o grande capital nacional e internacional. O Estado investiu na criação de uma malha de duplo controle (técnico e político), uma produção do espaço realizada pelo Estado para obter o controle social. As ações do Estado na criação dessa malha na Amazônia para difundir a modernização, acabaram sendo responsáveis por diversos conflitos ao longo dos anos seguintes.

Becker (1990) destaca que, durante as décadas de 1950 e 1960, a ocupação da Amazônia teve um caráter de fronteira, as terras eram objeto de posseiros que se apropriavam delas. A partir de 1968 é que o Estado atuou ativamente na apropriação privada da terra, favorecendo empresas agropecuárias via incentivos fiscais e juros e também com a distribuição de terras em locais estratégicos para povoamento da região. As empresas agropecuárias e empresários individuais comandavam grandes extensões territoriais, no entanto, a área produtiva representava uma parcela muito pequena da área total apropriada. Essas ações resultaram na concentração de terras, no que Becker caracteriza como o monopólio da terra. São frutos da modernização da Amazônia, a concentração de terras e os conflitos no campo.

Com o objetivo de financiar as atividades voltadas para a modernização da Amazônia (principalmente no setor de mineração e obras de infraestrutura), o governo buscou financiamento em órgãos internacionais, no que Oliveira (1991) denominou de “Integrar para entregar”, uma crítica ao lema do Projeto Rondon intitulado “Integrar para não entregar” que fazia parte da “operação Amazônia”. Segundo esse autor, a ideia central do governo estava pautada na estratégia de que era necessário entregar aos americanos para não entregar aos comunistas.

Oliveira (1991) destaca que as ações do Projeto Amazônia, implantado nesse período, facilitaram a inserção do capital estrangeiro na exploração dos recursos naturais amazônicos, concentrando a atuação nos grandes monopólios multinacionais. Era uma ideologia fundamentada na segurança nacional, criada pela Escola Superior de Guerra e que estava

baseada nos acordos militares firmados entre Brasil e Estados Unidos, pois, segundo o governo militar “[...] o que não se entregar aos Estados Unidos entregar-se-á à União Soviética” (OLIVEIRA, 1991, p. 29).

Oliveira (1991) afirma que esse falso nacionalismo foi o alicerce no qual foram formadas as alianças responsáveis pelo desenvolvimento capitalista recente no Brasil. A Operação Amazônia foi responsável por diversos processos de expropriação das terras dos habitantes da Amazônia, indígenas, ribeirinhos e comunidades remanescentes de quilombos. As florestas, os recursos minerais, todos sofreram com o devassamento e os conflitos originados nas expropriações. O autor centra sua análise na internacionalização da economia brasileira e dos recursos da Amazônia empreendidos durante a ditadura militar. Cita o exemplo do minério de ferro, onde vários grupos internacionais se apoderaram das terras e das riquezas do subsolo.

A diretriz governamental durante a ditadura militar era a intervenção no território para estabelecer a malha de duplo controle. O padrão *rio-várzea-floresta* foi descartado pela esfera militar, a apropriação dos valores naturais da Amazônia foi definida pelos valores daqueles de fora dela. A ideia estava inculcada pelo pensamento colonizador/modernizador, pois a Amazônia precisava se tornar um mercado de circulação de mercadorias, algo que não poderia acontecer se fosse mantido o padrão de produção das populações tradicionais, nem tampouco, o sistema de aviação, ambos baseados no sistema de trocas e na concentração de riqueza nas mãos das elites<sup>15</sup>.

Picoli (2006), em uma análise acerca da devastação promovida pela chegada do capital na Amazônia, destaca que, no Brasil, assim como em outros países da América Latina, como Chile e Argentina, a ditadura militar foi o meio utilizado para estabelecer e expandir a hegemonia do sistema capitalista na região. Deste modo, a aliança entre Estados Unidos, governo e as elites, organizou a “[...] integração do continente no processo produtivo capitalista, através da transnacionalização política, econômica, militar e cultural de cada país [...]” (PICOLI, 2006, p. 33). Um grande projeto de controle foi implementado com alcance sobre as forças de oposição e sobre a mídia. O autor destaca que após o golpe de estado, os militares implantaram uma série de mecanismos que serviram de ferramentas para a concentração da renda e terra, para expropriar os povos da floresta e fixar grandes capitais na Amazônia. Os

---

<sup>15</sup> Se bem que o poder continuou nas mãos elites, que agora o compartilhava com os novos parceiros do Estado Nacional.

incentivos fiscais foram destinados aos grupos econômicos, enquanto que os pequenos produtores do extrativismo e da agropecuária não tiveram acesso a esses benefícios. Aos migrantes, restou o papel de força de trabalho na base da pirâmide da distribuição da renda.

Através dos incentivos oferecidos pelo Estado, ocorreram na prática a concentração de terra, o empobrecimento das massas e a expropriação da terra dos indígenas e dos posseiros, bem como o não acesso aos que chegaram em busca da terra e do trabalho. Esse fato agravou o processo de marginalização daqueles que, no processo de histórico, buscaram a terra e o trabalho para fins de subsistência. Enquanto isso, ocorreu o processo de transferência e implantação dos grupos econômicos ali constituídos, ou para constituírem a expansão e a concentração (PICOLI, 2006, p.38).

A estratégia adotada consistia na oferta de incentivos às empresas que atuavam na modernização da região (construção estradas, pontes, usinas hidrelétricas, redes de comunicação, dentre outros/parte da malha de duplo controle). Essas pessoas jurídicas recebiam deduções do imposto a ser pago e, com isso, o governo atuava claramente em desfavor dos povos tradicionais e em benefício do grande capital.

Após o fracasso da colonização organizada pelo Estado, vários foram os projetos de colonização empreendidos por empresas privadas. Esses projetos deram origem a muitas cidades, como Lucas do Rio Verde e Sinop, no Mato Grosso. No entanto, esse sistema organizado por empresas atingiu poucos trabalhadores, pois estava baseado no poder de compra dos colonos. O modelo privado amplamente utilizado pela ditadura militar, mais uma vez, excluiu os pequenos agricultores e posseiros do acesso à terra aumentando a concentração da terra e gerando com isso uma massa de sem-terra, sem-emprego, sem-teto e sem-escola. Para Picoli (2006, p. 69), “A política de reforma agrária colocada em prática nos 21 anos de ditadura não passou de uma política de contra-reforma agrária, que era praticada de forma arbitrária”. O autor destaca que, também nesse período, a atuação do Estado brasileiro protegeu o capital e garantiu a concentração da riqueza. Como dito anteriormente, essa estratégia de ocupação da Amazônia começou em 1964 e perdurou até 1985, momento de falência desse modelo em virtude da queda dos militares e do alto endividamento do Estado.

### **2.3 Modernização: atuação do Estado na distribuição de terras e conflitos sociais**

Para Becker (1990), os conflitos que ocorreram na Amazônia fazem parte do contraditório processo de inserção do Brasil na atividade capitalista mundial, bem como do

desenvolvimento e reorganização da sociedade brasileira. A autora destaca que as transformações efetivadas pelo governo, empresas agropecuárias e fazendeiros individuais ganharam essa proporção por falta de organizações sociais preexistentes com força suficiente para resistir às novas apropriações. De acordo com a autora, esses elementos configuram a Amazônia como uma fronteira, um lugar que possui um tempo mais acelerado que o restante do país, sendo assim, mais suscetível às inovações. Essas transformações em ritmo acelerado, causaram (e ainda causam) muitos problemas em razão do choque entre as populações originárias da Amazônia e o modelo de desenvolvimento exógeno empreendido pelos governos para ocupação da Amazônia, visto que se trata de visões e percepções totalmente diferentes.

Durante a ditadura militar, os projetos de desenvolvimento priorizaram a inserção da Amazônia no contexto de produção nacional e internacional, via colonização. A Amazônia, fronteira de recursos naturais, devia ser ocupada e modernizada para o bem nação. Tal discurso, na verdade, trata-se de uma visão de mundo ou mentalidade colonial que está nas entranhas da sociedade brasileira e, embora esteja presente em todos os grupos sociais, é mais fácil de constatar no pensamento das elites e da tecnoburocracia estatal. De acordo com Loureiro (2009, p. 23),

Essa visão de mundo das elites e do Estado, focalizada a partir de um ângulo colonial e, portanto, subordinado, ignora ou subestima a criatividade e as potencialidades internas do país, em particular da região amazônica com suas virtudes e especificidades; por esse fato, não as reconhece, não as valoriza nem as considera, concretamente, como úteis ou factíveis de serem aplicadas.

Loureiro (2009) destaca ainda que as culturas europeias que já haviam alcançado um estágio mais avançado de desenvolvimento em virtude da exploração das colônias, caracterizaram as outras como “atrasadas” e “subdesenvolvidas” ao passo que se denominaram superiores, e com isso, conseguiram impor sua cultura como modelo a ser seguido e copiado<sup>16</sup>. A relação centro/periferia, que, na dominação colonial, era baseada nas relações políticas e raciais, passou a ser fundamentada na dominação econômica, sendo justificada agora pela inferioridade científica, tecnológica, cultural e social. Essa dominação, que permanece até os dias atuais de várias formas, torna-se visível, por exemplo, no fato de que o Estado e as elites regionais não reconhecem nem valorizam saberes tradicionais como os dos povos amazônicos.

---

<sup>16</sup> As classificações variam sempre em torno de uma hierarquia: superiores e inferiores, civilizados e incultos, desenvolvidos e subdesenvolvidos, avançados e atrasados, primeiro-mundista e terceiro-mundista ou outras categorias (LOUREIRO, 2009, p. 29).

Além disso, as políticas de desenvolvimento continuam sendo formuladas com base em projetos que não deram certo no passado, justamente por não perceberem as particularidades amazônicas e estarem impregnados dessa visão colonial.

Mesmo após a independência do Brasil, a população do país, principalmente a elite, não conseguiu (ou não quis) se libertar desse pensamento subordinado. A antiga colônia continuou subjugada, presa à reprodução de modelos europeus e norte-americanos. Conforme destaca Loureiro (2009, p. 23): “O fim do período colonial no Brasil não foi seguido de um processo de descolonização cultural concreto e profundo”. Essa visão colonial, na qual o europeu colonizador via o outro – índios, negros e caboclos – como raça inferior<sup>17</sup>, era apoiada por teses inclusive de capacidade mental reduzida destes povos<sup>18</sup> e permaneceu enraizada na cultura brasileira.

Dentro desse contexto, o processo de ocupação empreendido pelos militares que visava ‘desenvolver’ a floresta com a abertura de rodovias, alterou o padrão do povoamento amazônico. Ao tornar a região mais acessível ao investimento, a Amazônia tornou-se economicamente atrativa e muitos empresários de fora começaram a adquirir terras que ficariam próximas às áreas das novas rodovias.

A concentração do povoamento nas margens das rodovias foi caracterizada de “Arco do Fogo”, em razão dos desmatamentos, queimadas e conflitos fundiários desencadeados pela abertura das estradas Belém-Brasília e Brasília-Cuiabá. Nestas regiões, atualmente consideradas de povoamento consolidado e com alto potencial de desenvolvimento, a agropecuária possui uma grande parcela de responsabilidade pelas mudanças ocorridas nos padrões demográficos e de uso da terra, visto que acaba por estabelecer a dinâmica econômica e demográfica (BECKER, 2009).

A abertura da Belém-Brasília deixou os empresários locais temerosos de perder as terras que antes eram arrendadas (como é o exemplo da exploração dos castanhais)<sup>19</sup> e alterou a

---

<sup>17</sup>Para o europeu, eram inferiores todos aqueles que possuíam forma diferente do seu padrão de vida, sendo necessário, por meio da exploração, desenvolver as culturas tidas como arcaicas e primitivas.

<sup>18</sup>Existiam teses que afirmavam inclusive de capacidade mental reduzida dos outros povos, como o tamanho do cérebro menor, raças inferiores e superiores, capazes e incapazes (LOUREIRO, 2009, p. 26).

<sup>19</sup>Era comum o arrendamento de terras estaduais para a exploração dos castanhais por determinado período de tempo. Os arrendatários deveriam constituir melhorias na terra como o replantio de mudas de castanheiras e abertura de estradas. No entanto, pelo arrendamento ser de tempo determinado e os empresários não possuírem uma continuidade na exploração, eles conseguiam a renovação do arrendamento sem realizar as condições contratuais.

demanda dos empresários locais pelas terras do Estado. Eles conseguiram a posse e o uso por meio de outro tipo de contrato, o aforamento<sup>20</sup> perpétuo. Era comum o arrendamento de terras estaduais para a exploração dos castanhais por determinado período de tempo. Os arrendatários deveriam realizar melhorias na terra como o replantio de mudas de castanheiras e abertura de estradas. No entanto, pelo fato de o arrendamento ser de tempo determinado e os empresários não possuírem a certeza de uma continuidade na exploração, as condições contratuais não eram cumpridas.

Famílias e grupos econômicos pleitearam (com sucesso) vários lotes de terras utilizando o aforamento, resultando na concentração das terras nas mãos desses grupos. Os beneficiários passaram a gozar de um vasto controle social, predominando a hegemonia dos grupos locais sobre a natureza e as relações de trabalho, aumentando a desigualdade social. A transferência do patrimônio social foi um presente aos grupos econômicos, pois, de uma vez, eles realizaram a apropriação privada da terra e sua cobertura vegetal. Por estarem escondidos dentro da floresta, os trabalhadores das populações locais que habitavam esses espaços estavam desarticulados e desprotegidos, não contavam com o Estado na garantia de seus direitos. A elite regional que detinha o poder, instalou-se e solidificou-se, apoiada por esse mesmo Estado, que consentiu a exploração dos trabalhadores das classes pobres,

Assim, ao lado de milhares de trabalhadores – produtores diretos – uma minoria privilegiada concentrou em suas mãos uma enorme riqueza natural e social, que lhe foi transferida, gratuitamente, pelo Estado, após confiscá-la da população mais pobre. [...] A transferência da riqueza social para grupos privilegiados e minoritários da sociedade é importante pelas consequências que acarreta em termos de concentração de terra e poder (LOUREIRO, 2004, p. 58).

Da mesma forma que nos castanhais no Pará, muitas foram as ações do governo Federal para colonizar a Amazônia em desfavor dos habitantes locais. As concessões realizadas na Amazônia representaram o início de um processo no qual a natureza e a terra foram convertidas em mercadoria pela transferência do patrimônio público e social para a elite local. A terra, depois disso, passou a ser tratada como mercadoria e seu uso e valor passaram a ser diferentes daquele uso e valor dos povos originários da Amazônia, que utilizavam a terra para subsistência.

---

<sup>20</sup> O aforamento é um negócio jurídico no qual o proprietário (nesse caso, o Estado) transfere ao adquirente (enfiteuta), em caráter perpétuo, o domínio útil, a posse direta, o uso, o gozo e o direito de disposição sobre bem imóvel, mediante o pagamento de renda anual (foro) por tempo determinado ou não.

Com a abertura da rodovia Belém-Brasília, a pressão dos grupos econômicos por terras se intensificou e o Estado acelerou as concessões das terras públicas disponíveis. Desde essa época, o Estado atuava em favor desses grupos empresariais e de fazendeiros. A transferência de grandes extensões de terras é origem dos conflitos sociais e fundiários, em virtude da não consideração por parte do Estado, dos povos que residiam nessas terras. Essa situação permaneceu durante muito tempo e foi agravada pelas políticas públicas de povoamento do Estado que foram aplicadas nos anos posteriores (LOUREIRO, 2004).

Em mais um exemplo das atividades do Estado, vejamos o caso da Fundação Brasil Central, que foi criada para promover o povoamento na região e, em 1945 recebeu, a título de concessão, 50 milhões de hectares nos estados do Pará e Mato Grosso, nas duas margens dos rios Tocantins e Araguaia, para posterior loteamento de colonização agrícola. No entanto, a Fundação não cumpriu as exigências contratuais e, à medida que as terras se valorizavam, foram vendidas a terceiros. Em 1961, o então governador do Pará, General Moura Carvalho, anulou o decreto da concessão à Fundação Brasil Central e realizou nova distribuição por meio de aforamento<sup>21</sup>. Todavia, esses novos títulos distribuídos a terceiros foram emitidos em cima de outros, “[...] o governo emitia títulos e doava terras com gente morando dentro, ignorando completamente a existência das humildes populações da região [...]” (LOUREIRO, 2004, p. 62).

Problemas envolvendo a titulação e transferência de terras, aconteceram de forma semelhante em várias localidades amazônicas e em diferentes momentos da história. As populações tradicionais que residiam historicamente na Amazônia em terras ‘devolutas’, como os indígenas, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, comunidades quilombolas, quebradeiras de coco, etc., foram sendo expulsas de suas terras, e, em alguns casos, passaram a ocupar outras áreas que ainda estavam livres e sem ocupação das fazendas, como as vilas e cidades na beira dos rios e igarapés, ou ainda outras terras “devolutas”.

Dessa forma, ao lado da transferência ou concessão de grandes áreas de terra para a oligarquia regional, promovida pelos governos (num processo contínuo ao longo da história da ocupação da Amazônia) e visando garantir a conquista, ou posteriormente, a exploração de atividades produtivas vantajosas em certos momentos da economia

---

<sup>21</sup> Quando o governo cedia a terra à colonos, não havia o suporte necessário para tornar a terra produtiva. Em Lucas do Rio verde no estado do Mato Grosso, das 203 famílias que receberam terras no projeto de colonização, apenas 14 permaneceram nas terras em razão das dificuldades de adaptação na agricultura. Aqueles que abandonavam as terras, passaram a integrar a mão de obra de empresas da região ou retornavam às suas cidades, como incompetentes ou que não queriam trabalhar. Para mais informações, ver Picoli (2006).

regional – borracha, castanha, gado – a burguesia regional tolerava e convivia com os demais habitantes naturais da região. E, enquanto os primeiros dedicavam-se a atividades de maior valor econômico, sob os auspícios e a proteção do Estado, os últimos ocupavam os interstícios das grandes propriedades e neles, ou embrenhados nas matas distantes e não apropriadas ainda, ou ao longo do litoral, desenvolviam atividades como a pesca, o extrativismo vegetal, ou as lavouras (LOUREIRO, 2004, p. 64).

Mesmo antes da realização das transferências de terra do Estado, a desorganização fundiária já estava presente e continha a semente dos futuros conflitos pela posse e uso da terra. Uma herança problemática que foi transmitida ao longo de todo o processo de ocupação da Amazônia desde a época das Cartas de Sesmarias nos séculos XVII e XVIII. O caos fundiário explodiu em razão da continuidade dos registros e transferências em cartório, seja pela venda de terras de herdeiros, ou ainda pelas novas concessões do governo. Os motivos principais do caos são a migração e o fato de que as terras já eram habitadas anteriormente.

Isso porque essas terras eram habitadas por seus moradores originais (indígenas, quilombolas, caboclos, ribeirinhos) e esses títulos, em nenhum momento, se referiam a eles (LOUREIRO, 2004). A chegada dos migrantes que foram para a Amazônia atraídos pelas propagandas desenvolvimentistas, ocasionou novos conflitos em razão de que algumas das terras ocupadas pelos migrantes, ora já estavam tituladas aos grupos econômicos, ora estavam próximas aos povos tradicionais. Cabe lembrar então, que as políticas de desenvolvimento que visavam a modernização da Amazônia, foram responsáveis pela migração de trabalhadores rurais das regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste que buscavam dias melhores e terras férteis para trabalhar e constituir uma nova vida.

Após a falência dos planos que visavam a implantação de indústrias na Amazônia<sup>22</sup>, o setor agropecuário passou a ser prioritário para o governo que via nos grandes, a possibilidade de atuar em grandes extensões de terras e, com isso, aumentar a produção na região em virtude do uso dessas grandes extensões de terras e da facilidade do manuseio do gado que se auto reproduz. A terra passou a ter o valor monetário computado, o processo de industrialização foi desacelerado e danos ambientais ocorreram em razão do desmatamento para abertura de pastagens. No final dos anos 1970, o modelo de desenvolvimento proposto à Amazônia, transformou a terra em mercadoria, em reserva de valor. Com isso, houve o aumento dos conflitos resultantes das aquisições de terras que sobrepujam terras de posses seculares das

---

<sup>22</sup> De forma dispersa, não nos referimos aqui à Zona Franca de Manaus.

populações da região. Ao Estado, coube então a obrigação de intervir para regularizar as terras e dirimir conflitos (LOUREIRO, 2004). Todavia, o Estado tomou partido dos grupos econômicos, pois acreditava que o progresso só viria por meio de grandes investimentos, considerados de interesse nacional. A exploração dos recursos da Amazônia, apoiada pelas políticas desenvolvimentistas estatais, sempre esteve permeada de privilégios, concentração de renda e exclusão social.

Indígenas, ribeirinhos, pequenos produtores, seringueiros, varzeiros, castanheiros, populações quilombolas, mulheres quebradeiras de coco e demais povos tradicionais da Amazônia, foram excluídos da política de incentivos estatais e não tinham acesso aos benefícios oferecidos para a regularização das terras. Tal situação agravou o caos fundiário na Amazônia e os conflitos no campo aumentaram em razão da chegada de terceiros nas terras que não apresentavam títulos de propriedade e expulsavam os habitantes locais. Esta situação se repetiu em diversos locais da Amazônia e aconteceu também na Comunidade Remanescente de Quilombo do Grotão, no final da década de 1970, dando início a uma série de conflitos que veremos detalhadamente mais adiante.

Para uma melhor compreensão acerca do processo de ocupação da Amazônia, é preciso entender algumas conjunturas: primeiro, o espaço vazio amplamente divulgado pelo Estado, não era vazio, a Amazônia possui vestígios de ocupações que contam para mais de um milênio. Portanto, divulgar que havia espaço vazio, ou ainda, território vazio, atende aos interesses de uma parcela da sociedade que, por vários motivos queria se apropriar das riquezas do solo e do ecossistema da Amazônia e, para isso, utilizou-se da estratégia de modernização, rebaixando os conhecimentos e saberes das populações que vivem na região, em nome de um desenvolvimento que não chegou a todos. Segundo, o modelo de desenvolvimento proposto ao longo dos anos, desde o primeiro ciclo da borracha, contribuiu para concentrar a renda. No início, eram os senhores das casas de aviamento e as elites locais, e mais tarde os empresários de vários ramos, mas principalmente investidores da mineração, fazendeiros individuais e empresas da agropecuária que foram beneficiados por tais políticas. Terceiro, o modelo agroexportador, baseado na exploração do trabalho humano face à natureza, eleito como diretriz no desenvolvimento da Amazônia, excluiu as populações locais da divisão dos frutos do progresso. A mão de obra foi constantemente explorada (como foram os seringueiros, garimpeiros, os responsáveis pela abertura de fazendas e estradas) e até os dias de hoje, ainda ocorre trabalho

escravo na região. Quarto, e não menos importante, a privatização das terras da Amazônia foi realizada de modo arbitrário, beneficiando grupos econômicos e a elite local. O governo não se preocupou com as populações locais que habitavam a Amazônia, resultando no genocídio de indígenas e num constante processo de pressão e expulsão de povos tradicionais de seus territórios.

O que pretendo mostrar é que o processo de exclusão dos povos tradicionais se repete em vários momentos da história da Amazônia e em vários locais, mesmo com variação dos empreendimentos escolhidos e das ações governamentais da moda. A seringueira, o minério, a exploração da madeira, a soja, e, mais recentemente, o eucalipto, fazem parte de um leque maior de atrativos capitaneados pelo governo federal ao longo de vários anos para povoar e modernizar a Amazônia. Esses incentivos à entrada de capital na Amazônia mantém um ciclo de constante pressão às diversas comunidades locais da Amazônia, que têm perdido seu território para os detentores de títulos de propriedade, algumas vezes obtidos de forma ilegal e imoral, como mostra o trecho a seguir,

As terras adquiridas através da venda com titulação falsa e fraudulenta foram objeto de legitimação e regularização também por atos do Legislativo. Portanto, não se valeu a elite apenas do instrumento típico de poder autoritário – o decreto do Executivo. De fato, a identificação dos representantes do Poder Legislativo com os interesses dos grupos no poder criou condições para a integração da grilagem e da fraude na ordem vigente. Em meados dos anos 70 as terras com titulação duvidosa apresentavam já uma grande incidência de conflitos. Eram movidos contra os novos proprietários pelos posseiros que nelas habitavam originalmente ou que se haviam nelas instalado com vistas a garantirem sua sobrevivência familiar na nova terra, atraídos pela propaganda governamental (LOUREIRO, 2004, p. 112).

Vários foram os meios utilizados para a privatização da terra, independentemente dos povos que ali habitavam, anteriormente, as ditas ‘terras devolutas’ e ali desenvolveram seu modo de viver, afeto pela terra e criaram seus mitos fundadores.

Ao mesmo tempo que acontecia a colonização promovida pelo Estado em favor de grupos econômicos, acontecia também a colonização espontânea em toda a Amazônia. Era comum a chegada de migrantes vindos do Nordeste, do Sul e do Centro Oeste e, movidos pelas propagandas desenvolvimentistas, se instalavam em busca de terras para, a partir da agricultura familiar, garantir o sustento de suas famílias (PICOLI, 2006).

Com o objetivo de busca pela terra, esses trabalhadores rurais passaram a ocupar imóveis rurais improdutivos, gerando uma nova gama de conflitos de terras com a repressão violenta do governo militar. Pereira (2013) apresenta uma mudança na atuação dos posseiros

que modificou o sentido do uso do termo posseiro. O autor apresenta uma análise acerca das práticas de grupos sociais que estiveram envolvidos na luta pela terra do sul do Pará, e, ao fazê-lo, mostra que a designação de posseiro, antes empregada apenas àqueles que ocupavam as terras “devolutas”, passou a ser utilizada para designar também os trabalhadores que ocupavam grandes extensões de terras, tituladas ou com aforamentos. A partir desse momento, a ocupação visava não somente as terras ‘devolutas’, mas as grandes extensões de terras improdutivas de fazendeiros, comerciantes, empresários e grupos econômicos. Somente depois de algum tempo, é que surgiu a caracterização desses trabalhadores como sem-terra.

Neste trabalho, não nos aprofundaremos na análise desta mudança de posseiro para o sem-terra porque o foco da pesquisa é a comunidade quilombola do Grotão, que ocupou o seu território no município de Filadélfia (TO). No entanto, a caracterização do termo posseiro é necessária porque, da mesma forma que os posseiros que chegaram na Amazônia, principalmente a partir de 1960, os primeiros habitantes da comunidade remanescente de quilombo do Grotão foram impulsionados pela busca de uma vida melhor, que, no caso deles era longe dos horrores da escravidão.

Entendemos que a situação enfrentada pela comunidade quilombola do Grotão é semelhante à situação enfrentada por outros tantos povos da Amazônia. Esses povos, que sempre tiveram acesso livre ao longo dos anos (no caso da comunidade por muitas gerações), não sentiam a necessidade da titulação por entender que “[...] a floresta pertence à natureza e, sendo da natureza, pertence a ele [...]” (PICOLI, 2006, p. 84). Por se tratarem de povos que estão longe das capitais e, muitas vezes das cidades, que cultivavam a terra de forma rudimentar com a produção voltada para a subsistência, desprovidos de acesso à informação, não tinham consciência da necessidade da titulação e nem conhecimento a respeito das vendas das terras que ocorriam com as publicações em jornais das cidades, sendo que esses jornais nunca chegavam a eles.

A chegada dos grupos econômicos e fazendeiros individuais associados aos interesses do Estado, acabou com a relativa paz vivida pelos povos originários e pelos posseiros da Amazônia. As áreas habitadas originalmente por esses povos, passaram a ser empecilho aos interesses do capital. O tratamento desigual entre posseiros e grupos econômicos realizado pelo Estado produziu uma série de conflitos na luta pela terra. Empresários e fazendeiros atuavam

na Amazônia utilizando a violência psicológica e física, com jagunços, pistoleiros e outros meios de pressão,

As lutas entre posseiros e grupos econômicos acontecem de forma desigual; enquanto a grilagem da terra, promovida por empresários, chega com um aparato político, econômico, jurídico e com os jagunços, os posseiros são completamente desprovidos de qualquer estrutura para possíveis enfrentamentos. O crime organizado atua impunemente na região. Os empresários têm, ao seu dispor, advogados, recursos financeiros e jurídicos, transporte rápido, como aviões, e compram áreas de terras com auxílio de mapas. É possível consultar no diário Oficial de um dos Estados da região amazônica de interesse, e verificar as publicações sobre terras disponíveis para efetuar a compra (PICOLI, 2006, p. 85).

Em contrapartida, muitos posseiros sequer conseguem acessar seus direitos em razão das dificuldades na titulação das terras e quando o fazem, muitas vezes o processo já foi encerrado. Era comum<sup>23</sup> o uso da força na expulsão dos posseiros e dos povos originários, com a queima de casas e plantações, ameaças e até mesmo assassinatos. Os conflitos sociais eram escondidos da população, camuflados pelo controle da mídia no governo militar, que ainda utilizava a manipulação para distorcer a situação e dar a aparência de transparência no processo de ocupação da Amazônia (PICOLI, 2006). Os dados oficiais não visibilizam os milhares de conflitos que ficaram no anonimato, tampouco todas as vítimas que morreram no período.

Em contrapartida, muitas são as narrativas das ‘pessoas de bem’ que relatam histórias de sucesso na ocupação da Amazônia. Picoli (2006) retrata a história de um desses empresários que, quando jovem, comprou juntamente com outros integrantes de sua família, terras no estado do Mato Grosso. Ao chegar nessas terras, esta pessoa encontrou famílias morando na área que havia sido comprada por ele e, como estava na selva, resolveu agir e expulsar os posseiros que ali residiam por meio de ameaças. Após a resistência dos posseiros na saída das terras, ele e seus capangas, mataram e enterraram vários homens no meio da mata. E mais, para não ter muito trabalho, cortaram os corpos em vários pedaços e enterraram em apenas uma cova. Nunca foi punido. Esse não foi o único e nem o último caso que aconteceu na Amazônia. É importante lembrar que a violência não se restringe aos assassinatos, mas também na privação da liberdade das pessoas, através da imposição e submissão e também na restrição de acesso ao seu território.

Dentro desse contexto da ação do Estado frente ao problema fundiário, algumas instituições federais e estaduais foram criadas para atuar na “resolução” dos conflitos e no

---

<sup>23</sup> Essa prática ainda permanece.

controle do território pelo Estado. Dentre os vários órgãos que foram criados com esse intuito, o que nos interessa nesta pesquisa é o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), criado pelo Decreto 1.767/80 para operar no sudoeste do Pará, oeste maranhense e norte de Goiás, hoje Tocantins (BRASIL, 1980). Nos interessa a sua atuação, porque foi o órgão que interferiu diretamente na questão fundiária da comunidade remanescente de quilombo Grotão na delimitação do território da Comunidade.

Assim, o discurso da década de 1960/70 que visava a modernização agrícola, por meio do estímulo, primeiramente, da criação de gado, e depois, com o incentivo às exportações, a soja, atualmente apresenta um novo produto para a região do Norte do Tocantins, o eucalipto, que tem seu cultivo novamente capitaneado pelo Estado, e conta inclusive, com política de apoio ao setor. A comunidade remanescente de quilombo do Grotão, que ainda não teve seu território regularizado, sofre agora com mais um problema decorrente da modernização: as mudanças em seu modo de viver ocasionadas pelo impacto do cultivo de eucalipto nas redondezas de seu território, que se somam aos problemas decorrentes da demora do Estado na regularização de seu território.

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS E O EUCALIPTO NO ESTADO DO TOCANTINS**

Como dito anteriormente, o desenvolvimento da Amazônia tem sido planejado e executado historicamente a partir do pensamento de matriz colonial que subalterniza outros saberes e modos de vida e a partir, também, de modelos econométricos, metas e propostas, que resultam em exclusão, dependência e concentração de renda. Quando Estado e empresas apresentam à população propostas que visam desenvolvimento, é imprescindível refletir sobre que desenvolvimento é esse, e mais, se interessa à Amazônia ter os mesmos modelos de desenvolvimento aplicados em outros lugares do mundo, que não têm relação com as particularidades da região. Os modelos aplicados em outros lugares estão em outro contexto, pois trata-se de países que passaram por outros processos históricos (CHANG, 2004). É preciso combater a ideia de que um “receituário” aplicado com sucesso em outro local funcionará integralmente ao caso brasileiro.

A história recente da Amazônia mostra que a imposição de modelos econômicos que não são planejados em conjunto com as populações locais e que não respeitam modos de vida tradicionais, tem contribuído em larga escala para a concentração de terras e de renda nas mãos de poucos e também para o aumento de situações de conflitos.

A interação entre as políticas públicas setoriais que visam o desenvolvimento econômico e os povos tradicionais é apresentada neste capítulo, com foco na chegada e, principalmente, na expansão do cultivo de eucalipto no Tocantins a partir da década de 2010.

#### **3.1 A chegada do eucalipto, oscilações do mercado e área plantada**

No contexto de modernização da Amazônia, ao longo dos anos, vários foram os produtos eleitos como capazes de impulsionar o desenvolvimento local. O cultivo de eucalipto foi iniciado no Tocantins em 1994 e, 13 anos depois, em 2007, seu cultivo contava com 21.976 ha de área. A partir da década de 2010, começou a ser difundido como um promotor do desenvolvimento, de modo que traria benefícios à população de sua área de abrangência. Diante da apresentação apenas de perspectivas positivas, surgiu nesta pesquisadora uma inquietação acerca de como as pessoas que vivem nas áreas pretendidas pelo cultivo do eucalipto têm sido

impactadas pelas transformações que acontecem em função de seu cultivo e do tipo de desenvolvimento que ele traz.

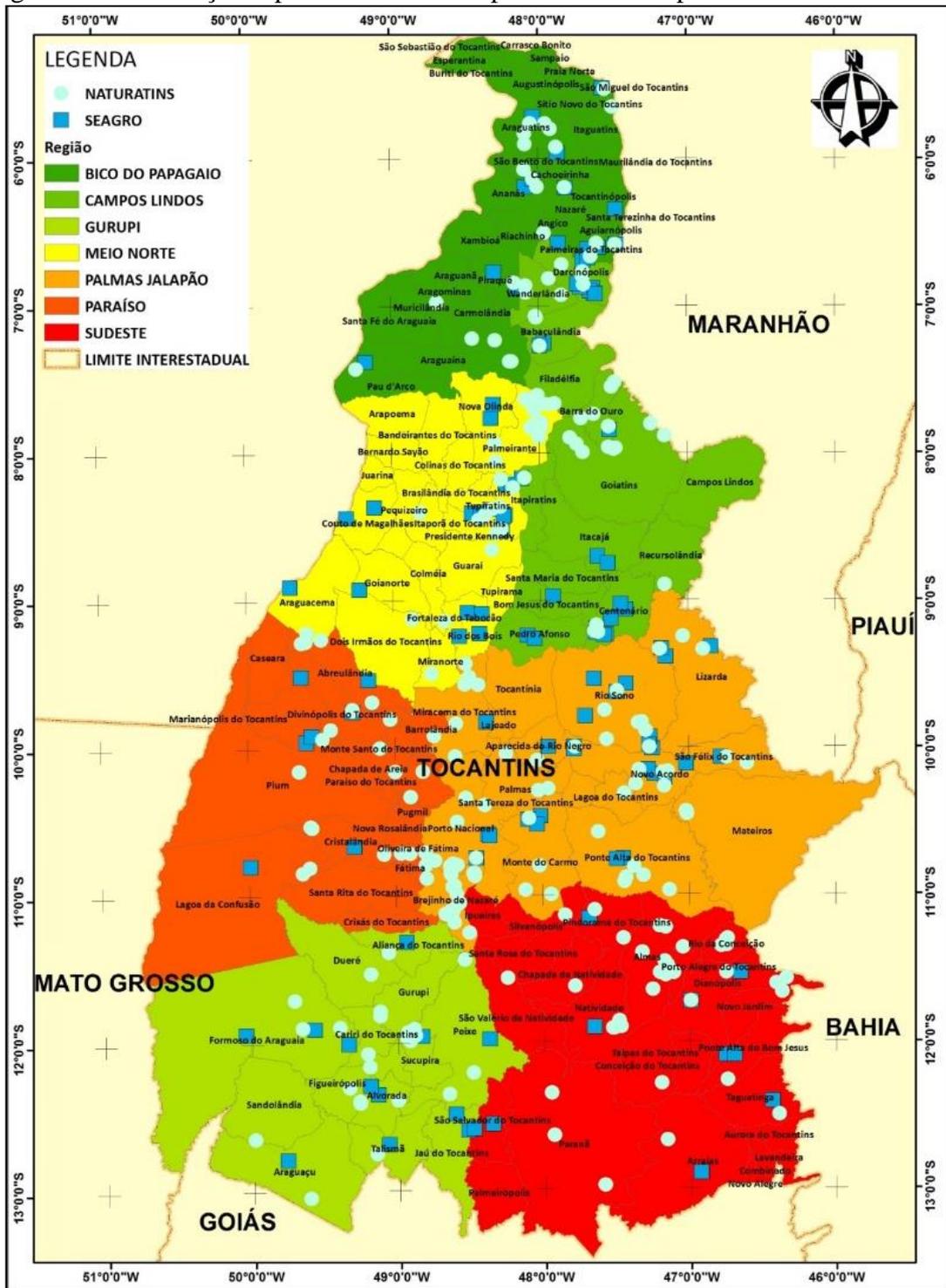
A inquietação se fez maior ainda no contato com comunidades tradicionais que vivem nas proximidades dessas plantações. Não é mostrado como essas comunidades têm percebido e vivenciado essas transformações. A escolha da comunidade quilombola do Grotão para esta pesquisa, se deu não porque os efeitos sentidos por outras pessoas sejam irrelevantes ou sem importância, mas porque, historicamente, o processo de construção da sociedade brasileira marginalizou os povos tradicionais, restando a eles uma invisibilidade por parte do Estado, de empresas e também da população em geral. Dentro desse contexto, apresento a seguir um breve retrospecto da chegada do eucalipto no Tocantins e das razões que impulsionaram sua expansão.

A partir da década de 2000, as terras do estado do Tocantins, que recebiam pastagens e agricultura, passaram a ser atrativas para um novo produto, o eucalipto. Essas terras se tornaram atrativas em razão de seu baixo valor comercial em comparação às terras das regiões sudeste e centro oeste que já possuíam grandes áreas de cultivo de eucalipto. Em 2015, a área plantada de eucalipto já totalizava 162.000 hectares (EMBRAPA, 2016), resultado de políticas de incentivo ao setor e da busca de alta taxa de retorno ao investimento da parte de empresários e fazendeiros. Assim, o plantio do eucalipto no estado do Tocantins registrou um grande crescimento de área plantada com um aumento de mais 1000% no período compreendido entre 2006 e 2015 (IBÁ, 2016). A distribuição espacial do plantio de eucalipto no Tocantins em 2016 é apresentada na figura 2 produzida pela SEAGRO a partir de dados fornecidos pelo NATURATINS.

Esse aumento do plantio de eucalipto no estado do Tocantins ocorreu em virtude da alta competitividade do setor no mercado, das políticas de incentivo ao desenvolvimento do setor, da demanda para a siderurgia da região sul do estado do Pará e da produção destinada à fábrica da Suzano Papel e Celulose, localizada no município de Imperatriz, no Maranhão (IBÁ, 2015).

Em novembro de 2012, a empresa Suzano Papel e Celulose apresentou seu Relatório de Impacto ambiental do Projeto de Silvicultura para o estado do Tocantins. O objetivo da empresa era implantar florestas plantadas para atender a demanda de madeira para a planta industrial de celulose que estava sendo construída no município de Imperatriz, no estado do Maranhão.

Figura 2 - Distribuição espacial das áreas de plantio de eucalipto no Tocantins em 2016



Fonte: TOCANTINS (2016, p. 12).

Segundo Suzano, a região norte do estado foi escolhida para receber o projeto devido a proximidade com a fábrica, em razão de sua economia ser pouco ativa e também por contar com baixos índices de desenvolvimento humano (SUZANO, 2012).

As aparições na imprensa da época, mostravam o eucalipto como novo promotor de desenvolvimento para o estado do Tocantins. Havia uma euforia no cultivo do eucalipto. Outro fator que estimulou o interesse no plantio de eucalipto nas microrregiões de Araguaína e do Bico do Papagaio foi o projeto, abundantemente divulgado na imprensa local e nacional, de que a empresa Eco Brasil Florestas, operante em Araguaína desde 2007, instalaria uma fábrica de celulose no município.

Em entrevista ao jornal Conexão-TO em 03 de junho de 2014, Romeu Alberti Sobrinho, diretor de operações da empresa Eco Brasil Florestas, falou sobre a opção da empresa pelo estado: “A escolha do Tocantins foi devido à localização geográfica, malha rodoviária, ferroviária e futuramente hidroviária e também disponibilidade de áreas e condições climáticas”. O jornal destaca o apoio do governo do estado à implantação da planta industrial da empresa que geraria 10 mil empregos, sendo a fase florestal geradora de mil empregos. A mesma reportagem apresenta ainda uma declaração do secretário executivo da Agricultura e Pecuária, Rüter de Pádua, acerca do apoio governamental por meio do Próindústria, um programa do governo para estímulo à instalação de indústrias extrativas de transformação nas regiões produtoras de matérias-primas.

A inauguração da fábrica da Suzano em Imperatriz aconteceu em março de 2014 e a produção de eucalipto, que já era apontada por muitos como um ótimo setor para investimentos, continuou crescendo em um ritmo acelerado. No entanto, findado o ciclo de crescimento das plantas, é necessário encontrar compradores para o produto. Nesse momento, os produtores se depararam com um mercado fraco, devido a falta de indústria de processamento. De acordo com a Secretaria de Agricultura e Pecuária do Tocantins,

Temos atualmente algumas áreas com concentração expressiva de plantios de eucalipto chegando à fase de corte, que pela ausência de uma indústria de transformação, se deparam com a falta de perspectiva de comercialização. Isto leva a que o estado importe de outros estados os produtos madeireiros que poderiam ser produzidos e beneficiados aqui, devido ao grande volume de matéria prima já existente. Neste sentido apenas o extremo norte do Estado, região conhecida como Bico do Papagaio, tem encontrado destinação à produção em virtude da existência da unidade Suzano Papel e Celulose na cidade de Imperatriz- MA (TOCANTINS, 2016).

Brejinho de Nazaré possuía, em 2016, cerca de 28 mil hectares plantados, boa parcela já apta ao corte, mas sem mercado consumidor em razão da falta de indústria transformadora (TOCANTINS, 2016). Em reportagem do dia 20 de fevereiro de 2013 no site Painel Florestal foi noticiado que o então governador do Tocantins, Siqueira Campos, entregou a licenciamento ambiental de 50.000 hectares à Valor Florestal, gestora da Itaquari Florestal, responsável pelo plantio. O planejamento inicial era de que fosse plantado um total de 30.000 hectares em Brejinho de Nazaré, de acordo com a expectativa de que um projeto da Braxcel Celulose na cidade de Peixe consumisse a madeira produzida. No entanto, a instalação da fábrica foi adiada em razão do excesso de oferta de celulose no mercado brasileiro até o final da década<sup>24</sup>. Os planos da empresa foram adiados para a década seguinte e a área que foi plantada, ficou sem mercado consumidor (PAINEL FLORESTAL, 2013).

É importante lembrar que o ciclo de produção do eucalipto plantado no Tocantins é estimado em 6 a 7 anos, durante esse período o mercado pode sofrer muitas oscilações. Uma grande mudança no mercado do eucalipto no Tocantins foi o cancelamento da construção da fábrica da Eco Brasil Florestas na cidade de Araguaína, que levou a empresa a vender 7,5 milhões de metros cúbicos de florestas de eucalipto no estado para a Suzano Papel e Celulose. O negócio foi fechado e a efetivação depende para produção da Eco Brasil entre os anos de 2018 e 2020. A negociação foi feita para aumentar a produção da fábrica da Suzano na cidade de Imperatriz no estado do Maranhão (JORDÃO, 2016).

Assim, quando o produto resultante do acréscimo de área plantada entre os anos de 2006 e 2015, chegou à fase de produção destinada ao corte, encontrou um mercado que não possuía demanda para absorver a produção e a bolha<sup>25</sup> estourou. O mercado do eucalipto piorou devido a queda do preço do produto em virtude do aumento na produção local e mundial. O excesso

---

<sup>24</sup> De acordo com a reportagem do site painel florestal: O diretor florestal da Braxcel, Manoel de Freitas, reforçou que o adiamento da instalação da nova unidade produção vem de questões de mercado, destacando que este ano 2,8 milhões de toneladas serão comercializadas pela Suzano Papel e Celulose e de Montes del Plata, no Uruguai. Para 2015, já está previsto mais 1,3 milhões de toneladas provenientes da CMPC Celulose Riograndense. Já em 2016, a Klabin vai inaugurar uma nova unidade de produção no Paraná, colocando no mercado mais 1,5 milhões de toneladas de celulose por ano, isso tudo sem contar com a duplicação da Eldorado Brasil e da segunda linha de produção da Fibria, ambas no município de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul.

<sup>25</sup> A expressão bolha, também conhecida por bolha financeira, bolha especulativa ou bolha de mercado, diz respeito a um ativo em que o investimento era muito atrativo mas por algum motivo, ou diversos, chega-se no ponto em que há um crack, ou queda na rentabilidade, levando à retorno zero, ou ainda retornos negativos, prejuízos. Como por exemplo a bolha da internet, ou ainda, como exemplo há a bolha imobiliária nos Estados Unidos que desencadeou a recessão de 2008, na qual a especulação financeira fez com que os preços dos imóveis não refletissem seus valores reais. Desencadeando uma quebra generalizada.

de oferta provocou a queda do preço do eucalipto. Além disso, a falta de um mercado capaz de absorver a produção, levou a uma desaceleração nos projetos de aumento de plantio no estado do Tocantins, resultando na estabilização do quantitativo de área plantada.

Em 2010 foi criada a Associação dos reflorestadores do Tocantins com o objetivo de difundir e apoiar o potencial de plantio da espécie no estado. Em 2013, o então Secretário Estadual de Desenvolvimento Agrário e Regularização Fundiária do Tocantins e deputado federal, Irajá Abreu, assumiu a presidência da associação com o objetivo de organizar a estrutura da entidade e também de fortalecer e incentivar a expansão do setor de reflorestamento em todo o estado do Tocantins. No entanto, tentamos entrar em contato com a associação, inclusive em sua página no Facebook, mas sem sucesso. A Aretins aparece como filiada à Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), entidade que disponibiliza anualmente indicadores sobre o desempenho nacional do setor de árvores plantadas e atua ativamente para que

[...] políticas públicas contemplem aspectos de desoneração tributária de investimentos, resolução dos principais entraves de infraestrutura e logística, melhorias na legislação trabalhista, desburocratização de processos como o licenciamento ambiental e registro de produtos que garantam a defesa fitossanitária do setor[...] (IBÁ, 2016).

Trata-se de mais uma dentre as organizações que atuam na política nacional em nome do setor. É formada por associações estaduais, empresas colaboradoras e empresas produtoras, como a Suzano Papel e Celulose. Cabe aqui destacar que uma entidade de tal porte, possui uma forte influência no meio político, algo que as comunidades tradicionais precisam enfrentar.

A tabela 01 apresenta uma comparação entre a área plantada e a área licenciada no Tocantins em 2016:

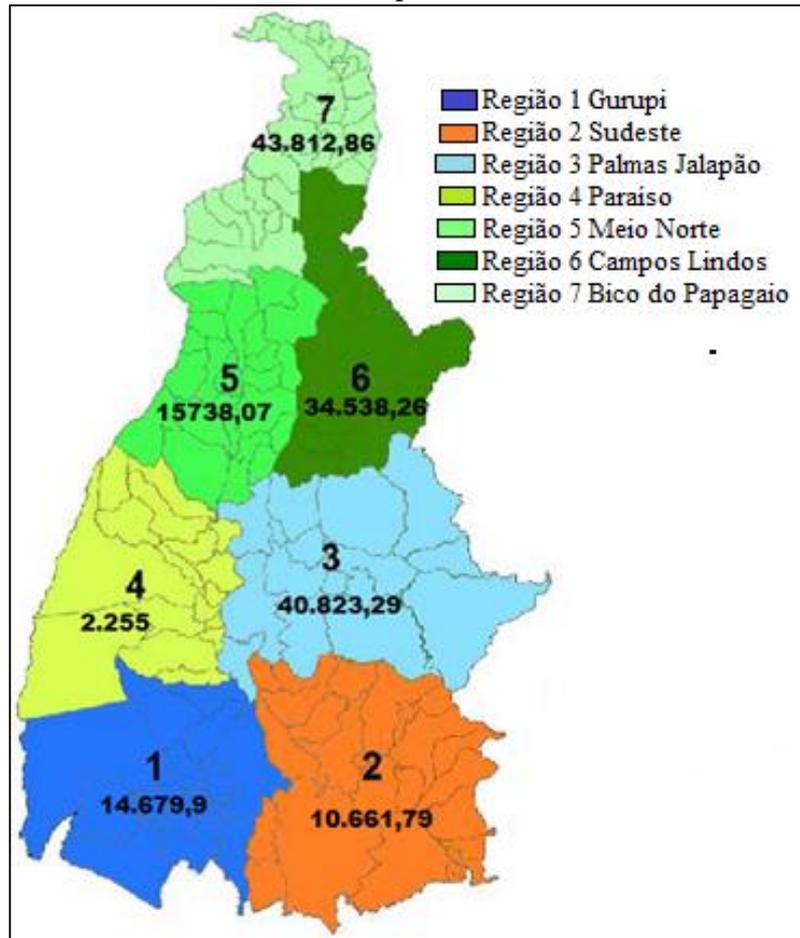
Tabela 1 - Área licenciada versus área plantada no estado do Tocantins – 2016

<b>Região produtora</b>	<b>Área de imóveis rurais licenciados (ha) (NATURATINS)</b>	<b>Área Plantada (há) (SEAGRO)</b>
<b>Campos Lindos</b>	57.301,35	34.538,26
<b>Bico do Papagaio</b>	57.127,03	43.812,86
<b>Meio Norte</b>	50.617,38	15.738,07
<b>Gurupi</b>	45.464,48	14.679,90
<b>Sudeste</b>	37.341,95	10.661,79
<b>Paraíso</b>	26.580,13	2.255
<b>Palmas-Jalapão</b>	23.217,39	40.823,29
<b>TOTAL</b>	<b>297.649,71</b>	<b>162.709,17</b>

Fonte: TOCANTINS (2016), organizado por MATOS, 2018.

Dados da SEAGRO (TOCANTINS, 2016) apontam que a área plantada de eucalipto no estado seja de 162 mil hectares, mas a área licenciada pelo Naturatins para plantio é bem maior, sendo da ordem de 297 mil hectares. Essa quantidade de área licenciada reflete o entusiasmo que havia no setor até o cancelamento da construção das indústrias da Eco Brasil e da Braxcel, devido a superprodução do setor.

Figura 3 - Área Plantada de eucalipto no estado do Tocantins em 2016



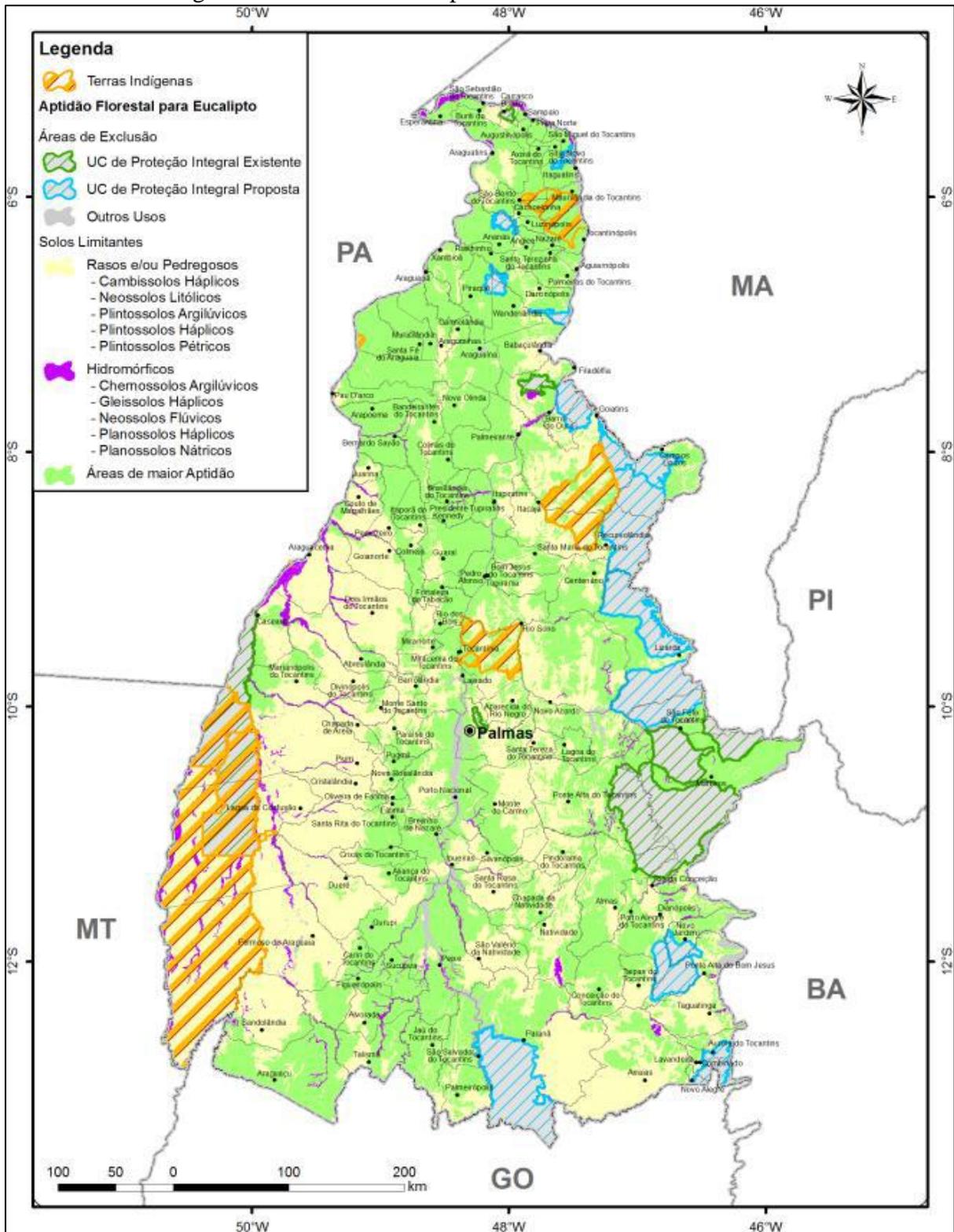
Fonte: TOCANTINS (2016, p. 6) organizado por Matos, 2018.

A figura 03, apresenta a área plantada de eucalipto no Tocantins no ano de 2016 de acordo com as regiões de plantio estabelecidas pela SEAGRO: 1-Gurupi, 2-Sudeste, 3-Palmas/Jalapão, 4-Cantão, 5-Meio Norte, 6-Campos lindos e 7-Bico do Papagaio. Neste trabalho, são abordadas as regiões 5 e 6 (Meio Norte e Campos Lindos), regiões em que estão inseridos os municípios de Palmeirante e Filadélfia.

A SEAGRO (TOCANTINS, 2016) aponta que 1/3 das propriedades que cultivam eucalipto no Tocantins respondem por 86% da produção total. Esses números revelam que o modelo implantado no estado remete ao padrão fundiário da Amazônia de concentração de terras. A região norte do Tocantins possui grande participação da área total plantada de eucalipto. O investimento feito nesta região deriva da proximidade com os estados do Maranhão e do Pará, pois, assim, a produção fica próxima do mercado consumidor (fábrica da Suzano Papel e Celulose e indústria siderúrgica) e também de estudo feito pelo governo estadual que indicou as áreas com maior aptidão à atividade florestal (TOCANTINS, 2014).

A figura 04 mostra, (em verde) as áreas com maior aptidão para receber o cultivo do eucalipto, segundo o governo do Tocantins. Interessante notar a conformidade das áreas à Rodovia BR-153, essa compatibilidade entre solo e rodovia tende a se intensificar no futuro caso sejam fortalecidos os eixos defendidos pela SEMADES.

Figura 4 - Áreas de maior aptidão à silvicultura no Tocantins



### 3.2 Eucalipto, políticas públicas e comunidades quilombolas no Tocantins

Em entrevista concedida a um jornal on-line (CONEXÃO-TO, 2014), Ruyter de Pádua, secretário executivo de Agricultura e Pecuária, disse que a expectativa da SEAGRO era de crescimento<sup>26</sup> contínuo para a silvicultura no Tocantins. A silvicultura era um dos destaques do agronegócio no estado e foi apresentada como uma “atividade sustentável”, devido à opção de implantação das florestas plantadas em áreas degradadas em conjunto com a pecuária, por meio do sistema agrossilvopastoril<sup>27</sup>. No entanto, esta mesma matéria revela uma contradição ao divulgar informação da SEAGRO que “[...] apesar de ser considerada uma alternativa de produção para os agricultores, o plantio de eucalipto já é a principal atividade produtiva para alguns produtores do Tocantins [...]” (TOCANTINS, 2014).

Perceba a contradição: se o cultivo do eucalipto é a principal atividade para alguns produtores, o cultivo agrossilvopastoril é restrito para alguns casos e os projetos de grande escala, que operam com a monocultura, é que são a regra. Nesta pesquisa, não obtive informações que confirmem que o sistema agrossilvopastoril tenha sido implantado em larga escala no Tocantins, como sugere o representante do governo estadual ao sustentar que esse negócio seja sustentável. Tampouco há informações acerca da utilização de áreas degradadas. Nesta mesma ocasião, o assunto em pauta era a intenção da Eco Brasil Florestas de implantar uma indústria no município de Araguaína, com a possível geração de dez mil empregos no projeto de celulose e mil na fase florestal (CONEXÃO-TO, 2014). O que não é dito na matéria, é que os empregos gerados na fase florestal são, em sua grande maioria, sazonais. Isto é, em alguns poucos meses do ano, a empresa até pode empregar mil pessoas, mas este número é reduzido drasticamente em alguns dos meses do ano, ficando apenas a mão de obra com maior qualificação empregada durante o ano todo.

Nesta mesma entrevista, o representante da SEAGRO destacou o Programa de Industrialização Direcionada (Próindústria), um programa do governo do Tocantins para este tipo de investimento. O Próindústria é regulamentado pela Lei Estadual nº 1.385 de 09 de julho de 2003 (TOCANTINS, 2003) e prevê benefícios fiscais e incentivos para indústrias que se

---

<sup>26</sup> O plantio de eucalipto no Estado cresceu 577% desde 2006, quando a área era de 13.000 hectares, alcançando 75.977 hectares em 2011 (TOCANTINS, 2014).

<sup>27</sup> Situação em que a mesma área recebe concomitantemente a floresta plantada e a pecuária.

instalam no Tocantins<sup>28</sup>. Dentre eles, estão a isenção do ICMS e também financiamento de capital de giro e da infraestrutura básica necessários aos empreendimentos incentivados (TOCANTINS, 2003). Nada é dito a respeito de possíveis impactos decorrentes da atividade produtiva, tampouco os relaciona com comunidades tradicionais.

No governo federal, dentre as ações que visam o fortalecimento da silvicultura, destacamos o incentivo estatal expresso pelo Decreto 8.375 de 11 de dezembro de 2014, que instituiu a Política Nacional de Florestas Plantadas<sup>29</sup>. Essa política estimula o plantio do eucalipto e visa o aumento da produção de bens e serviços florestais para o “desenvolvimento social e econômico do país e a redução dos efeitos das mudanças climáticas e versa ainda, sobre a melhoria da qualidade de vida no meio rural” (BRASIL, 2014).

A Política Nacional de Florestas Plantadas, porém, nada diz a respeito do cultivo dessas florestas plantadas em áreas próximas às comunidades tradicionais, sejam elas indígenas/quilombolas ou quaisquer outras que vivem em áreas pretendidas pelo mercado do eucalipto. Verifica-se que há um conflito quanto ao papel do Estado, que deve atuar no reconhecimento e titulação dos remanescentes de comunidades de quilombos (legalização de seu direito consuetudinário), e que, concomitantemente, formula políticas de desenvolvimento que cruzam territórios tradicionais, sem considerar as comunidades em questão.

Com o objetivo de fortalecer a silvicultura no Tocantins, foi apresentado, em 2014, à população do estado, um relatório organizado pela Secretaria do Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável do Tocantins – SEMADES, no qual foi proposta a reformulação da Política Estadual de Florestas e a criação do Plano Estadual de Florestas. O documento faz um diagnóstico do setor florestal no estado, incluindo, além do eucalipto, a seringueira e o extrativismo em florestas nativas<sup>30</sup>. É estruturado em três eixos estratégicos (social, ambiental-florestal e econômico). A apresentação do eixo social é feita da seguinte forma:

O Eixo Estratégico 1 (Social) está fundamentado no conceito de desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade social está relacionada à garantia de qualidade de vida da população. É fundamental haver o efetivo envolvimento, consideração dos

---

28 De acordo com o artigo 2º da Lei 1.385, a finalidade do Próindústria é de promover: I – a interiorização da atividade industrial; II – a geração de emprego e renda; III – o estímulo à utilização e à transformação de matéria-prima local; IV – o uso sustentado dos recursos naturais; V – a gradativa desoneração da produção.

<sup>29</sup> Decreto presidencial Nº 8.375, de 11 de dezembro de 2014.

<sup>30</sup> Nesta pesquisa, nos ocupamos apenas do que diz respeito ao eucalipto.

interesses e capacidades dos atores chaves envolvidos (governo, setor privado e sociedade civil) (TOCANTINS, 2014, p. 55)

O destaque dado ao envolvimento dos atores no texto Eixo Estratégico, bem como a importância dada à sustentabilidade social que visa a qualidade de vida da população, são aspectos muito importantes a serem analisados. Isto porque, quando se fala em envolvimento dos atores chaves (governo, setor privado e sociedade civil), deve-se averiguar a eficácia de tal afirmação. Isto é, se são apenas palavras usadas para conseguir a aprovação da sociedade, mas tornadas sem efeito em sua aplicação. As notícias veiculadas sobre a formulação e apresentação do documento, nada falam sobre a participação de pessoas de fora do meio empresarial e governamental. O relatório apresenta vários eventos realizados em todo o estado. São visitas técnicas, palestras, debates, oficinas técnicas e até mesmo uma consulta pública junto à sociedade tocantinense.

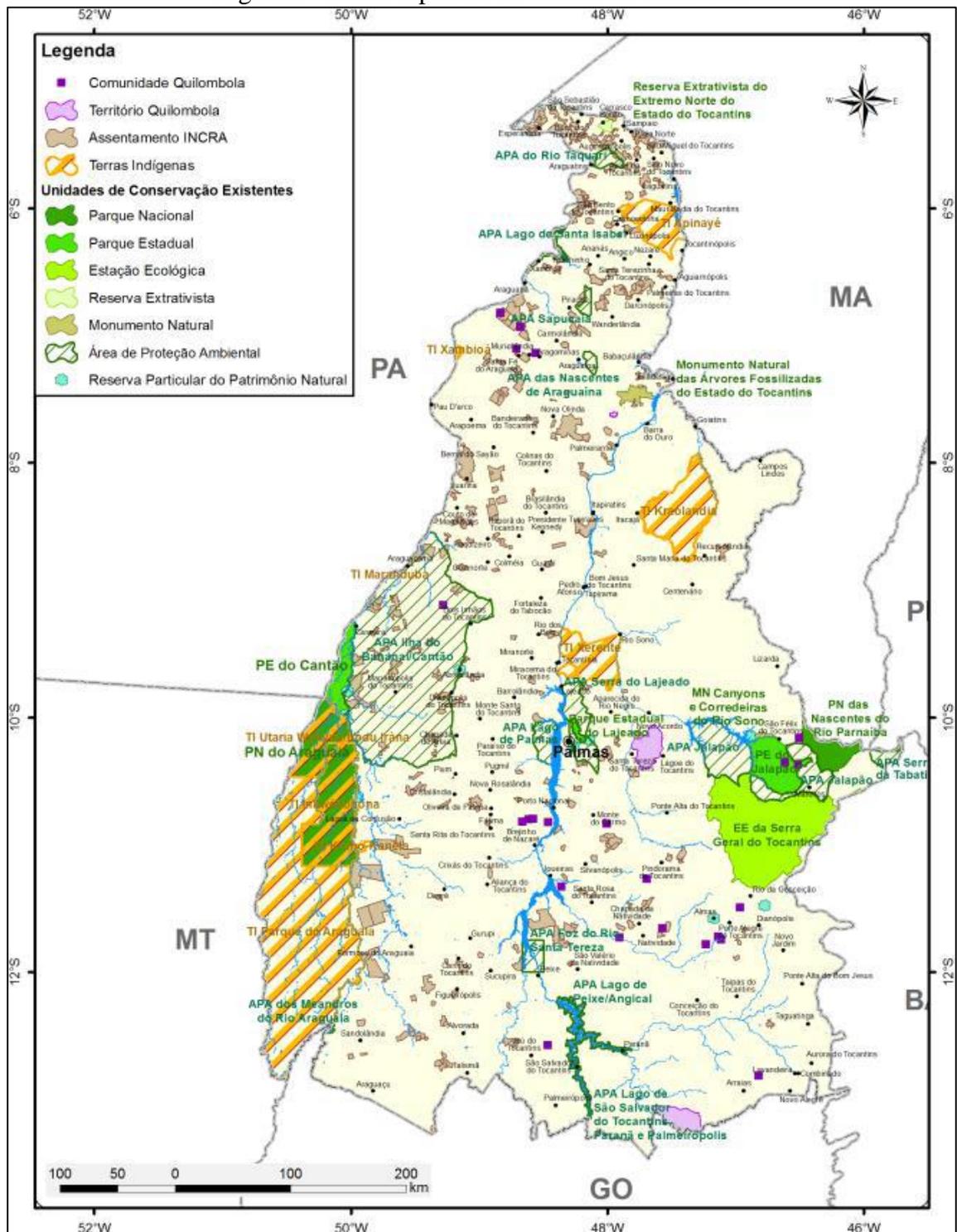
No entanto, a consulta pública ocorreu apenas virtualmente no site da SEMADES entre os dias 22 de maio e 05 de junho de 2014, um período curto e com divulgação feita no Diário Oficial. Um assunto de tal magnitude, deveria ter sido alvo de maior divulgação visto que o Diário Oficial não possui capacidade de penetração na maioria da população. A minuta do projeto de Lei da Nova Política Estadual de Florestas e o documento do Plano Estadual de Florestas do Tocantins são temas importantes para a população em geral, em especial para aqueles que são afetados, por isso, a divulgação em outros meios de comunicação é imprescindível para permitir o acesso dessas pessoas ao processo.

Um ponto positivo (mas nem tanto) é que no subitem acerca do Meio Biótico<sup>31</sup> o relatório faz uma menção às áreas especiais de interesse ambiental. As áreas especiais destacadas no relatório são as Unidades de Conservação, as terras indígenas, os territórios quilombolas e os assentamentos do INCRA, conforme mostra a figura 5 – Áreas especiais no Tocantins:

---

<sup>31</sup> De acordo com o Art. 6º da Resolução CONAMA nº. 001/86, a caracterização do meio biótico inclui a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente.

Figura 5 - Áreas especiais no estado do Tocantins



Fonte: TOCANTINS, 2014, p. 26

Em análise feita ao documento da SEMADES, percebe-se que o tratamento dado às comunidades quilombolas está equivocado. De acordo com a legenda da figura 5, os itens destacados em roxo representam as comunidades quilombolas do Estado, no entanto, apesar de

mostrar as comunidades distribuídas pelo Estado, ele somente considera como territórios quilombolas, três delas (SEMADES, 2014): apenas os territórios que estão com processo de demarcação e titulação já adiantado junto ao Incra. As comunidades que estão pleiteando a regularização fundiária, não foram consideradas. Entende-se que um estudo de tal magnitude deve caracterizar corretamente as comunidades tradicionais, visto que o Eixo Social prega melhoria da qualidade de vida e participação da sociedade civil envolvida.

Umas das três comunidades listadas no relatório é a Comunidade remanescente de quilombo do Grotão, localizada no município de Filadélfia-TO, divisa com Palmeirante e objeto desta pesquisa. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE Cidades, 2015), em 2006 não havia plantação de eucalipto no município de Filadélfia, enquanto que em 2015, o município possuía 380 hectares da espécie. No entanto, apesar de a comunidade remanescente de quilombo Grotão estar localizada no município de Filadélfia, a área de plantio de eucalipto que está próxima à comunidade está localizada em Palmeirante, município que faz divisa com o território da comunidade. Os impactos da chegada do eucalipto no entorno da comunidade são discutidos no item 4.4 intitulado “*Nós queremos o cerrado, nós queremos o nosso território*”.

#### **4 A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO GROTÃO: DILEMAS E PERCEPÇÕES NA PERSPECTIVA DA LUTA PELO TERRITÓRIO**

A modernização e o progresso<sup>32</sup> foram retratados como imprescindíveis e necessários, restando a todos a obrigatoriedade de se inserir no processo modernizador para serem vistos como “civilizados”. Tal entendimento teve origem nesse pensamento colonial eurocêntrico e ainda está presente nos dias de hoje. É necessário contrapor esse pensamento e entender as comunidades a partir de seu modo de viver e territorialidade, para, a partir desse ponto de vista, buscar alternativas de desenvolvimento que respeitem suas particularidades.

Este capítulo apresenta inicialmente uma discussão acerca dos povos tradicionais e da contraposição entre os títulos de propriedade e o uso tradicional dos territórios efetuado pelos povos tradicionais. A necessidade de entendimento dos povos tradicionais a partir do seu modo de vida é evidenciada para contrapor o pensamento amplamente difundido de que esses povos ali estão estabelecidos de forma irregular. Afinal, foram eles que chegaram primeiro e que têm sofrido com os processos de grilagens decorrentes da modernização do campo.

É apresentado um pequeno retrato das comunidades quilombolas existentes no estado do Tocantins, a formação socioterritorial da comunidade quilombola Grotão, bem como as ameaças enfrentadas pela comunidade, caracterizadas pela insegurança no território e pela chegada do eucalipto enquanto última instância da modernização e potencial redutora da disponibilidade de água para a comunidade.

##### **4.1 Populações tradicionais na modernização da Amazônia**

As populações que residem secularmente na Amazônia, quando apresentadas a partir da perspectiva modernizadora, são comumente denominadas de tradicionais com o sentido de atrasadas, primitivas e arcaicas, de modo a enfatizar que vivem num processo histórico diferente da modernização que lhes está sendo imposta. O discurso hegemônico prega que, por estar fundamentado em saberes e fazeres, racionalidades econômicas e ambientais diferentes do modo de produção capitalista, esse modo de vida estaria fadado a desaparecer (LITTLE, 2002).

---

<sup>32</sup> Segundo esse mesmo discurso, o progresso seria resultante da modernização. Por esse motivo, seria necessária a superação do atraso.

Quijano (2005) destaca que o controle da produção de conhecimento foi primordial no processo de dominação empreendido pela Europa colonizadora. O autor salienta o uso de três procedimentos realizados comumente por parte dos colonizadores como responsáveis pelo fortalecimento da ideia de superioridade europeia frente aos outros povos, são eles: a expropriação das populações colonizadas, a repressão à reprodução do conhecimento dos colonizados e de seu universo simbólico e, terceiro, imposição aos colonizados do aprendizado da cultura dominante. Essas ações favoreceram a reprodução da dominação. Dentre essas ações, Quijano (2005) reforça que a mais violenta de todas consiste na repressão à produção do conhecimento e à repressão à produção de sentidos. Na América, a produção dos indígenas e dos povos da floresta foi tida como iletrada, uma subcultura<sup>33</sup>. Os saberes dos povos tradicionais foram tolhidos durante a colonização com tamanha intensidade que o imaginário de grande parcela da população atual ainda é recheado de preconceitos para com esses povos.

Nesta pesquisa, quando nos referimos às comunidades tradicionais, populações originárias, moradores seculares, dentre outras nomeações, estamos falando, de modo geral, dos povos tradicionais que vivem secularmente em terras anteriormente consideradas “devolutas<sup>34</sup>”, como os indígenas, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, varzeiros, pequenos agricultores, comunidades remanescentes de quilombo, mulheres quebradeiras de coco, etc., povos amplamente estigmatizados como atrasados.

Sobre a questão fundiária dos povos tradicionais do Brasil, Little (2002) apresenta um histórico desse problema no qual aborda a territorialidade dos diferentes povos, trata de questões territoriais e os discute de forma diferente das abordagens que enfatizam campesinato, etnicidade e raça. O objetivo do autor é encontrar semelhanças importantes entre esses grupos, de modo a vincular as semelhanças mais importantes às reivindicações fundiárias, algo que fica difícil de ser realizado a partir da perspectiva clássica. Ao tomar esse caminho metodológico, ele define a territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a, assim, em seu ‘território’ ou *homeland*’ (LITTLE, 2002, p. 3). A partir dessa perspectiva de territorialidade, o autor destaca que o território é resultado do processo histórico

---

<sup>33</sup> Na Ásia, houve a preservação da herança escrita e essa repressão foi menor, daí decorre a criação da categoria Oriente, enquanto que os povos da América e da África foram considerados raças inferiores.

<sup>34</sup> O destaque às terras devolutas é feito com o objetivo de contrapor a ideia de vazio demográfico utilizada pelo Estado na colonização da Amazônia que tratou as terras sem considerar os povos que nela viviam.

social e político. Assim, para analisar qualquer grupo, é necessário entender o contexto específico da formação do território desse grupo, bem como conhecer sua cosmografia<sup>35</sup>.

Os territórios dos povos tradicionais se fundamentam em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva. A longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais. O fato de que seus territórios ficaram fora do regime formal de propriedade da Colônia, do império e, até recentemente, da República, não deslegitima suas reivindicações, simplesmente as situa dentro de uma razão histórica e não instrumental, ao mesmo tempo em que mostra sua força histórica e sua persistência cultural (LITTLE, 2002, p 11).

O autor ressalta a importância da formação histórica do território como contraponto ao título de propriedade, tão valorizado pelo sistema capitalista de produção. Argumenta que a falta da titulação das terras, não reduz a legitimidade das reivindicações e que a territorialidade desses povos é expressa na memória dos seus membros e nas relações simbólicas e identitárias do grupo com seu território. Para Little (2002, p. 23), o conceito de povos tradicionais está sustentado numa análise que engloba três fatores: a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar e a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis. Neste trabalho, utilizo o termo povos tradicionais a partir da perspectiva de Little, como forma de contrapor o discurso modernizador do Estado e das classes hegemônicas sobre esses povos. Esse discurso hegemônico, que tem sido amplamente utilizado para sustentar a modernização, tenta esconder de grande parcela da população os interesses desses grupos e as reais condições de vida dos povos tradicionais.

Os povos que residiam originalmente na Amazônia foram submetidos à expropriação, expulsão, ao controle externo e à violência empreendidos aos longos dos anos pela colonização e pela modernização. Fazendo uso do discurso de “vazio demográfico”, o governo vendeu e transferiu terras “devolutas” sem o conhecimento desses povos que não tinham acesso aos editais publicados em jornais das cidades. Mesmo quando os residentes tomavam conhecimento, muitas vezes não dispunham dos meios necessários para legitimarem a posse e permanecerem na terra, uma vez que o aparato estatal e o dinheiro estavam em poder dos novos proprietários ou foreiros. Jagunçagem, ameaças, violência e despejo judicial, eram algumas das formas utilizadas para a realização da ‘limpeza do terreno’. A indenização aos posseiros,

---

<sup>35</sup> Fazem parte da cosmografia do grupo: “seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na sua memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele” (LITTLE, 2002, p. 4).

quando ocorria, era paga com valores irrisórios, porque não se contabilizava a perda do acesso à floresta, o valor da mata nativa e nem as benfeitorias realizadas nas terras (LOUREIRO, 2004).

Com a chegada da modernização na Amazônia, as formas de ser e de viver tradicionais com suas práticas e saberes, por serem diferentes daqueles valorizados pela marcha modernizadora, foram consideradas atrasadas, devendo ser superadas. Os povos tradicionais se tornaram empecilhos à realização dos ‘grandes projetos’ e à modernização. Como exemplo, vejamos o caso do setor extrativista seringueiro, no qual os trabalhadores não conseguiam entender o porquê da perda das terras ancestrais e quando o fizeram, já era tarde demais porque o processo já estava consumado. Nessa época, a distância entre as comunidades<sup>36</sup> não permitiu a formação da percepção coletiva de que haviam vários trabalhadores nas mesmas condições, tampouco possibilitou a “[...] formação de uma consciência crítica e uma reação das classes subordinadas face ao capital e suas formas de dominação [...]” (LOUREIRO, 2004, p. 118).

A expulsão do homem do campo é o momento de ruptura na relação homem-natureza em que se processa a aniquilação da cultura do amazônida, das experiências vividas. Essa expulsão foi realizada com o uso da força por parte do mesmo Estado que deveria atuar na proteção dos direitos das populações. Além disso, são problemas recorrentes os conflitos derivados das expulsões e também a interrupção da identidade cultural e grupal dos povos amazônicos (LOUREIRO, 2004).

As transformações decorrentes da modernização começaram com a expulsão dos povos e perduram por muito mais tempo, até os dias atuais. São profundas mudanças na territorialidade dos povos que, sem suas terras para sua existência, precisaram se integrar à lógica capitalista. Pescadores, camponeses, índios, quilombolas etc., foram obrigados a vender sua mão de obra para garantir sua sobrevivência, sendo que muitos deles foram desalojados e passaram a morar nas periferias das cidades (LOUREIRO, 2004).

Essas mudanças impostas aos povos tradicionais vieram acompanhadas de grandes perdas da cultura e de territorialidade, não por escolha das comunidades, mas, sobretudo, como resultado da violência empreendida contra eles. Essa violência se manifestou de várias formas, sendo a força física a mais visível aos de fora. No entanto, a perda das práticas, tradições,

---

<sup>36</sup> A exploração econômica extrativista necessita de amplos espaços para atuação, nesses espaços são formados pequenos núcleos humanos de famílias que mantém se isoladas.

memória social, formas de articulação com a natureza, práticas de sobrevivência social e instituições culturais diversas, constituem aspectos da desterritorialização das comunidades. Haesbaert<sup>37</sup> (2004) destaca que a perda do território para os hegemônicos significa a mesma coisa que desaparecer, tamanha é a força que o território tem sobre o ser das pessoas (e não apenas sobre o ter). O ser parte do território, que não é contabilizado nem pelo Estado, nem por investidores, não pode ser separado do ter acesso ao território.

Para os povos tradicionais, é impossível dissociar o ser do ter, tanto que, diferentemente de empresários agrícolas e empresas que se preocupam apenas com o ter, os povos tradicionais associam funcionalidade (recurso) e identidade (símbolo) com a mesma intensidade. Conforme Haesbaert (2004, p. 5), “[...] as sociedades tradicionais conjugavam a construção material (funcional) do território como abrigo e base de “recursos” com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à sua cultura”.

Quando o Estado atuou na Amazônia tratando-a como ‘vazio demográfico’ e ‘natureza vazia’, deixou não apenas de considerar os povos seculares e os posseiros que ali chegaram em decorrência das campanhas desenvolvimentistas de ocupação, mas também cometeu a violação de pensar na Amazônia como um território funcional, pensando-a apenas em seu valor comercial, a partir da dominação realizada pela concentração das terras. Deixou de considerar, também, que os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros e outros que habitam a região há séculos, se identificam com seu território, dele realmente se apropriam<sup>38</sup>, conhecendo-o e dele usufruindo, mesmo sem a propriedade privada da terra. (LOUREIRO, 2004).

Como dito anteriormente, os povos tradicionais que foram expulsos de seu território, por não terem a titularidade da terra e nem os meios para obterem tal titularidade perderam sua territorialidade e viram a destruição de seu modo de viver. Já aqueles povos que ainda resistem, mas que sofrem pressão constante em virtude da falta de titulação de suas terras, como é o caso da Comunidade remanescente de quilombo Grotão, tem passado também por mudanças na sua territorialidade e até mesmo a perda de vínculo com o território. A maneira encontrada para obter força para resistir às diversas pressões contra o território e o modo de viver, tem sido pelo caminho da organização com movimentos sociais (CRUZ, 2007).

---

<sup>37</sup> Inspirado em Bonnemaïson e Cambrézy.

<sup>38</sup> Ao contrário das grandes fazendas improdutivas.

Conforme Cruz (2007), somente a partir do final da década de 1980 é que a sociedade civil começou a se organizar para combater o histórico de violência imposta pela ordem do progresso. Trata-se da organização de movimentos sociais em busca de formas de resistência para garantir a existência dessas populações tradicionais. Os movimentos sociais das populações tradicionais têm atuado na mudança de perspectiva, mostrando um ponto de vista diferente daquele apresentado pelo discurso moderno/colonizador. A atuação é no sentido de contrapor essa visão, a partir das diferentes formas de territorialidades, com uma visão voltada para o passado e, ao mesmo tempo, para o futuro (CRUZ, 2007).

De acordo com Cruz (2007), as comunidades tradicionais têm buscado agenciar a consciência histórica da formação de seu território e de suas identidades para entender como se deu o processo histórico que os trouxe para o momento atual, para pensar no futuro, organizando-se tanto para atuação política na defesa de seus direitos, quanto na busca de reconhecimento de suas práticas e saberes.

No caso das comunidades quilombolas, o movimento iniciado na década de 1980, pelo caminho dos movimentos sociais, ganhou força com a Constituição Federal de 1988, que reconheceu o direito das comunidades quilombolas ao território ocupado. Conforme regulamentado posteriormente, o primeiro passo para a titulação é a autodefinição como quilombolas, o passo seguinte é a certificação junto à Fundação Palmares, para posterior processo de titulação definitiva junto ao INCRA (BRASIL, 2003).

Para Almeida (2004, p. 52), a autodefinição é uma mudança para as comunidades que vai além da questão de raça e ancestralidade, “ [...] para além de um tema histórico. Quilombo consiste num instrumento através do qual se organiza a expressão político-representativa necessária à constituição, ao reconhecimento e à fixação de diferenças intrínsecas a uma etnia [...] ”. O processo de autodefinição não é restrito a traços biológicos ou elementos materiais, mas a base para sua relação com os demais grupos e representa também a base para as lutas sociais e ação política. A identidade coletiva baseada na autodefinição e na capacidade político-organizativa configura uma forma ativa de atuação das comunidades frente a conflitos com outros grupos e com o Estado. A voz, que era silenciada, agora se contrapõe à voz daqueles que colidem com sua cultura e modo de viver. As comunidades quilombolas utilizam a autodefinição, a legislação e a organização política para o atendimento de suas demandas.

Outra importante mudança instituída pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e que se relaciona com os povos tradicionais, diz respeito à titulação e regularização das anteriormente, ‘terras devolutas’. A mudança consiste na saída do território vazio para o reconhecimento jurídico dessas terras como ‘terras tradicionalmente ocupadas’<sup>39</sup>. Trata-se de um resultado da articulação política de diversos povos como as quebradeiras de coco, indígenas, quilombolas, castanheiros, ribeirinhos, seringueiros, comunidades de fundo de pasto e faxinais.

De acordo com Almeida (2008), a caracterização das terras dos indígenas e dos quilombolas como ‘terras tradicionalmente ocupadas’, é considerada um avanço do texto constitucional no que diz respeito à regularização dessas terras. No entanto, como a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) não instituiu de imediato todas as condições necessárias (instituições responsáveis, estrutura e orçamento) para a efetivação e o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas, são muitas as dificuldades enfrentadas por indígenas e quilombolas até a tutela indígena e a titulação quilombola serem finalizadas.

O reconhecimento jurídico contribuiu ainda para uma mudança também no que diz respeito ao sentido do termo tradicional. Como dito anteriormente, papel primordial é desempenhado pelas autodefinições dos agentes sociais como pertencentes a um determinado grupo, de acordo com sua territorialidade, na busca de direitos frente ao Estado em nome de seu acesso à terra de forma coletiva, diferentemente do regime de propriedade privada. Esta mudança surge com uma força capaz de mobilizar mais indivíduos na demanda de objetivos comuns que não estão ligados somente às faixas de terras que ocupam, mas que utilizam o termo tradicional para ligá-lo às suas demandas do presente (ALMEIDA, 2008). O termo ‘tradicional’ passou a ser mobilizado politicamente para fortalecer a busca por direitos desses povos que, historicamente, têm sido desconsiderados em função da propriedade privada.

#### **4.2 Comunidades remanescente de quilombo Grotão no contexto tocantinense**

O estado do Tocantins possui diversas comunidades quilombolas distribuídas por seu território. A origem da maioria dessas comunidades data da época da escravatura brasileira,

---

<sup>39</sup> De acordo com a legislação vigente desde 1988, as terras indígenas necessitam ser homologadas e permanecem como bens da União, os indígenas detêm a posse permanente das terras. Já as comunidades quilombolas, quando finalizado o todo o processo de reconhecimento e demarcação, tem a propriedade definitiva e as terras são tituladas em nome da respectiva comunidade de remanescente de quilombos (ALMEIDA, 2004).

quando os escravos eram trazidos para trabalhar na mineração e em outras atividades. Segundo Muniz (2015), essas comunidades resultam das frentes de ocupação ocorridas na capitania de Goiás, durante o período da escravidão. A frente migratória do Sul, estava ligada ao ciclo da mineração do ouro, e a frente migratória do Norte (Bico do Papagaio) estava ligada à expansão da criação de gado. Escravos fugiam das fazendas dos estados do Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia e vinham para a capitania de Goiás (norte de Goiás, atual Tocantins). Acerca desse período, Pereira (2012, p. 88) evidencia que

[...] foi no século XVIII, período do ciclo da mineração do ouro, que o norte de Goiás foi invadido por missionários jesuítas e bandeirantes paulistas à procura de ouro. À medida que aconteciam enfrentamentos com os povos indígenas e estes se tornavam prisioneiros de guerra, mantinha-se a escravidão negra, mas o trabalho do escravizado indígena também era utilizado.

A mão de obra escrava foi a responsável por movimentar esses dois sistemas econômicos durante muito tempo. A decadência da mineração, a situação em que viviam e a posterior abolição levou vários escravos à fuga. Os escravos fugiam e se abrigavam nas florestas, serras e cerrado, sempre próximos à água, que lhes dava condições de sobrevivência juntamente com a caça, o extrativismo e a roça (COEQTO, 2015).

Um estudo feito por Esteves (2013) revela que a historiografia da escravidão inicialmente mostrava uma relação até harmoniosa entre senhores e escravos, onde a existência de conflitos foi minimizada. Em seguida, o autor aponta que as revisões feitas por que compreendiam essa perspectiva como um mito insustentável. Logo depois, ele apresenta a perspectiva marxista, que foca sua atenção na luta e resistência dos escravos como contraponto ao escravo dócil. Várias foram as formas de resistência, como o não trabalho e as fugas em grupos para locais isolados. Os quilombos, a formação de grupos de escravos fugidos, foi a mais representativa das resistências.

Esteves (2013) destaca ainda o aspecto cultural para a formação dos quilombos, consistia na luta dos escravos contra a aculturação europeia empreendida nas senzalas. Os senhores suprimiam sua língua, cultura e estilos de vida. De acordo com essa perspectiva, os quilombos representavam a luta e o repúdio ao sistema de cativo escravidão.

A ressignificação do termo quilombo foi oficializada na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) no Art. 68 do Ato das Disposições Contraditórias (ACDT). O texto conferiu um novo significado ao entender que, independentemente das origens, toda e qualquer comunidade com territorialidades africanas que se auto reconheça como remanescente de

quilombos tem direitos territoriais sobre suas terras. A mudança simbólica conferiu força ao movimento negro, visto que, a partir da Constituição de 1988, passou a se organizar na luta por seus direitos, não somente os territoriais.

As comunidades localizadas no Tocantins<sup>40</sup> possuem diferentes processos históricos de formação, sendo a maioria decorrentes da mineração ou das fazendas. Há também comunidades com formação mais recente, como é o caso da Comunidade Dona Juscelina, de Muricilândia. Apresento a seguir, não um estudo pormenorizado de todas as comunidades quilombolas do Tocantins, mas uma breve exposição de algumas delas com o objetivo de caracterizar a variedade de processos históricos.

Esteves (2013) ressalta a importância de entender as comunidades dentro de suas especificidades, para ir além da definição política. A questão central é visibilizar as comunidades remanescentes de quilombo de acordo com seus aspectos particulares e de suas formas de organização sem cair no reducionismo que o conceito engessado faz.

A figura 06, apresenta a distribuição espacial das comunidades no estado do Tocantins, onde se percebe uma maior concentração no sul e sudeste do estado. O destaque em azul (número 6) mostra a comunidade Grotão, objeto desta pesquisa, que possui formação derivada da fuga de uma fazenda no Maranhão. Localizada no município de Filadélfia, norte do estado, a comunidade será abordada com maior precisão e aprofundamento no tópico a seguir. O que queremos destacar é que as comunidades localizadas no Tocantins possuem diferentes processos históricos de formação, sendo a maioria decorrente da mineração ou das fazendas.

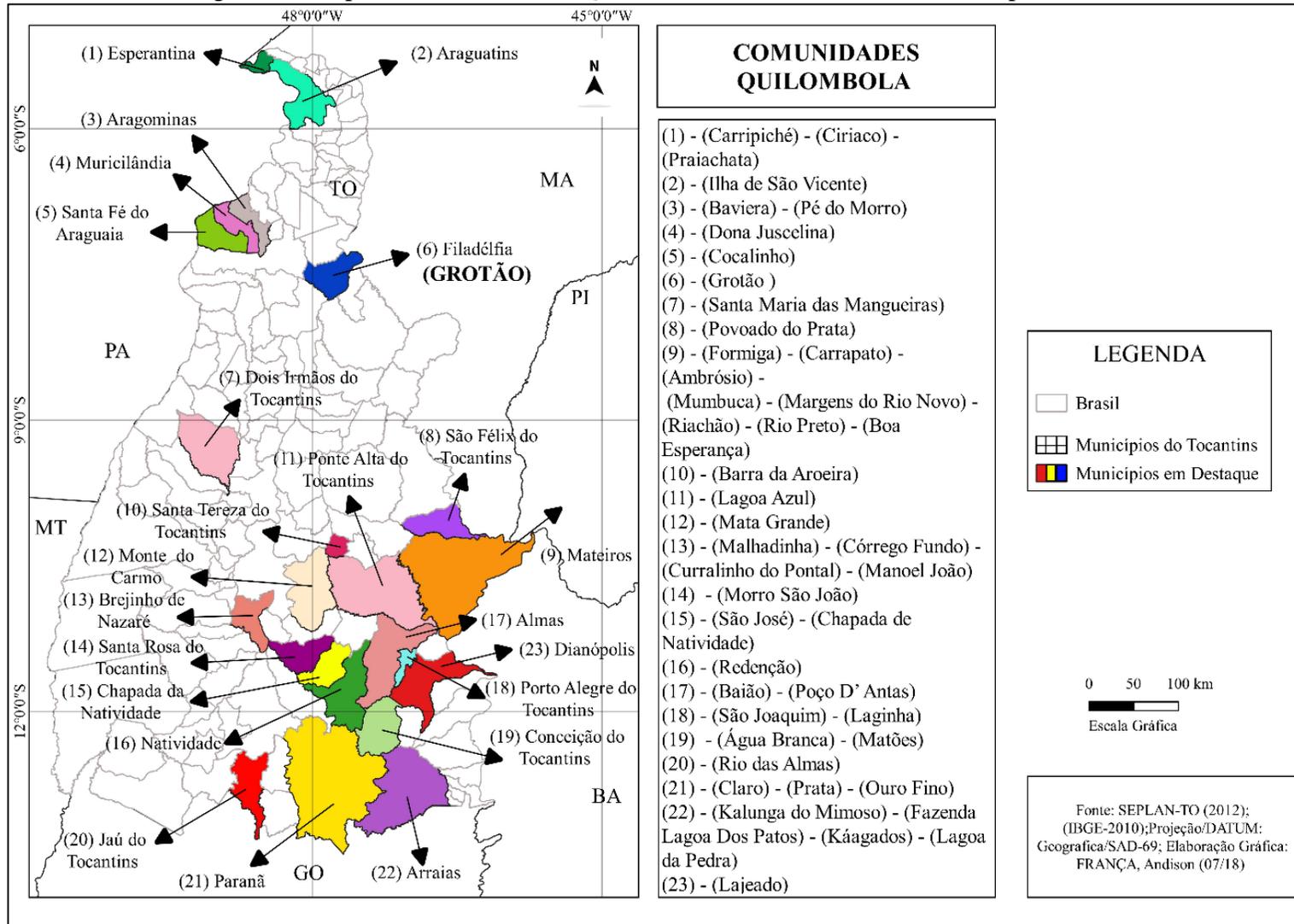
A figura 06 apresenta as comunidades de acordo com as cidades em que estão localizadas. Há cidades que possuem até quatro comunidades quilombolas, como é o caso da cidade Arraias. Por esse motivo, estão destacados 23 municípios para as 45 comunidades quilombolas que possuem reconhecimento pela Fundação Palmares.

Começamos pela Chapada dos Negros, localizada a três quilômetros do centro da cidade de Arraias, que, de acordo com a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado do Tocantins (2016), é uma área de preservação histórica com patrimônio histórico passível de tombamento.

---

<sup>40</sup> A escolha das comunidades aqui apresentadas se deu em razão da disponibilidade de fontes bibliográficas sobre as mesmas, visto que a maioria das comunidades quilombolas possui um acervo reduzido de documentação.

Figura 6 – Mapa das Comunidades Quilombolas do Tocantins distribuídas por cidade



Fonte: Fundação Cultural Palmares e COEQTO, 2018 (dados organizados por MATOS,2018).

Trata-se de uma área que contém resquícios de um garimpo, ruínas que abrigaram milhares de escravos durante o ciclo de ouro e que serviram de base para a formação da cidade de Arraias e de quilombos. Nesta antiga zona mineradora da então capitania de Goiás, estão localizadas as comunidades de Kalunga do Mimoso, Kágados, Fazenda Lagoa dos Patos e Lagoa da Pedra, todas já reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares. Acerca desse período, Lima (2006) ressalta que as comunidades quilombolas do município de Arraias, são oriundas do período da mineração no século XVII e XVIII, quando um grupo de escravos se refugiou na Chapada dos Negros. Inclusive a origem da cidade se deu com um povoamento nesta mesma chapada, sendo, posteriormente, a população removida da chapada para outro local, que hoje é a cidade de Arraias.

Há pouco material escrito sobre a história da comunidade Lagoa das Pedras. A história tem sido transmitida via oral ao longo das gerações e, mesmo que haja algumas informações contraditórias, os mais velhos contam que a comunidade teve início quando Joaquim Evangelista Machado apossou-se de 500 alqueires de terra e ali estabeleceu moradia juntamente com outros negros (LIMA, 2006).

Após o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo, em 2004, algumas melhorias foram implantadas como um poço artesiano para a retirada de água (não tratada) e linha de ônibus três vezes por semana. Permanecem na comunidade práticas como a folia de reis, o uso de medicamentos naturais, cozimento de alimentos à lenha, culinária típica e outras.

Pereira (2013) destaca a importância da oralidade na preservação da história da comunidade Mumbuca, na cidade de Mateiros, região do Jalapão. Formada a partir do casal fundador José Delfino Bento e Maria Jacinta, a comunidade tem o nome de uma abelha. Sua origem é relatada a partir de uma fuga do casal da seca e da fome na Bahia e da busca por uma terra livre. A composição inicial da comunidade é de remanescentes de quilombolas (casal fundador) e de indígenas. A comunidade possui produção ativa de artesanato de capim dourado, conforme ensinamentos transmitidos através das gerações (PEREIRA, 2013).

A comunidade remanescente de quilombo Mata Grande, localizada no município de Monte Carmo e com origem ainda na época da mineração, possui uma particularidade na situação atual, pois a possui a maior parte de seus integrantes na zona urbana. Pinheiro *et al* (2013) destacam que entre os anos de 1991 e 2012, das 20 famílias da comunidade, 11 famílias migraram para a zona urbana em busca de melhores condições de vida, como acesso à saúde, educação, emprego e saneamento básico. Os migrantes relataram dificuldades em se adaptar à

vida na cidade em função da agitação e do barulho da vida urbana e falam com saudosismo da época em que residiam na comunidade. Eles alegam que a vida melhorou. No entanto, tal mudança acarretou também a perda de parte da territorialidade quilombola.

O acesso à saúde na cidade, acabou por encerrar o uso de ervas medicinais em detrimento dos medicamentos comprados em farmácias, houve mudança também na relação dos que saíram da comunidade com a flora e a fauna silvestre. Além disso, alguns costumes foram alterados por outros hábitos relacionados à vida na cidade, como exemplo, o plantio de alimentos para sobrevivência, foi alterado em razão da compra de mantimentos. Para Pinheiro et al (2013, p. 8), mesmo com as melhorias acarretadas pela vida na cidade, a comunidade de Mata Grande é socialmente vulnerável, pois “[...] mesmo considerando as benfeitorias ligadas à estrutura de moradia, educação e saúde, as famílias passaram de uma condição de autonomia, para a dependência de subempregos ou programas do governo [...]”.

Dentro da diversidade na formação das comunidades remanescentes de quilombo do Tocantins, podemos citar ainda a comunidade de Barra do Aroeira, certificada pela Fundação Palmares e que possui seu território distribuído entre os municípios de Lagoa do Tocantins, Novo Acordo e Santa Tereza do Tocantins. Conforme Teixeira e Souza (2016), sua população é composta pelos remanescentes do ex-escravo e patriarca da comunidade, Félix José Rodrigues, que, após participar da guerra do Paraguai, recebeu doação do governo de terras no antigo Norte de Goiás, por sua atuação como soldado. O autor destaca que quase toda a comunidade é descendente de Félix José Rodrigues e Venância Rodrigues, sua esposa. A produção agrícola, a criação de animais e a venda de produtos artesanais, aliados ao recebimento de benefícios previdenciários são os responsáveis pelo sustento da comunidade (TEIXEIRA e SOUZA, 2016).

A maioria das comunidades quilombolas do Tocantins está localizada na zona rural, sendo apenas as comunidades de São José, Mata Grande e Dona Juscelina, localizadas nas zonas urbanas de Chapada da Natividade, Monte Carmo e Muricilândia, respectivamente. Das 45 comunidades quilombolas do Tocantins reconhecidas pela Fundação Palmares, nove estão localizadas no norte do estado, são elas: Carrapiché, Ciríaco e Prachata (município de Esperantina), Ilha de São Vicente (município de Araguatins), Baviera e Pé do Morro (município de Aragominas), Dona Juscelina (município de Muricilândia), Cocalinho (município de Santa Fé do Araguaia) e Grotão (município de Filadélfia). Há ainda a Comunidade remanescente de

quilombo de Pombo, ainda não reconhecida pela Fundação Palmares, onde seus integrantes se autodenominam remanescentes de quilombo. Esta mesma comunidade também não possui processo junto ao INCRA para titulação.

Dentre as várias comunidades presentes no estado do Tocantins, a comunidade quilombola Dona Juscelina, localizada no município de Muricilândia, norte do estado, possui um processo de histórico de formação mais recente (final da década de 1940). A comunidade foi formada a partir da migração de Dona Juscelina da cidade de Pastos Bons/MA para Muricilândia/TO. A busca por melhores condições de vida ocasionou a migração para terras devolutas às margens do rio Murici. Depois, outros foram chegando e se estabelecendo em centros, centro dos Paulinos, centro dos Borges, centro do Domingos Pedro, etc. Dona Juscelina, neta de cativos, agregou e integrou um grupo de pessoas que se autodenominam remanescentes de quilombos, com reconhecimento pela Fundação Palmares<sup>41</sup>. Exemplo da territorialidade quilombola é a realização anual, na comunidade, de festejo no dia 13 de maio em comemoração à abolição dos escravos em alusão ao desejo de liberdade dos cativos (SILVA de OLIVEIRA, DUARTE e SILVA, 2017; SILVA de OLIVEIRA, 2018).

Localizada também no norte do estado do Tocantins, na região popularmente conhecida como Bico do Papagaio, a comunidade remanescente de quilombo Ilha de São Vicente, de Araguatins, teve sua formação iniciada após a assinatura da Lei Áurea. Em trabalho realizado por Domingues-Lopes (2017), é apresentado um histórico da formação da comunidade que contém informações de que o antigo dono das terras e fundador da cidade de Araguatins, Vicente Bernardino Gomes, fez doação da área da Ilha de São Vicente aos seus ex-escravos para que eles ali estabelecessem moradia. Os descendentes Henrique Julião Barros e Maria Batista Barros foram despejados em 26 de outubro de 2010 por força de uma liminar da justiça que concedeu a posse das terras a uma pessoa que reclama a titularidade da área da Ilha São Vicente. Depois do despejo, a comunidade se organizou em forma de associação e obteve a Certidão de Autodefinição pela Fundação Cultural Palmares. O relatório antropológico foi realizado, mas a comunidade ainda aguarda a titulação das terras.

Conforme orientação do INCRA, o primeiro passo para obter a titulação das terras é a autodefinição como remanescente de quilombo. A comunidade deve buscar a certificação junto

---

<sup>41</sup> A comunidade possui processo aberto junto ao INCRA para demarcação e titulação de seu território. O relatório antropológico está em fase de construção.

à Fundação Palmares, que emite a Certidão de Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ). Em seguida, a comunidade deve apresentar a certidão ao INCRA para a posterior elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que identifica os limites das terras de remanescentes de quilombos. Após a publicação do RTID, é aberto um prazo para contestação. Depois disso, é publicada no Diário Oficial da União a portaria que reconhece os limites do território quilombola. Na sequência, se dá a fase de desapropriação das terras e reassentamento dos posseiros envolvidos naquela área de titulação. A última fase consiste na titulação da terra, mediante outorga do título de forma definitiva e coletiva a toda a comunidade, de modo que a terra não seja passível de venda ou penhora futura.

O procedimento descrito acima atende ao disposto na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos e foi disciplinado pelo Decreto 4.887 de 20/11/2003 (BRASIL, 2003). No entanto, a sua execução é morosa. A constatação pode ser feita pela análise da situação das comunidades remanescentes de quilombo disposta na tabela 2 (a seguir), na qual apenas as comunidades de Barra do Aroeira, Cocalinho, Lajeado, Ilha São Vicente e Grotão tiveram o RTID publicados. De acordo com informações do INCRA, até o ano de 2015, das comunidades que deram entrada no processo de titulação de terras junto ao órgão, apenas a comunidade de Kalunga do Mimoso obteve a posse dos imóveis rurais Areia, Buriti, Galiléia e Santa Tereza, que representam 7.056 hectares dos 57.465 hectares do território da comunidade. Falta desapropriar ainda mais 12 lotes de terras para que o título coletivo seja emitido (INCRA, 2013).

No que diz respeito à autodefinição como remanescente de quilombo, de acordo com a Fundação Palmares, no final de 2017 havia, no estado do Tocantins, 45 comunidades com Certidão de Identificação de Comunidade Remanescente de Quilombo. Além dessas, mais duas comunidades solicitaram o reconhecimento e estavam na fase de análise técnica, são elas, as comunidades de Riachão e Taquari, localizadas nas cidades de Chapada da Natividade e Monte do Carmo, respectivamente.

Nesta pesquisa foram localizadas 56 comunidades no Tocantins, onze a mais que a quantidade já certificada pela FCP. No entanto, há que se considerar que podem existir outras que porventura ainda não foram catalogadas. A tabela 02 dispõe a relação das comunidades quilombolas no Tocantins com informações como: município de localização, situação junto ao

INCRA quanto à titulação das terras (quando existir processo aberto), reconhecimento pela FCP, ou ainda o autoreconhecimento como remanescente de quilombo.

Tabela 2 - Comunidades quilombolas do Tocantins e situação no INCRA

	Comunidade(s)	Município	Situação
1	Água Branca	Conceição do Tocantins	Certificada pela FCP <sup>42</sup> . Processo aberto no INCRA.
2	Baião	Almas	Certificada pela FCP. Aguarda início do RTID.
3	Barra do Aroeira	Lagoa do Tocantins, Novo Acordo, Santa Tereza do Tocantins	Certificada pela FCP. RTID publicado no diário oficial.
4	Boa Esperança	Mateiros	Certificada pela FCP. Aguarda início do RTID.
5	Carrapato, Formiga e Ambrósio	Mateiros	Certificada pela FCP. RTID em elaboração.
6	Chapada da Natividade	Chapada da Natividade	Certificada pela FCP. Aguarda início do RTID.
7	Claro	Paraná	Certificada pela FCP. RTID em elaboração.
8	Prata	Paraná	Certificada pela FCP. RTID em andamento.
9	Ouro Fino	Paraná	Certificada pela FCP. RTID em andamento.
10	Cocalinho	Santa Fé do Araguaia	Certificada pela FCP. RTID publicado no diário oficial.
11	Córrego Fundo	Brejinho de Nazaré	Certificada pela FCP. RTID em elaboração.
12	Currálinho do Pontal	Brejinho de Nazaré	Certificada pela FCP. Aguarda início do RTID.
13			Certificada pela FCP. RTID em elaboração.
14	Dona Juscelina Lajeado	Muricilândia Dianópolis	Certificada pela FCP. RTID publicado no diário oficial.
15	Fazenda Kaagados	Arraias	Certificada pela FCP. Aguarda início do RTID.
16	Fazendas Lagoa dos Patos	Arraias	Certificada pela FCP. Aguarda início do RTID.
16	Fazendas Lagoa dos Patos	Arraias	Certificada pela FCP. Aguarda início do RTID.
17	Grotão	Filadélfia	Certificada pela FCP. Em fase de desintrusão.
18	Ilha de São Vicente	Araguatins	Certificada pela FCP. RTID publicado no diário oficial.
19	Kalunga do Mimoso	Arraias	Certificada pela FCP. Em fase de desintrusão.

continua

<sup>42</sup> Fundação Cultural Palmares.

continuação

	<b>Comunidade(s)</b>	<b>Município</b>	<b>Situação</b>
20	Laginha	Porto Alegre do Tocantins	Certificada pela FCP. Aguarda início do RTID.
21	Lagoa da Pedra	Arraias	Certificada pela FCP. Desistiu do processo de regularização fundiária quilombola. Processo arquivado no INCRA.
22	Malhadinha	Brejinho de Nazaré	Certificada pela FCP. RTID em elaboração.
23	Manoel João	Brejinho de Nazaré	Certificada pela FCP.
24	Margens do Rio Novo	Mateiros	Certificada pela FCP. Aguarda início do RTID.
25	Rio Preto	Mateiros	Certificada pela FCP. Aguarda início do RTID.
26	Riachão	Mateiros	Certificada pela FCP. Aguarda início do RTID.
27	Mata Grande	Monte do Carmo	Certificada pela FCP.
28	Matões	Conceição do Tocantins	Certificada pela FCP.
29	Mumbuca	Mateiros	Certificada pela FCP. Aguarda início do RTID.
30	Pé do Morro	Aragominas	Certificada pela FCP. RTID em elaboração.
31	Povoado do Prata	São Félix do Tocantins	Certificada pela FCP. RTID em elaboração.
32	Projeto da Bavieira	Aragominas	Certificada pela FCP. Aguarda início do RTID.
33	Redenção	Natividade	Certificada pela FCP. Aguarda início do RTID.
34	Rio das Almas	Jaú do Tocantins	Certificada pela FCP.
35	Santa Maria das Mangueiras	Doisj	Certificada pela FCP. Aguarda início do RTID.
36	São João	Irmãos do Tocantins	Certificada pela FCP. Aguarda início do RTID.
37	São Joaquim	Santa Rosa do Tocantins	Certificada pela FCP. Aguarda início do RTID.
38	São José	Porto Alegre do Tocantins	Certificada pela FCP. Aguarda início do RTID.
39	Morro de São João	Chapada da Natividade	Certificada pela FCP.
40	Ambrosio	Santa Rosa do Tocantins	Certificada pela FCP.
41	Formiga	Mateiros	Certificada pela FCP.
42	Carrapiché	Currallinho do Pontal	Certificada pela FCP.
43	Ciríaco	Esperantina	Certificada pela FCP.
44	Prachata	Esperantina	Certificada pela FCP.
45	Lagoa Azul	Esperantina	Certificada pela FCP.
46	Mata Verde	Ponte Alta do Tocantins	Certificada pela FCP.
		Mateiros	Certificada pela FCP. Aguarda início do RTID.

Continua...

continuação...

	<b>Comunidade(s)</b>	<b>Município</b>	<b>Situação</b>
47	Ventura	Paraná	Comunidade em que os indivíduos se autodefinem como quilombolas.
48	Poço D'anta	Almas	Comunidade em que os indivíduos se autodefinem como quilombolas.
49	Taquari	Monte do Carmo	Deu entrada no processo de Certificação na FCP.
50	Manganos	Santa Rosa	Comunidade em que os indivíduos se autodefinem como quilombolas.
51	Maria Serra	Porto Alegre	Comunidade em que os indivíduos se autodefinem como quilombolas.
52	Miradouro	Peixe	Comunidade em que os indivíduos se autodefinem como quilombolas.
53	Mocambo	Paraná	Comunidade em que os indivíduos se autodefinem como quilombolas.
54	Rio das Pedras	Arraias	Comunidade em que os indivíduos se autodefinem como quilombolas.
55	São Salvador	Palmeiropolis	Comunidade em que os indivíduos se autodefinem como quilombolas.
56	Socavão	Santa Rosa	Comunidade em que os indivíduos se autodefinem como quilombolas.

Fonte: BRASIL, (2018 ) Instituto nacional de colonização agrícola; Defensoria Pública do Estado do Tocantins (2016) e da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado do Tocantins - COEQTO (2016).

Algumas comunidades se autoreconhecem como remanescentes de quilombo, mas nem todas possuem certificação pela Fundação Palmares e processo junto ao INCRA para titulação de terras. Estão nesta situação as comunidades de Ventura e Poço d'anta. De acordo com informações do INCRA, a comunidade de Lagoa da Pedra, em Arraias, desistiu do processo de regularização fundiária e seu processo foi arquivado. A Comunidade Remanescente de quilombo do Grotão localizada no município de Filadélfia, objeto desta pesquisa, será apresentada detalhadamente no próximo item.

De acordo com Andrade e Ferreira (2013), as comunidades quilombolas do Tocantins possuem diferenciações umas das outras e das sociedades próximas à sua localização. As comunidades apresentam semelhanças no que diz respeito ao modo de reprodução da vida e quanto ao uso e a ligação com a terra, sendo a terra o meio de produção necessário à

sobrevivência das comunidades, bem como o elo com seus antepassados. “Com isso estabelecem um sentimento de pertencimento com o local, território de onde as raízes culturais estão fincadas, resistindo às ações do homem e do tempo” (ANDRADE e FERREIRA, 2013, p. 65).

No entanto, segundo Esteves (2013), mesmo as comunidades que possuem o reconhecimento pela fundação Palmares estão em condições de “[...]vulnerabilidade e insegurança, tanto em relação à posse das terras por elas ocupadas, quanto ao que se refere à precariedade de acesso à infraestrutura básica, necessárias à manutenção de qualidade mínima de vida [...]” (ESTEVES, 2013, p. 22). A grilagem de terras tem sido apresentada como um dos problemas recorrentes às comunidades do Tocantins que perderam parte de seu território e que ainda lutam por ele (ou pelo que restou dele). Em estudo realizado pelo autor, a falta dos títulos definitivos de propriedade coletiva, a falta de infraestrutura básica, além de outros problemas levantados, mostra a necessidade de atuação do estado na solução dos problemas dessas comunidades, pois a demora no processo de titulação inviabiliza uma série de outras conquistas nas comunidades.

Expor os valores dessas comunidades, seus saberes e cultura é necessário para assegurar a igualdade de direitos destas e também para visibilizar suas lutas e suas histórias.

#### **4.3 Formação socioterritorial da Comunidade Remanescente de Quilombo Grotão**

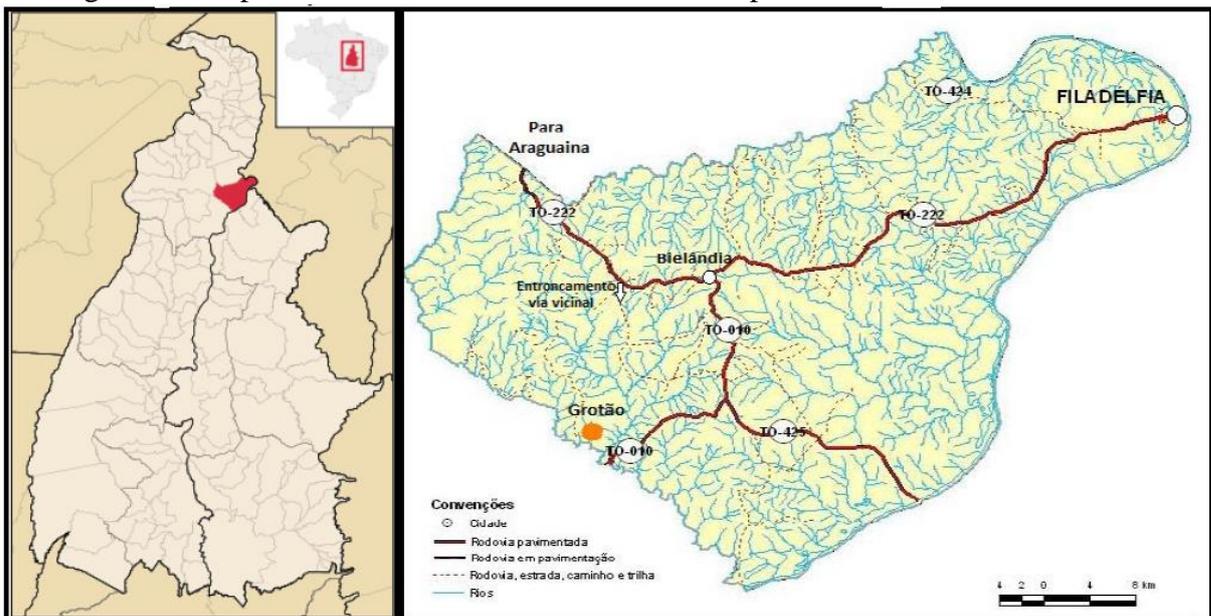
A Comunidade remanescente de quilombo Grotão está localizada no município de Filadélfia, estado do Tocantins, região da Barraria. Atualmente, há 19 famílias (cerca de 61 pessoas) que residem nos 20 alqueires que foram titulados ao sr. Cirilo de Araújo Brito e ao sr. Raimundo José de Brito. Todos que vivem no território se autodenominam quilombolas. O nome da comunidade deriva de um morro chamado Grotão que faz parte do território da comunidade e de onde se pode avistar o território da comunidade. Há também o córrego do Grotão que fica nas proximidades do Morro do Grotão. Seu território faz divisa com o município de Palmeirante por meio do Rio João Aires.

A comunidade está posicionada a 456 km da capital do Estado, Palmas, 82 km da sede do município, a 70 km da cidade Araguaína (pólo econômico do estado) e a 29 km do povoado de Bielândia. Apesar de haver uma rodovia estadual (TO-010) próxima à comunidade, falta

ainda uma ponte sobre o rio Gameleira para que a comunidade tenha acesso à rodovia. Por esse motivo, o acesso à comunidade é realizado pela TO-222 que liga as cidades de Filadélfia e Araguaína. Há apenas uma pequena placa que indica o local de saída da TO-222. Os 23 km restantes devem ser percorridos por uma estrada vicinal arenosa.

Durante o período de secas (maio a outubro) o acesso pode ser feito tranquilamente com carro de passeio e moto. No entanto, na época de chuvas (novembro a abril) o acesso fica mais complicado devido ao risco de atoleiros. Os moradores da comunidade relatam que, devido às condições da estrada, é comum as crianças que estudam fora da comunidade perderem aula nos dias em que o ônibus escolar não consegue chegar até a comunidade. Em 2017, foi construída uma ponte sobre o rio Gameleira que representou uma melhoria no acesso. Anteriormente havia apenas uma pequena ponte, danificada e com risco de desabamento sobre esse mesmo rio. A figura 07 apresenta um mapa com a localização da comunidade do Grotão no município de Filadélfia e no estado do Tocantins:

Figura 7 – Mapa da comunidade do Grotão no município de Filadélfia e no Tocantins



Fonte: Almeida (2011, p. 10)

Como não há linha regular de ônibus que passe pela comunidade, a locomoção dos moradores é feita geralmente de moto. Nas entrevistas realizadas com os moradores da comunidade, é recorrente o descontentamento a respeito dos serviços públicos de infraestrutura e transporte. De acordo com as narrativas dos moradores, quando a comunidade solicita

melhorias nas condições da estrada, a prefeitura municipal de Filadélfia alega ser responsabilidade do Estado e o Estado alega ser responsabilidade do município.

As divisas do território tradicional da comunidade estão localizadas na convergência entre o ribeirão Gameleira (leste e sudeste), o rio João Aires (oeste e sul) e ao norte por cinco trechos de cercas divisórias. O território proposto pelo INCRA totaliza 2.096,94 hectares ou 225 alqueires, mas essa área ainda aguarda a finalização do processo de titulação<sup>43</sup>.

O território da comunidade possui uma grande incidência de brejos e córregos que mostram a cartografia social da comunidade, são inúmeros lugares com características singulares. A relação sociedade-natureza na comunidade Grotão é evidenciada nas denominações feitas aos lugares e mostram a valorização dada tanto à natureza quanto aos antepassados.

A figura 08 apresenta os brejos e córregos que fazem parte do território ocupado pela comunidade. Os nomes dos brejos e córregos foram dados em homenagem a antigos moradores que foram vizinhos a estes córregos e brejos. Nomes como Brejo da Paulina, Brejo do Melquíades e Córrego da Maria Viúva, indicam os lugares nos quais essas pessoas moravam, indicam ainda os caminhos percorridos para se chegar às casas dessas pessoas, são pontos de referência, elos de identidade com a natureza que ligam a comunidade de hoje aos seus antepassados. Essa territorialidade realizada pela comunidade ao longo da ocupação do território mostra a ligação entre as pessoas e o território de forma afetiva e intensa. Mesmo as ameaças e expulsões praticadas não foram capazes de destruir esse elo de ligação com a história da comunidade e com seus antepassados. Foram convertidos em fatores de resistência e luta.

A partir da figura 08 podemos conhecer melhor tanto a área ocupada pela comunidade após os conflitos e expulsões, quanto a área ocupada tradicionalmente que foi delimitada pelo INCRA e que será titulada posteriormente como o território da comunidade. A discrepância entre a área atual de ocupação e a área a ser titulada como o território da comunidade é grande, pois são 20 alqueires na atual ocupação e 225 da delimitação feita pelo INCRA.

---

<sup>43</sup> A comunidade recebeu a Certificação de comunidade remanescente de quilombo em 2009 após o evento do despejo. O processo de titulação definitiva da comunidade está aguardando o pagamento da indenização aos proprietários das terras que estão dentro área delimitada pelo INCRA (ver figura 08).

Figura 8 - Imagem do território da Comunidade Quilombola do Grotão



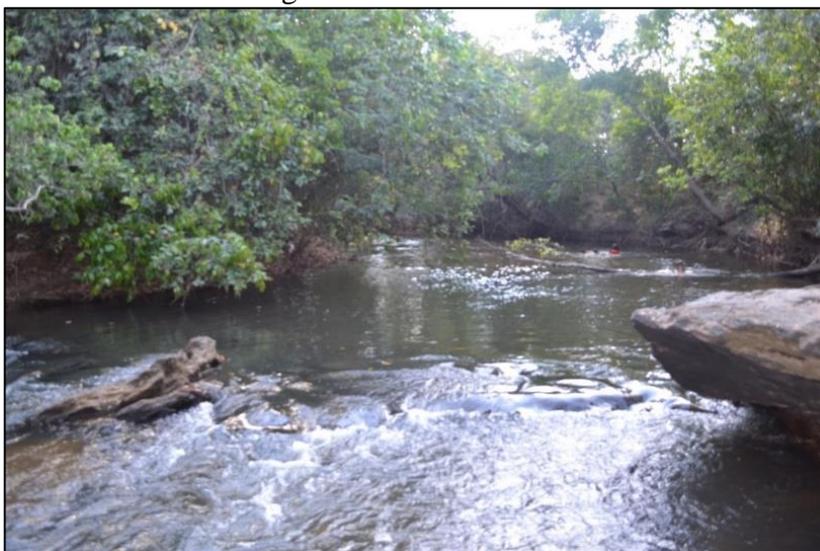
Fonte: Almeida (2011, p. 11)

Essa disparidade tem como origem as grilagens ocorridas ao longo dos anos, e, é fonte de preocupação da comunidade porque o território reduzido impede a produção de alimentos e interfere no cotidiano da comunidade<sup>44</sup>. A preocupação decorre ainda do fato de que apenas o Brejo da Paulina e o rio João Aires são as áreas próximas às fontes de água que estão dentro da área da atual ocupação, todos os outros brejos, córregos e a maior área limítrofe ao rio João Aires, estão na área a ser titulada. Essas áreas são consideradas as mais férteis e propícias ao cultivo em razão de sua proximidade com a água.

Ainda na figura 08, observe a parte inferior do traçado da atual ocupação que o rio João Aires faz a divisa entre o território da comunidade e o município de Palmeirante. Observe também os nomes dados aos brejos que estão inseridos no território delimitado pelo INCRA:

Veja, na figura 09, essa mesma área do rio João Aires em foto tirada na época da estiagem:

Figura 9 - Rio João Aires



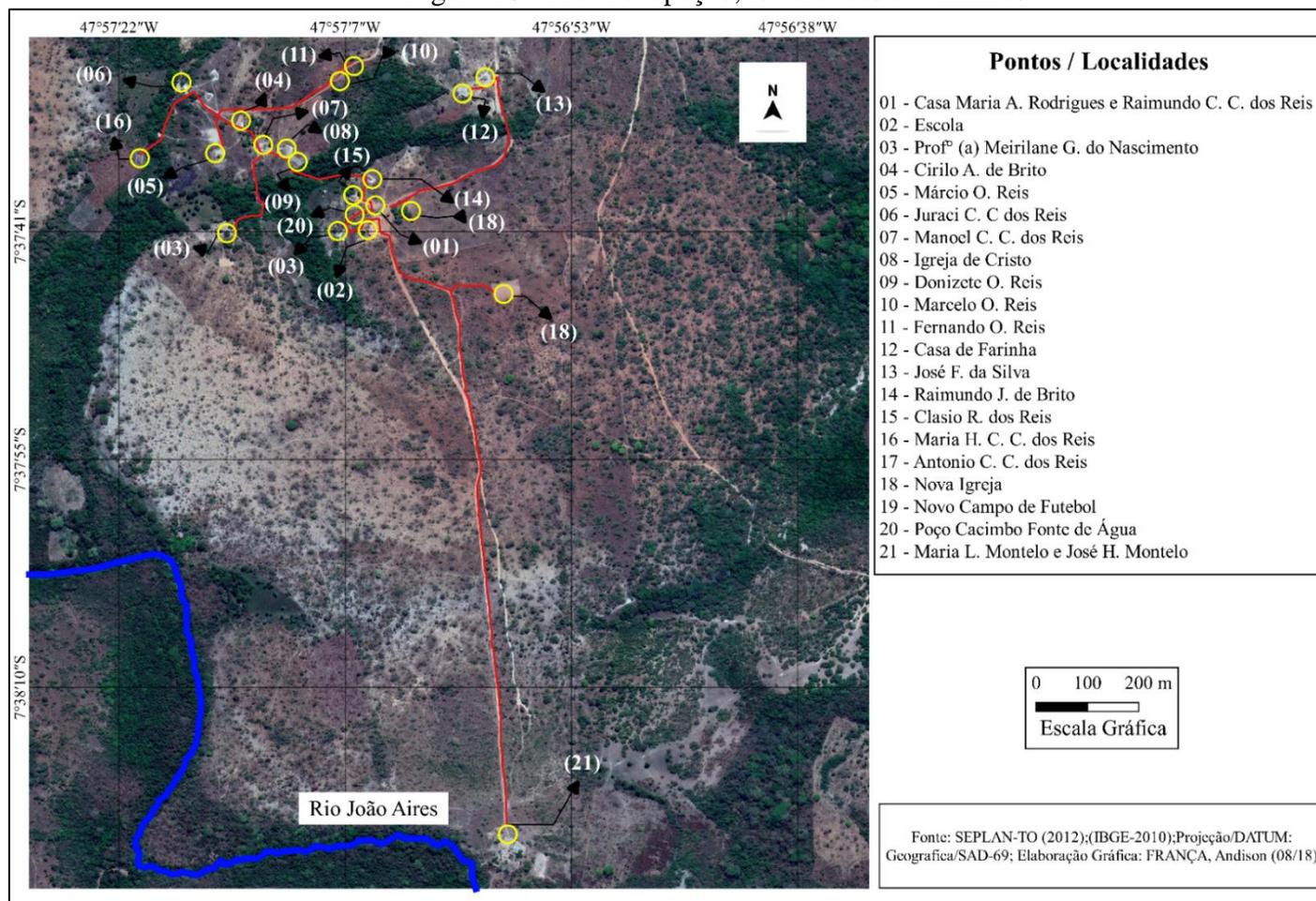
Fonte: MATOS, 2017 (acervo da pesquisa).

A distribuição atual de casas dos moradores e dos pontos de referências da comunidade pode ser visualizada na figura 10, mapa que mostra inclusive os caminhos que interligam as pessoas da comunidade:

---

<sup>44</sup> Esse assunto será retomado mais adiante.

Figura 10 - Atual ocupação, localidades e caminhos



Fonte: MATOS (2018) a partir de informações verbais prestadas por Maria Aparecida Gomes Rodrigues e Raimundo Cantuária C. Reis.

#### 4.3.1. Comunidade quilombola Grotão, do conflito à perspectiva da efetivação do território

A Comunidade Quilombola Remanescente do Grotão iniciou sua formação na segunda metade do século XIX, após a fuga de escravos de um engenho na região Nordeste, provavelmente no Maranhão. De acordo com Almeida (2011, p. 21),

A história da fuga está relacionada ao fato de que, Lunarda, mãe de Emídia e Lourência, foi estuprada e engravidou do branco, o senhor do engenho e dos escravos, e passou a ser perseguida pela mulher deste. Motivada pela opressiva situação de escravidão e devido a este fato, ela acaba por liderar um grupo de escravos fugitivos que abandonam o engenho e rumam para as regiões do então Norte de Goiás, do outro lado do rio Tocantins.

Conforme relatos feitos a Almeida (2011), os moradores da comunidade estimam que a chegada ao território do Grotão tenha ocorrido por volta do início do ano de 1866, visto que Emídia foi a primeira criança a nascer no Grotão neste ano. O grupo de escravos resolveu criar a comunidade nesta área em razão da falta de habitantes, haviam somente fazendas isoladas e distantes. O Grotão tornou-se o território da comunidade, local de vivência de um grupo que ali obteve novo sentido para a sua vida. Antes escravos, e responsáveis por girar a roda do engenho, no Grotão, a comunidade construiu suas casas, plantou, caçou e domesticou animais para comer. A comunidade também deu continuidade à sua história de luta e resistência. Resistência que hoje se manifesta não mais contra o senhor do engenho, mas contra o fazendeiro que alega ser o dono da terra e que, de várias formas, ameaça e expulsa os quilombolas de suas casas<sup>45</sup> (ALMEIDA, 2011).

A apropriação da comunidade aos recursos disponíveis no território foi o que garantiu a subsistência necessária à manutenção da vida da comunidade Grotão. Vida que começou a ser perturbada a partir do final da década de 1970, momento em que a comunidade começou a sofrer com a perda do território devido ao conflito originado pela chegada de Pedro Galvão, genro de Maria Filgueira que, na época, era a dona da fazenda Brejão. Pedro Galvão nunca morou na fazenda, mas sempre que ia às terras se intitulava o dono delas e alegava que a sogra havia lhe cedido a área. Pedro logo morreu, mas segundo Francisca de Sousa Luz, atual dona da fazenda Grotão (a outra parte do conflito), Pedro Galvão havia vendido as terras para Deusdete Alves da Luz, seu esposo (ALMEIDA, 2011).

---

<sup>45</sup> Trata-se de conflito iniciado no final da década de 1970 quando um casal de fazendeiros (Deusdete e Francisca) comprou uma área próxima e partir disso, alegaram serem os donos da terra. Como o objetivo dos novos proprietários era a expulsão dos quilombolas, em 2009 após ordem judicial eles foram despejados seu território (ALMEIDA, 2011).

Sobre a disputa das terras da comunidade Grotão, Almeida (2011) detalha os pormenores da grilagem e dos conflitos que envolvem a comunidade. Segundo Damião Coelho Rodrigues, filho de criação da Sra. Maria Filgueira, a fazenda Brejão possuía originalmente 160 alqueires e as suas divisas não alcançavam o território quilombola. Na verdade, o próprio Damião conta que as terras da comunidade não eram de Maria Filgueira e, portanto, não seriam objeto de herança para Pedro Galvão. A informação dada por Damião Coelho Rodrigues indica que as terras da comunidade remanescente de quilombo do Grotão foram griladas por Pedro Galvão.

A chegada de Deusdete Alves da Luz e Francisca Sousa Luz ocorreu por volta dos anos 1983 e 1984. Na época, eles trouxeram a mecanização para a fazenda, um barracão e curral de arame. O conflito começou quando o gado arrancava as cercas de madeira dos habitantes da comunidade e comia as plantações. Essa situação levou a comunidade a sofrer com a escassez de comida, uma vez que o fazendeiro os impedia de plantar roça nos locais mais férteis, destinando as áreas para o pasto do gado. A intenção do fazendeiro com tais medidas, era de expulsar a comunidade da “sua fazenda”. Era constante a destruição das roças pelo gado, situação que gerou insegurança quanto à permanência da comunidade na área uma vez que ameaçou a subsistência da comunidade (ALMEIDA, 2011).

Em entrevista, Maria Aparecida Gomes Rodrigues contou que, na época da Serra Pelada, surgiu um grileiro dizendo que era dono e se apossou de uma grande área nas proximidades da comunidade. Segundo ela, o grileiro se dizia o dono de tudo e a comunidade, que vivia da natureza, não tinha documentação das terras. Data desse período o início da expulsão dos quilombolas da comunidade. Expulsão que era realizada com o uso de pistoleiros, mediante ameaças aos quilombolas. Assim, diante da situação de insegurança, alguns quilombolas ficaram com medo e decidiram sair da comunidade. Apenas duas famílias resistiram: as famílias do senhor Cirilo Araújo de Brito (sogro de Maria Aparecida) e a família do senhor Raimundo José de Brito (pai de Maria Aparecida), que são primos.

A respeito da falta de documentação da terra, Loureiro destaca que, dentre os povos tradicionais, não havia uma preocupação sobre a titulação das terras e, na maioria das vezes, não havia sequer a informação a respeito de tal necessidade. Loureiro (2004, p. 21), sintetiza a relação do homem amazônico com a natureza nesse período da seguinte maneira: “[...] para um grande número de situações e atividades produtivas, a natureza amazônica constituía-se num

bem relativamente livre, em termos de propriedade e também livre de disputa ou cerceamento do acesso”.

Os moradores da região, na época, usufruíam da terra e dos bens da natureza em geral, de onde extraíam seus principais meios de vida. A articulação dos homens com a natureza atingia nesse estágio, ainda, uma integração muito ampla. Nessa relação direta com a natureza produziam bens que passavam por processos muitos simplificados de transformação ou mesmo por nenhum processo, em alguns casos (LOUREIRO, 2004, p. 20).

No entanto, a condição de opressão a que foram submetidos, impediu a comunidade Grotão de plantar roça, caçar e colher no cerrado. A insegurança prejudicou a sobrevivência no território da comunidade,

*Porque ficaram com medo e aí não podia mais plantar roça, eles não podiam caçar no cerrado, o coco, a sobrevivência, não podia pescar que tinha perseguição de pistoleiros. Inclusive tiroteios, eles faziam tiroteio. Aí quando os que ficaram aqui resistiram, vai com essa luta toda, lá eles conseguiam colocar roça, mas aí eles bafou. Na época foi uns seiscentos gados colocava aqui, aí bode, criava tudo e plantação de tudo, porco e comendo as roças e como é que as pessoas ia sobreviver? Não podia pescar, não podia panhar uma fruta no cerrado que era, meu pai mesmo correu com pistoleiro, foi panhar buriti e avistou um homem estranho e correu (MARIA APARECIDA GOMES RODRIGUES, entrevista realizada em 25/07/2017).*

O relato acima, feito pela líder da comunidade, descreve a situação de insegurança em que viviam as famílias que resistiram às ameaças dos grileiros. Segundo Almeida (2011), foi nessa época, depois de mais um século vivendo pacificamente em seu território e interagindo com seus vizinhos, que a comunidade vivenciou sua fase mais difícil, a da violência e da fome.

O conflito com os fazendeiros poderia ter sido resolvido ainda em 1984, com a chegada do GETAT, órgão responsável, na época, pela resolução de conflitos fundiários no Norte do então estado de Goiás (hoje Tocantins). O GETAT foi uma organização autoritária e hierárquica, dirigida por militares e que atuava com a justificativa de gerar segurança para o sistema fundiário. Utilizava diversos procedimentos administrativos como: a) composição de acordos entre as partes conflitantes, onde geralmente o proprietário de uma área ocupada por posseiros assinava um termo de desistência da terra em favor do GETAT e, com isso, recebia outras terras tituladas em outro lugar, livre de disputa e com área maior; b) permuta de terras litigadas por outras, nas terras que possuíam posseiros antigos, estes deveriam exigir a regularização por meio da Lei do Usucapião Especial. Porém, o que acontecia é que o GETAT regularizava novas terras aos proprietários de terras improdutivas e os posseiros ainda continuavam nas terras, só que sem a devida titulação; c) a arrecadação sumária de terras,

procedimento no qual o GETAT tomava para si toda a área do conflito para posterior regularização. Essa ação, por sua vez, beneficiava os detentores da titulação por ratificar seus títulos (sem questionar a legalidade dos mesmos) e prejudicava os posseiros que, mesmo com mais de séculos de ocupação de suas terras, não tinham a titulação e eram “[...] destituídos de sua condição original e passam a barganhar junto ao Estado, aquilo que, historicamente, já haviam conquistado – a terra onde moravam!” (LOUREIRO, 2004, p. 139). Ainda de acordo com Loureiro (2004, p. 139), essa forma de atuação do GETAT gerou vários conflitos

[...] com particulares, cujas terras tituladas haviam sido arrecadadas sumariamente, com posseiros que, após suas posses terem sido arrecadadas e matriculadas em nome da União, nem sempre lhes eram devolvidas regularizadas em seus próprios nomes e com título de propriedade ou em iguais proporções, ou nos mesmos locais daquelas que antes lhes haviam pertencido; com posseiros que, por habitarem dentro de áreas devolutas que estavam sendo requeridas por particulares, em grandes lotes, viam suas terras serem distribuídas a esses particulares. Sem contar que esse processo já trazia em si embutido uma dupla discriminação social, a saber: a destinação de áreas maiores a particulares e o desrespeito ao direito dos posseiros situados nas terras públicas alienadas a esses particulares; assim sendo, áreas maiores eram tituladas e destinadas a terceiros com posseiros que já estavam instalados dentro delas.

Assim, o GETAT, que foi criado com a prerrogativa de operar na solução dos conflitos fundiários, na verdade agravou o caos fundiário em virtude dos vícios e erros contidos em seus procedimentos de atuação. A atuação do GETAT retrata mais um exemplo de como o Estado atuava em desfavor dos povos tradicionais da Amazônia ao tratá-la como espaço vazio. Nas novas terras que o GETAT oferecia aos proprietários, comumente não se verificava se haviam posseiros ou povos tradicionais, o que ocasionava uma nova série de conflitos porque os proprietários logo começavam a expulsar os residentes. Além disso, os proprietários eram beneficiados com o aumento da área e com a rapidez na regularização dessas novas terras (o que não acontecia com as terras originais nas quais os posseiros/povos tradicionais permaneciam). Para Loureiro (2004), o GETAT, originalmente criado para restaurar a paz no campo por meio de seus procedimentos de regularização fundiária, aumentou o problema da exclusão social e privilegiou os detentores do capital (LOUREIRO, 2004).

Os contatos de representantes do GETAT com a comunidade quilombola do Grotão aconteceram em 1984, em razão dos conflitos decorrentes da disputa pelo território, iniciada no final da década de 1970, quando fazendeiros se apresentaram como proprietários da fazenda Grotão. No entanto, a comunidade nunca reconheceu essa propriedade da terra, pois já consideravam a área como seu território há mais de um século, por meio de usucapião.

Gilmar<sup>46</sup>, o primeiro agente do GETAT que atuou na comunidade, chegou a informar os residentes da comunidade que todos teriam a situação do território legalizado. Há, inclusive, registros de medições de lotes realizados na época por uma empresa de georreferenciamento terceirizada que corroboram estas informações. O trabalho do GETAT na comunidade quilombola Grotão foi feito em etapas. Primeiro foi realizado mapeamento das pessoas que viviam na área e a extensão e localização de suas posses e, em seguida, uma empresa terceirizada fez o georreferenciamento e a demarcação dos lotes. O passo seguinte seria o recebimento dos títulos de propriedade (ALMEIDA, 2011).

No entanto, quando o processo de regularização do território do Grotão foi transferido à Paulery Neto<sup>47</sup>, outro funcionário do GETAT, houve mudanças em desfavor da comunidade que foram documentadas nos documentos do GETAT. Essas mudanças culminaram na expulsão de Raimundo José de Brito, habitante da comunidade, de suas terras por Deusdete Alves da Luz. E, em seguida, a documentação da GETAT da época, mostra que num processo, no mínimo nebuloso, algumas dessas áreas passaram a constar como que ocupadas anteriormente pelo fazendeiro Willian Caldeira Paiva (possível laranja de Deusdete Alves da Luz e Francisca de Sousa Luz, nunca encontrado nem mesmo pelo GETAT). Houve inconsistência na documentação do GETAT, visto que nos primeiros documentos do próprio GETAT, os lotes denominados 187, 189 e 190 apareceram como ocupados por Deusdete e não pelos moradores indicados no documento anterior. (ALMEIDA, 2011).

Ao tratar situação de posseiros do sul e sudeste do Pará, Pereira (2013) descreve que, muitas vezes, os funcionários do GETAT se aliavam a fazendeiros, pistoleiros e à polícia para expulsar, de forma humilhante e violenta, posseiros que viviam nas áreas de conflito. Essas táticas eram utilizadas também para forçar os posseiros a assinar a desistência de suas terras. Ainda segundo Pereira (2013, p. 84), as permutas eram uma das principais formas de atuação do GETAT, onde se forçava a saída dos posseiros em favor dos empresários, comerciantes ou fazendeiros. Eram oferecidas aos posseiros uma outra área em terras ‘devolutas’, e, em último caso, a permuta era oferecida ao proprietário,

---

<sup>46</sup> Não conseguimos identificar o nome completo deste funcionário do GETAT, os entrevistados lembram-se apenas do primeiro nome desta pessoa. Por esse motivo, as referências feitas à esta pessoa neste texto, são proferidas aparentemente de modo informal.

<sup>47</sup> De acordo com relatos dos habitantes da comunidade, Paulery possuía ligação próxima com Deusdete Alves da Luz, que se apresentava como dono da Fazenda Grotão e que estava em conflito com a comunidade.

Percebe-se, assim, que a prática do GETAT foi marcada por meio do mecanismo de “permuta” oferecida aos posseiros ou por meio do auxílio direto aos proprietários na expulsão dos trabalhadores: exercia-se pressão sobre os trabalhadores argumentando que a terra era titulada e que os fazendeiros possuíam direito de propriedade, e, em alguns casos, apoiava os proprietários e a polícia na expulsão dos trabalhadores. Em muitos desses casos, funcionários do órgão percorriam as áreas em litígios nos veículos do próprio GETAT, intimidando os posseiros (PEREIRA, 2013, p. 84).

Segundo os moradores da comunidade, a relação próxima de um dos fiscais do GETAT, Paulery Noletto, com a família dos fazendeiros foi preponderante para prejudicar a comunidade. As visitas de Paulery Noletto à comunidade eram realizadas na companhia de Deusdete Alves da Luz, filho da fazendeira. Sobre esse período, Maria Aparecida Gomes Rodrigues conta que

*[...] um dos fiscais do GETAT era namorado duma filha desse grileiro entendeu, aí que ele veio, puxou o saco. Aí ele loteou, cinco alqueires em nome do José Ferreira que é um quilombola, 10 alqueires pra o meu pai, 25 alqueires pra o meu sogro e mais 8 alqueires para tio irmão do meu sogro e ficou várias pessoas, e o resto da terra ficou para o grileiro. Em nome de filho, em nome de esposa, em nome de um amigo deles fantasma aí que a polícia federal nunca achou. Um senhor de Willian, que eles lotearam e apareceu esse lote e nunca apareceu dono, um dono que não existe, que inclusive o Ministério Público Federal falou pra mim que não existia. Aí o que que acontece, ali eles abafaram ali, foi só um H: - Não, agora tu vai ser dono dessa terra aqui. Não tu agora aqui. E os outros ó, pra fora! Uns morreram em beira de estrada, abandonado porque não tinha pra onde. Outros foram pra periferia de Filadélfia, hoje a periferia de Filadélfia é um ramo do quilombola. É um ramo do quilombo que tá lá (MARIA APARECIDA GOMES RODRIGUES, entrevista realizada em 25/07/2017).*

Existe a figura de Willian Caldeira Paiva, posseiro que nunca morou, sequer se apresentou nas terras do Grotão, mas, apesar disso, ainda recebeu lotes por parte do poder público, tudo indica que ele tenha sido um laranja de Deusdete Alves da Luz e Francisca Sousa Luz, para poderem aumentar a área de sua fazenda. Um indício disso, é que Francisca, de posse de uma procuração de Willian Caldeira Paiva, transferiu posteriormente essas terras, num total de 434.18,47 ha (quatrocentos e trinta e quatro hectares, dezoito aires e quarenta e sete centiares), para seu genro e sua filha, Marcelo Carvalho da Silva e Daniela Souza Carvalho da Silva<sup>48</sup>.

Com essa atuação, o GETAT realizou o encarceramento da comunidade em área menor que o seu território. Mas, mesmo com a atuação do GETAT, o conflito continuou. Após a primeira viagem de Paulery Noletto, aconteceu a expulsão de seu Raimundo José de Brito e família de suas terras que, segundo Deusdete Alves da Silva, fazia parte da fazenda Grotão. O

---

<sup>48</sup> De acordo com a escritura pública lavrada no Cartório de registro e imóveis de Filadélfia, livro 28 folhas 133-134 matrícula R2-1.758, o registro da terra foi realizado em 01/12/1987 e a venda registrada em 31/03/2003.

fazendeiro queria limpar a área e dela fazer pasto para aumentar a área da fazenda. Nessa época, algumas famílias quilombolas ocuparam os lotes que foram demarcados pelo GETAT. No entanto,

[...] três problemas ocorreram nesse processo de regularização fundiária do GETAT: nem todos os moradores membros da comunidade acabaram sendo contemplados com seu lote; pessoas misteriosas que nunca moraram na área acabaram por ser consideradas pelo poder público como posseiros; e, mesmo vários daqueles que o foram inicialmente, acabaram não recebendo seus títulos. Segundo a comunidade, nem todos os que ainda moravam na área tiveram seus lotes medidos pela empresa que fez o levantamento inicial. Isto provocou uma saída de pessoas do território, uma vez que estes ficaram sem perspectiva de conseguir sua terra (ALMEIDA, 2011, p. 49).

Quanto à atuação do GETAT, há ambiguidade a respeito do levantamento topográfico feito pela empresa contratada e a posterior destinação aos seus proprietários, feita em seguida por Paulery Noleto. Três lotes inicialmente destinados aos quilombolas, foram posteriormente, destinados à Deusdete Alves da Luz e Willian Caldeira Paiva. Há, inclusive, nos documentos, a indicação de que haveria uma casa de moradia de Willian Caldeira Paiva, mas não foram encontrados vestígios dessa moradia e mesmo a contraparte do conflito, Francisca Sousa Luz, confirma que Willian Caldeira Paiva nunca morou na fazenda. Além disso, Paulery Noleto se contradiz nos laudos dos lotes 184, 187, 189 e 190 porque ora indica os lotes vizinhos como sendo de Sabino Cassimiro de Brito, ora aponta os mesmos lotes como de Deusdete Alves da Silva, ou de Manoel Cruz da Silva. Como destaca Almeida (2011, p. 55),

Consultando outros processos da época, constatei que no processo do lote 183, a fazenda do Grotão destinado à Deusdete, Paulery igualmente se contradiz e informa que o lote 189 pertence a Raimundo José de Brito, e não a Willian, como acima descrito. Deste modo, os documentos, os depoimentos da comunidade – e até de Francisca de forma involuntária - acabam por confirmar que Paulery tem alguma responsabilidade pela troca de ocupantes dos lotes de posseiros que foram, enfim, destinados a fazendeiros.

Em 1989, após a conclusão por parte do GETAT do processo de titulação da área, Deusdete Alves da Luz contratou um pistoleiro que ameaçou a todos de despejo. A pistolagem continuou aumentando até a expulsão de cerca de metade da comunidade. Segundo Maria Aparecida Gomes Rodrigues, o fazendeiro diminuiu a pistolagem depois desse período por acreditar que seria mais fácil controlar uma quantidade menor de pessoas (ALMEIDA, 2011).

A pesquisa feita por Almeida, em 2011, para a demarcação do território da comunidade quilombola do Grotão mostra, mais uma vez, que a atuação do Estado na Amazônia sempre procurou beneficiar os detentores do capital em detrimento dos moradores locais, posseiros e

povos tradicionais. É o retrato de uma perversa e complexa situação ao longo dos anos que tem sido responsável por expulsar muitos povos de seus respectivos territórios. Vários são os acontecimentos que poderiam ser relatados aqui que tratam dessa ligação entre Estado e empresários/fazendeiros.

O conflito não acabou e, em 2003, após um período de calmaria, Francisca Sousa Luz propôs um acordo em que ela transferiria 18,72 hectares para seu Cirilo Araújo de Brito e assim o restante das terras das fazendas Grotão e Morro Redondo (antes de Willian Caldeira Paiva, agora de Daniela Sousa Carvalho Silva) ficaria livre para venda. O acordo não foi aceito, porque Maria Aparecida reivindicou área também para Raimundo José de Brito, momento em que Dermivon Sousa Luz, filho de Francisca Sousa Luz disse que Raimundo José de Brito não teria direito porque morava na área de José Anunciato. Instaurou-se, então, o retorno do conflito, só que agora com um grau de violência maior ainda. Raimundo Cantuária e Maria Aparecida Gomes Rodrigues foram expulsos de sua casa que, posteriormente, foi queimada ainda com seus pertences dentro.

Em 2005, alguns membros<sup>49</sup> da comunidade foram à Brasília denunciar as ameaças e a pressão efetuadas pelos fazendeiros na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados,

*[...] porque nós não aguentemos a opressão mais porque aí ele já entrou com pistoleiros, ele vinha, acampava com revólver com tudo pra quê? Pra tirar meu pai e meu sogro que eram os únicos que ainda tavam aqui. Que nem os filhos, a geração não tava, só tava eu e ele aí, que ele dava assistência ao meu sogro lá e eu ao meu pai. Os outros não tavam aqui que já tinha corrido tudo. Aí ele chegou, Aparecida, o seguinte é esse: - Você vai sair, ou você vai pra uma bala? Eu falei assim: - Não vou sair. Aí eu peguei e corri, denunciei, fui lá no nos Direitos Humanos, e tudo eu denunciei. Inclusive até um senhor, um vereador, um irmão, pegou e ó Aparecida é aqui e aqui... E a gente foi e denunciou. Aí na época a gente sabia que era quilombola, sabia da nossa situação, mas nós não tinha documentação, não tinha como nós num sabia nem como... [...] Aí já tinha acontecido tanta coisa... Eles já tinham queimado barraca, já tinham vindo com pistoleiro, atacou minha casa, com pistoleiro, era cinco pistoleiro, meu marido não tava só minha irmã. Minha irmã teve um aborto, ele derrubou um senhor deficiente da cadeira, ele botou as crianças pro mato [...](MARIA APARECIDA GOMES RODRIGUES, entrevista cedida em 25/07/2017).*

Conforme DOMINGUES-LOPES *et al* (2008), após tomar conhecimento da denúncia feita em Brasília por parte da comunidade, Dermivon Sousa Luz intensificou a pressão e

---

<sup>49</sup> Primeiro foram Cirilo e Sebastião, na segunda vez foi Cirilo e na terceira vez, foram Cirilo, Sebastião e Aparecida. As viagens contaram com o suporte do vereador Sebastião Sebrae.

ameaçou colocar fogo na casa de Maria Aparecida Gomes Rodrigues e Raimundo Cantuária, passou a andar armado pelo território, dizendo que queria expulsar os negros dali.

De acordo com Almeida (2011), a ameaça foi cumprida e a casa de Maria Aparecida e Raimundo Cantuária foi queimada, bem como sua roça de abacaxi, situação que os obrigou a mudar da casa próxima à sede da fazenda. Nessa mesma época, os membros da comunidade que ainda habitavam a fazenda do Grotão foram expulsos e se concentraram no lote titulado para Sabino Cassimiro de Brito, onde Cirilo Araújo de Brito residia, e na fazenda Morro Redondo, propriedade de Daniela Sousa Carvalho Silva e Marcelo Carvalho Silva. Almeida (2011) destaca que a posse da fazenda Morro Redondo não era dos proprietários, mas da comunidade<sup>50</sup>.

Em resposta à denúncia feita na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a Ouvidoria Agrária do MDA enviou à comunidade José de Arimathéia M. Dionízio como representante para resolver o conflito. Todavia, José de Arimathéia fez apenas uma visita das dez da manhã às dezesseis horas, na qual entrevistou apenas Cirilo de Araújo Brito como parte da comunidade. Nesta mesma visita, houve um desentendimento entre as partes do conflito, pois Francisca Alves da Luz chegou e disse que o sr. Cirilo estava mentindo a respeito de quando havia chegado lá e do local que morava. O relatório produzido por Arimathéia, afirma que haviam apenas duas residências na fazenda do Grotão, a de Maria Aparecida Gomes Rodrigues e Raimundo Cantuária e a de Cirilo (pai de Raimundo).

Nem mesmo a residência de Raimundo José de Brito, onde foi realizada a entrevista, foi citada no relatório. José de Arimathéia M. Dionízio omitiu também a discrepância entre os lotes que foram primeiramente titulados a uns e depois regularizados para outros, informações que constavam na documentação do GETAT e que foram denunciadas anteriormente pela comunidade. Arimathéia concluiu em seu relatório que não havia conflito, nem tampouco clima de violência nas terras. Tal constatação foi feita a partir das poucas horas que permaneceu no território. A conclusão do relatório feito pela Ouvidora Agrária Nacional estava de acordo com a versão dada pelos fazendeiros e quando se referiu a ouvir as partes, citou apenas uma linha da argumentação quilombola e 32 linhas dos fazendeiros (ALMEIDA, 2011).

---

<sup>50</sup> No processo judicial que levou ao despejo da comunidade, os proprietários alegaram que tinham a posse da fazenda, quando na verdade, não o tinham.

Depois da visita José de Arimathéia M. Dionízio, houve intensificação do conflito. No ano de 2006, Daniela Souza Carvalho Rodrigues e Marcelo Carvalho Rodrigues entraram na justiça requerendo a reintegração de posse contra toda a comunidade. Enquanto corria o processo, Francisca Sousa Luz ofereceu como acordo 10 alqueires para Cirilo Araújo de Brito e 10 alqueires para Raimundo José de Brito, proposta que não foi aceita por Maria Aparecida Gomes Rodrigues, que justificava que havia muita gente na comunidade e que apenas esses 20 alqueires não garantiam a sobrevivência de todos.

Um dos erros de condução do processo judicial se deu na designação, por parte do juiz de Oficial de Justiça, para ir à comunidade fazer levantamento se havia alguma construção antiga que constataste a versão dos quilombolas da comunidade. O oficial de justiça relatou ao juiz que os moradores estavam há cerca de três meses nas casas visitadas. No entanto, conforme ressalta Almeida (2011, p. 72),

[...] numa área de conflito, onde as pessoas eram constantemente expulsas, não tem como haver casas muito antigas. Para além disso, o modelo de construção local é casa de taipa com telhado de palha, o que pode ser entendido como casa provisória por quem desconhece a realidade de uma comunidade pobre do meio rural.

Almeida (2011) constata que várias informações sobre a comunidade foram omitidas e distorcidas durante a tramitação do processo judicial. Documentos foram forjados para comprovar a posse da fazenda Morro Redondo por parte de Daniela Sousa Carvalho Silva e Marcelo Carvalho Silva, sendo que José de Arimathéia foi testemunha no processo pela parte dos requerentes. Como já foi exposta a atuação de José de Arimathéia anteriormente, o conteúdo de seu depoimento foi favorável aos fazendeiros. Foram arroladas no processo notas fiscais da empresa Socil Evalidis Nutrição Animal Ind. e Comércio LTDA que continham produtos agropecuários que deveriam ter sido entregues na fazenda. Mas foi constatado que Marcelo era o dono desta empresa na época.

Para Almeida (2011), a posse da fazenda Morro Redondo é obra de uma malfeita construção que não se sustenta, uma análise mais apurada das provas apresentadas poderia derrubar os argumentos dos fazendeiros de que a posse era deles e de que os membros da comunidade ali haviam chegado recentemente. O desfecho do processo se deu dois anos depois com o violento despejo de 10 famílias da comunidade em 08 de outubro de 2008. Acerca desse despejo, foi constatado um total despreparo dos agentes públicos envolvidos na ação, visto que permitiram que Dermivon Sousa Luz incendiasse as casas das famílias (ainda com pertencentes

e mantimentos dentro) algo que não estava na ordem judicial. Além disso, houve o despejo ilegal da família de Juraci Cantuária Camilo dos Reis (filha de Cirilo José de Brito) e Raimundo José de Brito, que não estava dentro dos limites da Fazenda Morro Redondo, objeto da ação de despejo. Dermivon Sousa Luz infringiu a lei ao incendiar a casa que não estava dentro dos limites de sua propriedade.

As famílias foram levadas ao Ginásio de esportes da cidade de Filadélfia e ali passaram três meses em condições precárias. Foram impedidos de retornar aos dois lotes que eram de propriedade de Cirilo Araújo de Brito e Raimundo José de Brito. Ao final desses três meses, após um acordo judicial, a comunidade retornou aos dois lotes e foi definido ainda que a “[...] área seria delimitada pelo INCRA e que esta Autarquia, elaboraria um relatório antropológico para definir, em definitivo, a questão da identidade e da territorialidade quilombola envolvida na questão [...]” (ALMEIDA, 2011, p. 80).

Quando a grilagem chegou na comunidade, houve uma mudança no sistema que a constituía. A pressão sobre o território provocou uma desordem de tal magnitude, que fez com que várias famílias deixassem o território mesmo após a autorização judicial para o retorno, elas foram então, desterritorializadas permanentemente. As famílias que decidiram retornar, foram também desterritorializadas, isso porque, durante o período de três meses em que viveram em uma quadra de esportes, tiveram seu acesso à comunidade impedido e, mesmo quando retornaram ao território, ele não era mais o mesmo. Eram mudanças evidentes, suas casas e plantações foram queimadas, criações foram dizimadas e o território reduzido. Eles relataram que o retorno ao território aconteceu com um misto de alegria e dor. Alegria por poder voltar ao território, seu lar, e ao mesmo tempo, dor em razão da perda de suas casas, pertences e plantações.

É importante destacar que o mesmo acordo judicial que permitiu o retorno à comunidade, reduziu drasticamente o tamanho do território. Muitas dessas casas das famílias, antes eram localizadas em áreas em que o acesso não é mais permitido. Até o cemitério da comunidade ficou fora da área de abrangência do acordo judicial. A comunidade vive ainda uma situação em que é impedida de utilizar seu cemitério, conforme evidencia Maria Aparecida Gomes Rodrigues,

O nosso cemitério local ele num tá dentro das 100 hectares, ele tá dentro da área reivindicada. Que é lá na porta da grileira do conflito. E o cemitério local da nossa comunidade tá lá na porta. Aí é outra dor, porque o quilombo tá espalhado debaixo de terra de várias pessoas. Morre, aí fica plantado pra acolá, porque aqui não pode. Tá

com dois anos uma jovem, tá com dois anos que ela foi morta lá em Palmas, a gente conseguiu sepultar porque o juiz tava aí, e a gente fez tudo. Mas teve criança que a gente não conseguiu porque o juiz não tava, o promotor não tava, aí você fica... Você não tem condição de pagar pra formalizar né. Coloca tudo no formol lá né... Aí pra ficar com o corpo... nam... e tem gente espalhada pra todo lado... Aí é outra luta, é outra... E o cemitério lá... Sem ser cuidado... Porque antes era bem cuidado. As pessoas limpavam, tinham a tradição de limpar bem limpinho, hoje tá perdendo o foco. Aí os quilombos mais novo vai perdendo aquela né... Aquela ligação... com o antepassado.

Quando fala da perda de ligação com o antepassado ao se referir ao cemitério, Aparecida nos dá uma pequena mostra do impacto sofrido pela comunidade no conflito com os grileiros, que culminou no infeliz episódio do despejo das famílias da comunidade. Um ponto em comum nas entrevistas feitas na comunidade consiste nos relatos acerca das dificuldades enfrentadas no uso do território quilombola devido à falta de regularização e à redução de área do território por ordem judicial. A redução do território fez com que a população da comunidade diminuísse, em razão da incapacidade de provimento da subsistência.

Esse encolhimento do território prejudicou a sobrevivência a partir dos recursos do território, levou ao êxodo de várias famílias para a periferia de Filadélfia e à saída de jovens para trabalhar na cidade durante os dias da semana com retorno nos finais de semana. Maria Aparecida Gomes Rodrigues demonstra um temor ao dizer que o jovem está deixando de ser o que é: quilombola. Segundo ela, os jovens que vão trabalhar na cidade estão perdendo o vínculo com a terra. Nos finais de semana, quando retornam à comunidade, não têm mais interesse em andar pela área do território e quando o fazem, não andam mais de pé no chão.

A comunidade quilombola do Grotão ainda hoje vive nos 20 alqueires indicados pelo acordo judicial. No entanto, de acordo com a comunidade, tal área não oferece condições de manutenção da subsistência da comunidade que sofre com tal situação, e não há previsão de quando a comunidade receberá a titulação coletiva e definitiva.

Flores e Silva (2013) destacam que a formação da maioria dos territórios das comunidades quilombolas do Tocantins remete às ocupações realizadas por antepassados há muito tempo atrás, sem exatidão de datas, histórias que permanecem na memória das comunidades e que são contadas com todas as suas singularidades pelos mais velhos. Na comunidade do Grotão houve processo semelhante: os mais velhos detêm a memória do grupo e contam com detalhes como ocorreu a chegada e o passar dos anos dentro do território. A genealogia, os recursos naturais, as formas de produção de alimentos, o cultivo e uso de plantas

medicinais, a domesticação de animais e os bens materiais, estão presentes na memória e são transmitidos oralmente ao grupo.

De acordo com Flores e Silva (2013), a conexão com a natureza possibilita um modo de viver que possui uma lógica diferente do sistema capitalista, como a produção da roça comunitária e o uso do território por todos os integrantes da comunidade. Nesse modo de viver, o tempo não é aquele cronometrado pelo relógio, mas o tempo ditado pela natureza. A forte ligação com a natureza foi o que propiciou a vida da comunidade desde a época da fuga da fazenda<sup>51</sup>, no Maranhão. Esse início da formação da comunidade do Grotão é assim descrito por DOMINGUES-LOPES *et al* (2008, p. 5):

É uma história feita pelas peripécias da longa viagem do Maranhão até o Tocantins onde os antigos escravos em trânsito que fugiam das senzalas, ora atravessavam morros, ora se arranchavam por ali temporariamente. Assim, chegaram às terras do antigo norte do Estado de Goiás, hoje norte de Tocantins.

A fuga dos escravos da fazenda no Maranhão, caracteriza a desterritorialização daqueles primeiros integrantes da comunidade que, ao chegar num local com condições de prover a subsistência, resolveram ali fazer sua morada, o seu território. O processo histórico de formação da comunidade, correspondeu à territorialização da comunidade, com a construção de casas, formação de famílias, criação do cemitério para enterrar os mortos, cultivo de alimentos e confecção de utensílios para a subsistência. É importante salientar que a produção do território se dá a partir das ações ocorridas no passado e que esse processo “[...] desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado da natureza ou de outro de território [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 27). A produção do território que ocorreu desde a ocupação tem sido registrada e transmitida pela oralidade.

Nas comunidades quilombolas, é comum a falta de documentos escritos a respeito da história e formação das comunidades. Mas isso não significa que a memória dessas comunidades esteja perdida ou esquecida. Os saberes são transmitidos oralmente entre as gerações, de modo que, nos mais velhos, reside a fonte da sabedoria e conhecimento da comunidade. No entanto, é comum surgirem questionamentos a respeito da veracidade dos fatos transmitidos oralmente, trata-se de herança do modelo colonial em que prevalece a escrita sobre a cultura oral.

---

<sup>51</sup> Mas que nos últimos anos tem sido ameaçado de várias maneiras, conforme veremos no decorrer deste trabalho.

Conforme destaca Bâ (2010, p. 167 “Entre as nações modernas, onde a escrita tem precedência sobre a oralidade, onde o livro constitui o principal veículo da herança cultural, durante muito tempo se julgou que povos sem escrita eram povos sem cultura”. Na realidade, a escrita surge a partir da oralidade e o fato de haver um documento escrito que retrate alguma passagem ou situação não garante a integridade e a veracidade de tal acontecimento. Falsificações, interesses, interpretações errôneas (intencionais ou não) e até mesmo as cópias e traduções feitas ao longo dos anos podem resultar em documentos que não são fidedignos.

Desse modo, compreender a importância dada à oralidade em sociedades julgadas como “iletradas” é indispensável. Segundo Bâ (2010), a tradição oral de origem africana valoriza a importância da fala na transmissão de saberes. O autor destaca que a memória é mais desenvolvida nas sociedades com tradição oral e a ligação do homem com a palavra, mais forte. A força da palavra e a veracidade são consideradas valores morais sendo a mentira reconhecida como um valor imoral. A integridade do homem equivale à integridade da palavra por ele proferida.

É, pois, nas sociedades orais que não apenas a função da memória é mais desenvolvida, mas também a ligação entre homem e a Palavra é mais forte. Lá onde não existe escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele é a palavra e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra [...] Nas tradições africanas – pelo menos nas que conheço e que dizem respeito a toda a região do sul do Saara –, a palavra falada se empossava, além de um valor moral fundamental, de um caráter, sagrado vinculado à sua origem divina e às forças ocultas nela depositadas. Agente mágico por excelência grande vetor de forças “etéreas” não era utilizada sem prudência (BÂ, 2010, p.168-169).

As comunidades de remanescentes de quilombos valorizam a memória e a utilizam como elo e acesso às ancestralidades, como forma de resistência e existência, e também a utilizam para a ressignificação de valores e crenças. Essa força da tradição oral nas comunidades africanas é um dos fatores que contribuíram para que suas histórias não fossem registradas por escrito pelos quilombolas,

A oralidade na cultura africana é um valor ligado à territorialidade e às cosmovisões. Essa característica oral permitiu que a transmissão dos conhecimentos e saberes fosse compartilhada por várias gerações sucessivas, de maneira que as comunidades remanescentes de quilombos possuem ligações de parentesco e ancestralidade com as originais, ou que experimentaram os quilombismo histórico (SOUZA, 2012, p.74).

Em consonância com Souza (2012) na citação acima, a oralidade na comunidade do Grotão tem sido responsável pela transmissão de saberes e história da formação da comunidade.

A memória se faz presente nas histórias contadas pelos mais velhos da comunidade, que as contam com riqueza de detalhes. Em entrevista, Cirilo Araújo de Brito relembra que as crianças tinham que prestar atenção na conversa dos mais velhos para que pudessem entender a conversa e para que pudessem contar aos outros o que estava acontecendo,

*Menino num ficava conversando para acolá não. Tinha que assuntar as palavras que os vei tava falando. Um pra outros, pra outras pessoas. Tá vendo, vocês entenderam o que foi falado? Um dizia é assim, assim e assim. E tu entendeu? Não, não entendi não. Porque tu nu assuntou? Por que é que tava conversando? Hoje em dia, essa criação nova, se assuntasse uma palavra que eu tô conversando aqui mais senhora. Eles tão assuntando, na hora que nós terminasse, ele contou assim, e assim e assim. Pra quando eu e os tronco véi fosse morrendo contar o que tava acontecendo naqueles tempos. Mas hoje em dia não...(JOSÉ FERREIRA DA SILVA, entrevista cedida em 25/07/2017).*

A fala de Cirilo, mostra a importância dada à transmissão de saberes e conservação da memória da comunidade pela oralidade. Revela também a preocupação com a atual juventude da comunidade que possui valores diferentes da época de sua juventude. É com pesar que ele fala da perda da importância dada aos ancestrais. Exemplo da transmissão de saberes realizada na comunidade a partir da oralidade, pode ser percebida a partir da fala de José Ferreira, que, ao falar da capacidade de projetar, deseja que as terras da comunidade estivessem tituladas para que ele pudesse ajudar os mais jovens a organizar o cultivo no território da comunidade enquanto sua mente ainda funciona de forma confiável. Sua preocupação reside em poder contribuir na organização de uma roça coletiva, ensinando técnicas de plantio aos mais novos, antes que sua mente volte a ser a de uma criança,

*Mas um eu, que já tá com a idade avançada. Daqui mais um quatro ou cinco anos não tem nem um projeto pra fazer porque a mente já está perturbada. Se eles dessem andamento a vim liberar logo essa terra, mesmo que a força da gente não pra trabalhar, mas a mente está boa pra fazer projeto né. Vai indicando os mais novo né. E daqui muito tempo nós vai projetar o que? A mente já está como a de uma criança, né? (JOSÉ FERREIRA DA SILVA, entrevista cedida em 25/07/2017).*

Para Bâ (2010), a tradição oral funciona como uma “grande escala da vida”. Por não seguir uma ordem cronológica ou categorizada, em um primeiro momento, pode parecer caótica aos olhos de quem possui uma visão cartesiana. Por estar fundamentada na iniciação e na experiência, “Ela envolve uma visão particular do mundo, ou, melhor dizendo, uma presença particular no mundo – um mundo concebido como um Todo onde todas as coisas se religam e interagem” (BÂ, 2010. p. 169). O autor destaca que a oralidade liga o cotidiano do homem à

sua cultura de modo que essa cultura não pode ser entendida e nem transmitida de uma forma isolada da vida.

Não há, na oralidade, a separação entre as coisas, “Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial” (Bâ, 2010. p. 169). Nesse sentido, a comunidade Remanescente de Quilombo do Grotão durante a ocupação de seu território gerou conhecimentos e saberes sobre o território que têm sido transmitidos pelas gerações até a atualidade.

Dentro desse contexto, entendemos que os quilombolas possuem uma relação quase que de simbiose com a natureza, conhecem a geografia e o meio ambiente do lugar e utilizam esse conhecimento para extrair dele seu sustento, sem degradá-lo. Realizam a mudança de suas casas dentro de seu território esporadicamente com o objetivo proteger e recuperar áreas quando percebem que estas estão próximas de se esgotar (ALMEIDA, 2011). Todo esse conhecimento tem sido transmitido durante a ocupação com a utilização da oralidade.

A identidade da Comunidade Remanescente de Quilombo Grotão situa-se num espaço simbólico, produzido histórica e socialmente, constituído na ligação com a paisagem, com o lugar, do passado em comum, bem como com o sentido de posse do território ocupado há cerca de um século e meio. Acerca da identidade social mediada pelo espaço na construção da identidade territorial, Haesbaert (1999, p.177) utiliza a noção de símbolo em seu sentido abstrato “ [...] o símbolo mantém uma relação direta com a coisa nomeada e ao mesmo tempo, mais carregado de subjetividade, ele teria uma abertura para levar a outros sentidos, indiretos, secundários e, de alguma forma, inesperados [...]”. Existiria assim um “deslocamento de sentido” que nem sempre seria totalmente explicado, de modo que a identidade social é, ao mesmo tempo, mobilizada e mobiliza um poder simbólico (HAESBAERT, 1999). O território assume um papel importante na construção da identidade e tem ao mesmo tempo, uma conotação material e simbólica.

A comunidade possui uma relação especial com o território que é evidenciada na conexão com o cerrado, com os brejos e com o rio João Aires. O João Aires, aparece constantemente nas narrativas dos moradores, um vínculo afetivo tão forte que, às vezes, as referências a ele se parecem com as referências à uma pessoa da comunidade. O rio não serve apenas como fonte de sobrevivência, mas funciona como fonte de lazer, a exemplo dos banhos

de rio que fazem parte do dia a dia da comunidade. As fotos 11 e 12 mostram o banho de rio no qual jovens e crianças da comunidade se divertem:

Figura 11 - Banho no rio João Aires



Fonte: MATOS, 2017 (acervo da pesquisa).

Os banhos de rio fazem parte da rotina da comunidade, desde a infância os moradores do Grotão são acostumados a vivenciar essa prática que perpassa idades. Além disso, o rio João Aires é constantemente lembrado por fornecer alimento.

Figura 12 - Banho de rio de jovens da comunidade



Fonte: MATOS, 2017 (acervo da pesquisa).

De acordo com Almeida (2011), a ocupação do território pela comunidade por mais de 150 anos tem sido a responsável pela reprodução da vida do grupo e possibilitou o conhecimento da paisagem com o melhor aproveitamento dos recursos naturais, bem como o uso do território de forma não degradante. Nesse sentido, a ligação dos moradores com o cerrado em todas as suas formas de uso, aparece nas narrativas com importância equiparada à ligação dos integrantes da comunidade com água do rio João Aires e os brejos distribuídos pelo território. Por esse motivo, há uma grande preocupação da comunidade com a existência de cultivo de eucalipto em área limítrofe ao território. Preocupação sobre os impactos que a comunidade quilombola já percebeu e sobre os que ainda estão por vir.

Figura 13 – Área de cerrado



Fonte: MATOS, 2017 (acervo da pesquisa).

A relação com a natureza é apontada como necessária à sobrevivência do grupo e muito ligada à necessidade de regularização do território para a retomada do cultivo de alimentos e garantia da segurança alimentar do grupo, hoje ameaçada pela redução do território. A figura 13 mostra árvores do cerrado de dentro do território da comunidade Grotão. O cerrado predomina no território da comunidade, a qual com ele possui uma relação íntima em virtude dos saberes transmitidos ao longo dos anos de ocupação do território. Conforme pontua Almeida (2011, p. 109),

Nessa perspectiva, o saber coletivo da comunidade quilombola do Grotão realiza uma leitura bem específica do ambiente percebido em seu território, dividindo-o em três grandes unidades de paisagem: o **cerrado**, a principal referência espacial que

caracteriza o território; a **beira de córrego ou brejo**, a área preferencial de moradia e das principais atividades produtivas; o **rio**, área que serve principalmente para a pesca; e o **morro**, área menos utilizada pelo grupo<sup>52</sup>.

A conservação do cerrado e, conseqüentemente, das beiras de rio e brejos, é uma das reivindicações da comunidade que, mesmo com área reduzida para plantio, ainda realiza a prática da roça comunitária nas áreas que possibilitam essa prática. Nem toda a área ocupada pela comunidade é passível de cultivo devido às condições do solo, que possui uma grande incidência de terras arenosas. Almeida (2011, p. 117) realizou uma descrição pormenorizada de como eram feitas as roças do Grotão antigamente:

O plantio era feito em roça de toco ou de coivara, nas terras de área de mata que beiram os córregos e brejos. Não se derrubava a vegetação mais densa na beira do curso de água, pois aí já é considerado brejo, com excesso de umidade, o que atrapalha o plantio. A derrubada ocorre de junho a setembro. Em junho e julho roça o mato fino e depois que a área está mais limpa, cortam-se os paus mais grossos com machado. Em setembro já pode queimar o mato derrubado, tarefa que pode ser executada em qualquer dia. Depois se cercava a área com as madeiras derrubadas, para os animais não atentarem. A área a ser derrubada para a roça é calculada de modo a que resulte em duas ou três linhas para cada família que morava mais perto. O trabalho de roça, derrubada, limpa da terra e queimada é realizado coletivamente entre várias famílias vizinhas. Já os moradores mais isolados acabavam colocando roça sozinho, mas mesmo assim os vizinhos mais perto sempre iam ajudá-lo. Depois disto, onde a derrubada foi feita por mais de uma família, a área toda é dividida para que cada uma delas assuma o seu pedaço que fica sob sua responsabilidade e direção, mesmo que ainda se continuasse a contar com a ajuda dos vizinhos no plantio e na colheita.

A prática acima descrita ainda acontece na comunidade, só que com menos regularidade. Ainda existem as pequenas roças nas proximidades das casas, sendo estas de propriedade do morador mais próximo, mas, mesmo essas roças, podem ser compartilhadas com os outros integrantes da comunidade.

Em agosto de 2017, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) realizou um evento para dar apoio e orientação à comunidade. Um dos assuntos do dia foi a reativação da casa de farinha e a abertura e realização de uma roça em uma nova área a ser aberta para plantio. Essa área não estava sendo utilizada em razão do conflito territorial. A limpeza dessa mesma área foi realizada em janeiro de 2018. Foram cultivados nessa área: mandioca, abóbora, algodão do cerrado, milho, andú, feijão e fava. Segundo Raimundo Cantuária, “Não plantamos arroz porque a terra é fraca”, o arroz não foi plantado nesta área porque a terra não é condizente com o cultivo de arroz. A figura 14 mostra a área após a limpeza:

---

<sup>52</sup> Grifo do autor.

Figura 14 - Abertura de área para plantio



Fonte: Matos, 2018 (acervo da pesquisa).

A área mostrada na figura 15 mostra duas áreas, uma em que o plantio da mandioca já havia sido realizado e, outra área que estava sendo preparada para receber uma nova roça:

Figura 15 - Área com plantio recente de mandioca



Fonte: Matos 2018 (Acervo da pesquisa)

Como não trabalham com as ditas técnicas “modernas” de correções de solo, o cultivo da comunidade é restrito às áreas mais férteis, geralmente as mais próximas aos brejos e ao rio. A referência anterior às técnicas modernas é um destaque ao contraponto do entendimento

difundido a grande parte da população de que somente a modernização agrícola (equipamentos, defensivos e técnicas de correção de solo) permite a agricultura.

Figura 16 - Plantio conjunto de mandioca e abóbora



Fonte: Matos 2018 (acervo da pesquisa).

Cabe destacar que o tipo de agricultura realizado na comunidade é compatível com a agroecologia, inclusive com o aproveitamento de uma mesma área para o cultivo de diferentes espécies de plantas, como mostram as fotos das figuras 16 e 17. Havia produção que garantia a sobrevivência do grupo quando eles tinham acesso livre ao seu território. Situação que mudou após o processo de grilagem empreendido contra o território da comunidade.

Atualmente, o cultivo dos itens alimentícios e medicinais é realizado de forma diferente do que era realizado antigamente, quando eram a fonte de sobrevivência da comunidade. O cultivo não garante toda a alimentação que vai à mesa, mas complementa essa alimentação. São mudanças que vêm ocorrendo devido a vários fatores, como a redução do território e, conseqüentemente, das áreas propícias ao cultivo, além da maior facilidade de acesso da comunidade a itens de supermercado e farmácias. Mesmo com as mudanças ocorridas ao longo dos anos, é comum encontrar uma pequena horta com temperos e ervas medicinais nas casas da comunidade.

Figura 17 - Plantio conjunto de mandioca e melancia



Fonte: Matos 2018 (Acervo da pesquisa)

A figura 17, mostra o plantio conjunto de melancia e mandioca é mais um exemplo de como são feitas as roças na comunidade, com a predominância do plantio conjunto de espécies, diferentemente da monocultura realizada pelo empresário agrícola.

Conforme dito anteriormente, ocorreram alterações na alimentação da comunidade ao longo dos anos. Essas alterações podem ser percebidas a partir do relato feito por Cirilo José de Brito em entrevista, em que descreve como sua mãe fazia comida antigamente

Olha a folha da taioba, folha da taioba, vocês conhecem o berro do égua? Um matinho assim ele dá as folhas assim: a berro do égua, a folha da rosa madeira, a folha da mutamba, a folha da pimenta malagueta. A folha da pimenta malagueta, isso minha mãe cortava e mexia, botava numa panela quebrava o coco, tirava o leite, despejava naquela panela era sempre... naqueles tempos tinha uma baciona grande... era difícil encontrar mas sempre encontrava as baciona ou então as cuia. Cuia, botava em cima, aí botava aqueles angu tudo dentro e botava farinha e misturava, se num tinha farinha, farinha seca, botava o beiju. Olha aqui: os moleque caminhava em cima daquele di cumê, cumia (CIRILO JOSÉ DE BRITO, entrevista cedida em 25/07/2017).

Cirilo descreve uma das comidas que sua mãe fazia e que todos os seus irmãos gostavam muito, relembra do passado por meio da comida. No entanto, a alimentação atual da comunidade não provém mais somente do território e nem agrega diariamente os ingredientes

da receita dada por Cirilo. Como citado anteriormente, a facilidade de acesso a itens industrializados, juntamente com a redução do território influenciaram essa mudança.

De acordo com Raimundo Cantuária, o item mais cultivado é a mandioca, muito utilizada na alimentação e também para fazer farinha. Além da mandioca, há o cultivo regular de urucum, limão, laranja, cana de açúcar, banana, abacaxi, pimenta, caju, abacate, tamarindo, buriti, pequi, manga, mamona, feijão, andú, arroz, milho, batata doce, cebolinha verde, abóbora e melancia. Nas casas da comunidade, animais domésticos como cachorro e gato estão presentes. Há também os animais de uso alimentício, como galinha, porco, pato e galinha d'angola.

Além dos animais domesticados utilizados para consumo, a comunidade realiza ainda a pesca e a caça para alimentação. A preocupação com a titulação do território e com a preservação do cerrado é recorrente nas falas dos moradores, em especial à questão alimentar, pois com a derrubada do cerrado do outro lado do rio João Aires e com o encolhimento do território pela grilagem o uso da fauna e da flora foi prejudicado.

A esse respeito, é importante destacar o trabalho realizado por Almeida (2011), no qual foi realizado o levantamento da fauna e da flora da região a partir dos usos efetuados pela comunidade Grotão. O quadro 01 relaciona como a comunidade quilombola Grotão efetua o uso dos produtos resultantes da fauna e da flora da região. Esse levantamento da flora e da fauna localizada nas proximidades da comunidade do Grotão, além de mostrar a diversidade presente na região, expõe os conhecimentos que a comunidade possui sobre a fauna e a flora e como os têm utilizado ao longo da história da comunidade.

São diversas espécies de animais de caça, aves e peixes encontrados e que são utilizados no consumo alimentar juntamente com os animais domesticados. Dentre esses animais temos: capivara, paca, tatu, tatu peba, cutia, veado, caititu, rabo de couro, zumbi e anta. Na flora, as árvores do cerrado que compõem a paisagem do território da comunidade, têm uso alimentício com seus frutos e também medicinal. A natureza do cerrado também fornece árvores, plantas e arbustos como vassourinha, chá de vareda, velame, Craíba, simbaíba, cachamorra, imbaúba, sangra d'água, mangabeira, cipó santo, cipó de escada, brinco, barbatimão, pau de leite e pau de terra (dentre outras) de uso medicinal e que são desconhecidas da população que vive nas cidades. A variedade de espécies é tão grande que vai além dos usos alimentício e medicinal. Há espécies com as mais diversas utilidades como palha, corda e madeira, conforme disposto no quadro 01:

Quadro 1 - Usos tradicionais da fauna e da flora da região

Elemento Natural	Uso Tradicional	Espécie
Árvore	Uso como madeira	Canjirana, mata menino (chorão), mirindiba, casco d'anta, cachamorra, capitão, pau de terra, camaçari, pageú, gonçalves, candeia, margoso, caga machado, fava d'anta, pindaíba, aroeira, pau d'arco, pequi do brejo, tarumã, paqueira, nenju, bananinha, laranjinha, cabelo de cutia, pau de rato, maliça, capa bode, jurema, favela, rosca, pau bolota (fava de bolota), canela de velho, canela de urubu e angico.
	Uso como palha	Piaçaba, babaçu e anajá (inajá).
	Uso como corda (embira)	Mucunã e cachimbeiro.
	Uso medicinal	Craíba, simbaíba, cachamorra, imbaúba, sangra d'água, mangabeira, cipó santo, cipó de escada, brinco, barbatimão, pau de leite, pau de terra, sangra d'água, quina, cachimbeiro, mororó, angico, jurubeba, japecanga, gameleira, Moreira, birro e atraca (leite de atraca).
	Uso alimentício	Jatobá, buriti, caju, manga, goiaba, pequi, mearim, murici, coco, olho de boi, caiba, tucum, pau pombo, maçaranduba, mangaba, bacaba, buritirana, inharé, araçá, piaçaba, babaçu, anajá (inajá), oiti, bananinha, criolô, azedinha, mutamba, cajá e jenipapo.
Plantas e arbustos	Uso como pasto	Capim agreste, jaraguá, barba de paca, tiririca, barba de bode, capim buriti e capim de vargem;
	Uso medicinal	Vassourinha, chá de vareda, velame, capim santo, erva cidreira, campanha, capim de cheiro, alecrim, fedegoso, batata de purga, papaconha, caninana, negra mina, tipi, melosa, folha de carne, língua de sapo, cabaça, broto da raposa, broto da quaresma, dipirona, malva do reino, folha grossa, hortelã, pinhão e mastruz.
	Usos diversos	Amalva (vassoura), cabaça (utensílio doméstico), alecrim e pinica-pau (artesanato).
	Uso não definido	Folha de fonte e língua de vaca.
Animais	Uso comestível	Capivara, paca, tatu, tatu peba, cutia, veado, caititu, rabo de couro, zumbi e anta.
	Sem uso	Tamanduá, tamanduá bandeira, mambira, papa-mel, guaximim, quati, gambá, mucura, raposa, lobo guará, macaco (capelão, prego e guariba), preguiça, gato do mato e saruê.
Répteis e anfíbios	Uso comestível	Jacaré e teiú.
	Sem uso	Camaleão, labigó, cascavel, caninana, pega pinto, jaracuçu, jibóia, coral, cobra cipó, saramanta, cobra papagaio, surucucu de fogo, duas cabeças, jararaca, guaipega, corre campo, maia de cascavel, tira peia, rabo de osso, pico de jaca, cobra d'água, sucuri, sapo, gia e rã.
Peixes	Uso comestível	Caranha, jau, surubim, pirarara, piranha, curimatá, pacu, cará do rio, dourado, piau, piau bico de pato, piau cabeça gorda, piau voador, piau flamenguista, piau vara, pintado, mandi, mandi ferro, mandi chicote, mandi moela, mandi serrote, mandubé, fio d'água, boca larga, sardinha, piaba, olho de burra, mariana, traíra, praque (poraquê), cuiu-cuiu, cumbá, tambaqui, arraia, piabanha, bicuda, cachorra, corvina, matrixã, tubarana, beiradeira, tucunaré, boca de fulo, cari, bicuda e lampreia.
Aves	Uso comestível	Siriema, ema, fiandeira, arara, papagaio, curica, jandaia, lambu, jaó, perdiz, tucano, felipe, jacu, rolinha, aracuã, galinha d'água, mergulhão, socó, cõa, jaburu, mutum, inhuma, martim, periquitomarrecá, pato do mato, caroca, ferreira, codorniz, garça, juriti e amargosa (pomba).
	Sem uso	Corujão, coruja, mãe da lua, gavião, pinhé, urubu, beija-flor, curió, bem-te-vi, andorinha, uru, tetéu, coã, curicaca, catatau, canário, sabiá, alma de gato, chupão, papa-sebo, salta-chão, pipira, cocuruta, João bobo, urubuzinho, corriqueira e morcego.

Fonte: Almeida (2011, p. 115) organizado por Matos (2018).

A rede mostrada na figura 18 foi produzida a partir da palha encontrada no cerrado da comunidade. A palha é utilizada ainda na construção das casas como teto, na construção dos banheiros como parede, cofo e tapiti.

Figura 18 – Rede de palha



Fonte: MATOS, 2017 (acervo da pesquisa).

A figura 19 apresenta Cirilo José de Brito fazendo cofo e tapiti com palha retirada do território da comunidade Grotão. O cofo é utilizado nas casas da comunidade para guardar itens diversos e é feito de vários tamanhos conforme a necessidade do usuário. É o item que está sendo feito nesta foto. Assemelha-se à um cesto e geralmente é colocado nas paredes das casas.

Figura 19 – Cirilo fazendo cofo e tapiti



Fonte: MATOS, 2017 (acervo da pesquisa).

A figura 19 apresenta também o tapiti. O item comprido que aparece no colo de Cirilo e que é utilizado no preparo da farinha puba para secar a farinha antes do cozimento. O cofo e o tapiti são expressões da territorialidade e da cultura quilombola.

O conceito de cultura é polissêmico, possui diversos significados. Neste trabalho, o conceito de cultura foi desenvolvido a partir do que é chamado marxismo inglês: a perspectiva de cultura presente nas práticas e processos da sociedade que geram significações. Em posição crítica à chamada cultura inglesa, Williams (1971) entende cultura como modo de vida, de acordo com as diferentes formas pelas quais os indivíduos experimentam as transformações sociais. Para Williams, cultura não é apenas a produção erudita ou objetos e pinturas. É, essencialmente, todo um modo de vida, conhecimentos e práticas da vida em comunidade. O autor trabalha também com a cultura comum/ordinária, aquela herdada, vivida e criada pelos membros da sociedade enquanto comunidade em contraposição ao uso da cultura com referência somente ao pensamento letrado. Ribeiro (2004, p. 13) ressalta o caráter processual de cultura em Williams e a ênfase à experiência

O conceito de cultura liga-se assim à noção de “experiência”<sup>53</sup>, localizável no plano das necessidades, relações e práticas concretamente vividas em sociedade. A cultura “interpreta” a experiência e, ao fazê-lo, simultaneamente contribui para mudá-la. É essa indissociabilidade que conforma o seu caráter material, histórico e processual.

A cultura coletiva da comunidade não significa que haja uma homogeneização da experiência individual, mas indica que todos estão vivenciando um mesmo momento/processo histórico, como integrantes de relações sociais, envoltos em suas transformações e dentro de certo limite (o território no qual essas relações acontecem) e envoltos em suas transformações. A experiência comum dos indivíduos é que desencadeia “a criação de valores e práticas culturais por todos os que dela participam” (RIBEIRO, 2004, p. 13).

Na busca da superação do marxismo ortodoxo determinista, Thompson (1978) trata a cultura como base das relações sociais, enfatizando a experiência e as modificações que ocorrem com o tempo. Busca ir além do pensamento positivista e ressalta a necessidade de uma abordagem baseada no processo histórico para a construção do conhecimento. Segundo Thompson (1978), um dos silenciamentos de Marx consiste na questão da experiência histórica: “Exploramos, tanto na teoria quanto na prática, os conceitos de junção (como ‘necessidade’,

---

<sup>53</sup> Grifo da autora.

‘classe’ e ‘determinação’) pelas quais, através do termo ausente, ‘experiência’, a estrutura é transmutada em processo, e o sujeito é reinserido na história” (THOMPSON, 1978, p. 188).

O destaque passa a ser a inserção do sujeito na história e a importância desse sujeito por meio da sua experiência, como ele vive o mundo e como ele interpreta essas experiências e as incorpora/transforma em consciência. Não é possível determinar como uma geração manipula a experiência. Thompson (1978, p. 189) considera o papel dos sujeitos na história

Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias [...] Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades como valores, ou (através de normas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral.

Para Thompson (1978), os valores surgem da ligação que o sujeito possui com as relações materiais, com as ideias. O aprendizado da vida social decorre da interação do indivíduo inicialmente com a família, comunidade e trabalho. Assim, “um exame materialista dos valores deve situar-se não segundo proposições idealistas, mas face à permanência material da cultura: o modo de vida, e acima de tudo, as relações produtivas e familiares das pessoas” (THOMPSON, 1978, p. 193). O modo de vida, as relações e a experiência são o ponto de partida e, ao mesmo tempo, representam o eixo central do trabalho. Referem-se à trajetória histórica da Comunidade Quilombola do Grotão, formação da identidade, construção e realização de suas territorialidades. Uma prática da comunidade ainda presente é a produção da farinha de puba feita no forno de barro. O processo de fabricação da farinha é realizado em algumas etapas realizadas na casa de farinha, conforme é apresentado nas figuras 20, 21 e 22:

Figura 20 - Mandioca para fazer farinha e forno



Fonte: Matos 2018 (Acervo da pesquisa)

A primeira etapa consiste em colocar a mandioca de molho na água ainda com a casca, conforme a figura 20 que também apresenta o forno, este feito com tijolos e barro. Antigamente, o forno de barro era construído com paredes de taipa. Depois de descascada, a mandioca é ralada e prensada para secar. A secagem da massa pode ser feita no tapiti (figura 19) ou na prensa conhecida como jirau de vara, a secagem é feita com o auxílio de uma peneira, conforme a figura 21. O trabalho é realizado sempre em equipe, sendo cada integrante responsável por alguma etapa.

Figura 21 - Produção da farinha – secagem e cozimento no forno de barro



Fonte: Matos 2018 (Acervo da pesquisa)

Após a secagem, a massa da farinha é levada ao forno para assar por mais de uma hora. Na figura 21 pode ser visto o processo de cozimento, no qual a farinha tem que ser mexida o tempo todo para que não queime.

Figura 22 - Produção da farinha etapa final e farinha pronta



Fonte: Matos 2018 (acervo da pesquisa).

O produto final é mostrado figura 22 onde se vê outra apropriação do cerrado pela comunidade: o uso da cabaça. As cabaças têm vários usos, sendo comumente utilizadas para armazenar e transportar água. Conforme mostra a figura 22, a cabaça é aqui utilizada como uma grande concha que transfere a farinha do forno para a bacia de armazenamento.

Para entender as mudanças na territorialidade da comunidade quilombola do Grotão, é preciso esclarecer a concepção de territorialidade adotada por Raffestin (2015, p. 25) que define a territorialidade como “um conjunto de relações que permitem satisfazer as necessidades da comunidade ou da sociedade”. A territorialidade, neste caso, se expressa nas relações que a comunidade possui com o território desde o nascimento de cada integrante. Assim, o conhecimento dos limites do território, a produção de alimentos, a construção de casas e da casa de farinha, as festas religiosas que acontecem na comunidade, as práticas medicinais, a auto identificação como remanescente de quilombo, o respeito às memórias dos mais velhos e a ligação com o cerrado, com os animais e os rios e córregos, exprimem as diversas faces da territorialidade quilombola. A narrativa de Maria Aparecida enfatiza as mudanças ocorridas na territorialidade do grupo,

[...]antes os quilombolas aqui da geração atrás, eles plantavam, eles tinham, eram donos de viver na natureza, do coco, sobrevivia porque a comida, a sobrevivência dos quilombolas, antes eles não precisavam de nada de cidade, eles teciam o que eles vestiam aqui, eles produziam o que eles comiam aqui e eles não compravam nada em cidade. A galinha eles faziam aqui. A comida era do óleo do coco, o tecido que vestia era do algodão”.

A territorialidade não se expressa somente na forma concreta, possui uma dimensão simbólica e caracteriza o referencial territorial para a construção de um território. Raffestin (1993) reconhece o território como a parte material das relações que a sociedade mantém com a natureza. A territorialidade da comunidade Remanescente de Quilombo do Grotão é evidenciada na seguinte passagem:

[...] E com uma lembrança saudosa, Sr. Cirilo afirma “assim nós crescemos e aqui nos casamos e tivemos nossos filho”. Com a construção de seus ranchos e do cemitério onde enterravam seus mortos no campo santo, os vínculos com o território ficaram cada vez mais visíveis (DOMINGUES-LOPES e SILVA, 2009, p. 5).

A ligação com o lugar mantém-se nos nascimentos dos filhos, no registro das mortes no cemitério local e até mesmo nas mudanças realizadas dentro do território, que deixa vestígios dos antigos moradores. De acordo com Tuan (2013, p. 47), “O lugar pode adquirir profundo significado para o adulto mediante o acréscimo de sentimento ao longo dos anos. Cada peça

dos móveis herdados, ou mesmo uma mancha na parede, conta uma história”. A valoração do lugar decorre de períodos da vida, lembranças da infância e de antepassados que são adicionadas às construções da mente e têm como resultado algo que não tem valor algum para quem foi criado em outro local. O vivido é valorado pelo sujeito e torna-se primordial para a forma de experimentar o mundo, para a sua visão de mundo. Assim,

O meio ambiente natural e a visão do mundo estão estreitamente ligados: a visão do mundo, se não é derivada de uma cultura estranha, necessariamente é construída dos elementos conspícuos do ambiente social e físico de um povo. Nas sociedades não tecnológicas, o ambiente físico é teto protetor da natureza e sua miríade de conteúdos. Como meio de vida, a visão do mundo reflete os ritmos e as limitações do meio ambiente natural (TUAN, 2012, p. 116).

Os quilombolas possuem uma história de vida relacionada ao lugar. Seus antepassados chegaram ali e construíram não apenas moradias, eles transformaram o espaço em um lugar, um lar, fonte de sua subsistência. Conforme ressalta Tuan (2013, p 12), “Os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação”. Territorialidade e afetividade moldam o espaço gerando um valor de uso, um território, um lugar. A afetividade de um sujeito com determinado lugar é a chave para a transformação de um espaço (antes vazio de sentido) em um lugar, um lar. Cada ser humano agrega valor aos locais com os quais possui ligação, de modo que algo importante para uns, pode ser irrelevante para outros. O lugar, nada mais é do que o espaço dotado de valor sentimental.

A territorialidade da comunidade Grotão pode ser entendida a partir do reconhecimento da experiência de resistência vivida dentro do território, das ligações com o lugar de nascimento e das práticas culturais da comunidade, tais como festas e manifestações religiosas<sup>54</sup>. De acordo com Almeida (2011), as festas realizadas antigamente na comunidade relembavam os antepassados e os bons tempos em que a vida era mais tranquila e sem conflitos com os vizinhos. Os festejos aconteciam de acordo com o calendário católico, mas também incluíam datas exclusivas da comunidade, como o feriado de São Félix, em 15 de novembro, dia dos caboclos,

São vários os festejos que ocorriam antigamente na comunidade. Segundo me informaram, os principais eram Dia de Santo Reis, em 06/01; Divino Espírito Santo, em Maio ou Junho; São João, em 24/06; São Pedro, em 29/06; São Lázaro, em 11/12;

---

<sup>54</sup> As manifestações religiosas são lembradas como referência a tempos de felicidade e atualmente são escassas em razão da diluição do grupo e da conversão de grande parte do grupo remanescente a religiões evangélicas.

Santa Maria, em 13/12; As principais folias eram de Santo Reis e do Divino. Na primeira eles contam que durante a noite, a comunidade se reunia e as pessoas iam passando de casa em casa para chamar umas as outras. Os caretas já estavam no local da folia, antes que os outros foliões chegassem (ALMEIDA, 2011, p. 104).

Evidencias desses festejos podem ser vistas nas fotos da figura 23. São fotos dos instrumentos musicais, da bandeira do Espírito Santo que eram utilizados na folia de reis.

Figura 23 - Fotos da bandeira do Espírito Santo e de instrumento utilizado na folia de reis



Fonte: Almeida (2011, p. 108).

Tais festejos não acontecem mais. Almeida (2011, p. 107) destaca o seguinte: “[...] Segundo me informaram, estes acabaram porque Deusdete sempre implicou com as festas, até que as impediu de vez. Não sabemos se isto é real, ou se as festas acabaram quando da saída das pessoas da comunidade, devido aos conflitos [...]”. Deusdete, citado pelo antropólogo, é apontado pelos moradores como o executor e mandante de atos de violência contra a comunidade e responsável pela proibição de práticas da mesma, o responsável pelo conflito com a comunidade.

Já Maria Aparecida (líder da comunidade), nos relatou que as festividades foram alteradas em razão de dois motivos principais, o alcoolismo e a chegada da igreja evangélica. O consumo de bebidas alcoólicas estava prejudicando a vida da comunidade e a participação ativa da igreja evangélica dentro da comunidade, que passou a visitar com frequência os moradores, fez com que a maioria dos integrantes da comunidade do Grotão migrasse da igreja católica para a evangélica. O alcoolismo nessa época, estava em níveis preocupantes na comunidade e com a chegada da igreja evangélica, os festejos evangélicos que passaram a incluir cada vez mais pessoas, começaram a ser realizados de acordo com os princípios da igreja evangélica e são sempre realizados sem bebidas alcoólicas.

As casas da comunidade Grotão são construídas de taipa, modelo no qual se ergue as linhas (com vigas de madeira) e, por meio de mutirão, o trançado de madeira é preenchido de barro mole ao ser arremessado contra a estrutura. As fotos da figura 24 mostram as etapas de construção de uma casa na comunidade na etapa de vigas e depois a casa já pronta e habitada:

Figura 24 – Processo de construção de uma casa (estrutura e depois de pronta)



Fonte: MATOS, 2017 (acervo da pesquisa).

A construção de uma casa como a da figura 24 necessita de conhecimentos que foram transmitidos pelos mais velhos ao longo do processo de formação do território da comunidade. Veja que na frente da casa a parede não é erguida até o teto, ficando somente até a altura da porta. Esse detalhe é o que torna a casa mais fresca por permitir a circulação do ar.

Na figura 25 apresenta uma foto da casa da líder da comunidade, também feita em adobe e palha, é composta por três estruturas de comportam diferentes usos. Uma estrutura é a da cozinha, as outras duas estruturas são de quarto do casal e sala e quarto dos filhos e copa.

Figura 25 – Casa da líder da comunidade



Fonte: MATOS, 2017 (acervo da pesquisa).

A comunidade conta com energia elétrica, sinal de telefone celular rural (apenas com antena), uma igreja evangélica de adobe (e outra de alvenaria em construção), e também com uma escola de ensino fundamental. A figura a seguir mostra a igreja evangélica:

Figura 26 - Igreja Evangélica da Comunidade



Fonte: MATOS, 2018 (acervo pessoal).

Por volta de 2009, a pedido da comunidade, a prefeitura designou uma professora para atender as crianças, as aulas aconteciam em local improvisado ao lado da casa da professora Meirilane Gonçalves do Nascimento. Apenas em 2017 a prefeitura entregou à comunidade a atual estrutura da escola que conta com espaço para duas salas de aula, banheiro feminino e masculino, cozinha e despensa.

As aulas são ministradas em turma multiseriada que possui 12 alunos de 4 a 9 anos de idade, há também uma aluna com necessidade educacional especial, de 18 anos de idade. Mesmo tendo começado a funcionar em abril de 2017, a escola ainda não contava com energia elétrica própria, gás de cozinha, fogão, freezer e outros itens da cozinha. A merenda era feita na casa de Maria Aparecida Rodrigues, utilizando seus utensílios como fogão, panelas, freezer (para conservar os alimentos perecíveis) e a energia elétrica provinha de ligação feita a partir da casa de Aparecida.

Figura 27 - Escola da Comunidade



Fonte: MATOS, 2017 (acervo pessoal).

A escola foi criada e Aparecida foi contratada pela prefeitura municipal para atuar na escola como merendeira. Realizava a limpeza e era a responsável pelas chaves da mesma até dezembro de 2017. Uma situação que fomos convidados a registrar, tratava-se da dispensa de Aparecida de suas funções como contratada da prefeitura, ocasião em que Emília, uma outra pessoa da comunidade foi convidada a substituí-la. Assim, durante mais de dezoito meses, a merenda servida na escola era feita na casa de Aparecida, mediante o uso de seus utensílios e

também de seu freezer no qual ela armazenava os alimentos perecíveis. Não havia fogão, nem botijão de gás, tampouco panelas e refrigerador.

Em 26 de janeiro de 2018, a então secretária municipal de educação do município de Filadélfia, Sra. Adriene Dourado Dantas, foi convidada pela comunidade a prestar esclarecimentos sobre a situação dos utensílios de cozinha e sobre a troca da merendeira. Enquanto aguardávamos a chegada da secretária municipal, ouvimos relatos de que, desde que a escola começou a funcionar, os equipamentos e utensílios da cozinha haviam sido solicitados aos representantes da prefeitura, mas sem retorno. Além disso, houve o relato de Aparecida de que a relação do atual governo municipal com Aparecida era delicada em virtude das constantes reivindicações de melhorias e apoio à comunidade feitas por ela. Posteriormente, Adriene confirmou a visão das pessoas da prefeitura sobre Aparecida ao dizer que ela, particularmente, nunca havia tido problemas com Aparecida, mas que, quando assumiu o cargo, ficou sabendo por outras pessoas da prefeitura que Aparecida tinha a fama de “braba”.

Aparecida iniciou a reunião perguntando à secretária o motivo da sua substituição e dizendo que, ao invés de ser comunicada pela prefeitura municipal, ficou sabendo de sua substituição por meio da colega quilombola que iria substituí-la. Continuou falando da precariedade do funcionamento da escola, que, além da falta de utensílios e equipamentos de cozinha, não tinha energia elétrica, e que a energia utilizada na escola provinha do padrão de energia de sua casa. Destacou que, como recebia o salário da prefeitura, o utilizava para pagar a conta de energia, mas que agora a situação ficaria insustentável pela falta do salário. Pediu providências por parte da secretária para a resolução da situação, uma vez que a situação com Emília estava insustentável, e também porque Emília não paga a associação, por ter sido disciplinada da Ata da Associação da comunidade remanescente quilombo do Grotão, mas evidenciou que a mesma possui direito à titulação da terra, que esse direito ninguém tira.

Emília foi disciplinada em virtude de problemas de relacionamento constantes com Aparecida, que, como líder da comunidade, exerceu seu poder e aplicou tal punição à quilombola. Após os esclarecimentos de Maria Aparecida acerca da situação irregular de Emília, Adriene se comprometeu a apresentar a situação ao prefeito e tomar providências para a resolução do problema.

Nesta mesma visita, Adriene e sua equipe de apoio trouxeram o fogão e gás de cozinha para a cozinha e se comprometeram a equipar a cozinha com os equipamentos necessários, bem como regularizar a situação da energia elétrica que liga a bomba de água. Segundo Maria

Aparecida, a atuação dos responsáveis pela prefeitura municipal de Filadélfia para retirá-la da função que desempenhava seria uma forma de desestruturar a organização da comunidade por meio do atrito entre os moradores. Ao retornar à comunidade após três meses, encontramos a situação resolvida com a permanência da Sra. Aparecida como merendeira, bem como os problemas da energia elétrica e da cozinha da escola solucionados<sup>55</sup>.

As mudanças ocorridas na territorialidade quilombola estão diretamente ligadas à identidade do grupo. Identificar-se é um processo reflexivo porque é necessário identificar-se com algo. É um processo relacional, há que se identificar/diferenciar em relação ao outro. Os processos de identificar-se e diferenciar-se são inseparáveis. A comparação com o outro é um processo intrínseco à formação da identidade, sendo a identidade o resultado da relação de si mesmo com o outro, “toda identidade só se define em relação a outras identidades, numa relação complexa de escalas territoriais e valorações positivas e negativas” (HAESBAERT, 1999, p.175).

Para Hall (2004), o sujeito pós-moderno não possui identidade fixa, ele possui diferentes identidades e as utiliza à medida que transita entre diferentes momentos e lugares. A identidade é construída em conformidade com os sistemas culturais em que estamos inseridos, mesmo que temporariamente. Estas várias identidades possíveis caminham lado a lado com a multiterritorialidade.

A perspectiva de Haesbaert converge com o pensamento de Hall, ao entender que o processo de construção identitária está sempre em mutação, como um processo em curso. Essa formação identitária tem origem também na materialidade da relação com o território, porção do espaço na qual a herança cultural foi gerada. Almeida (2011) evidencia que novas relações de diferenças são recontextualizadas e particularizadas para as identidades em função de eventos históricos. Grupos como os quilombolas, inevitavelmente têm que se unir para defender seu território e se utilizam das diferenciações para resistir. As diferenças com o outro contribuem fortemente para a construção de sua identidade, ao mesmo tempo em que fortalece

---

<sup>55</sup> A situação exposta acima é apenas mais um dentre os incidentes relatados pela comunidade que mostram sua situação com o poder público. Outras situações ressentidas pela comunidade dizem respeito ao descaso com que são tratados em virtude de sua origem. Descaso por exemplo, no atendimento a chamadas de urgência como saúde para assistência de doentes. Situações em que o SAMU não foi até a comunidade e deixou de atender doentes, algumas vezes esse serviço acabou sendo prestado pela polícia local.

sua luta. A resistência da comunidade às investidas dos fazendeiros que alegavam serem os donos do território quilombola é fundamental na composição da identidade pois,

[...] um grupo de pessoas que lutaram contra a condição de inumanidade e submissão total, fortemente unido pelos laços de parentesco e possuidor de costumes comuns e de uma base territorial específica. Foi em defesa desse conjunto de características identitárias que as famílias do Grotão resistiram ao processo de expulsão iniciado em 1979 com a chegada de Deusdete e Francisca, pretensos proprietários da terra. Assim, toda a luta não se deu somente para garantir sua terra, mas muito mais do que isto, foi para garantir sua identidade e sua continuidade enquanto um grupo étnico-racial que eles lutaram contra as investidas do casal de fazendeiros (ALMEIDA 2011, p. 89).

A resistência é um dos componentes da constituição da identidade quilombola, mas como encontrar características que revelem um significado da identidade? Ora, se já é difícil revelar a identidade de um indivíduo, como o fazer com um grupo de indivíduos? Tentar dar uma resposta simples a tais questões pode ser uma imprudência. Haesbaert (1999, p. 174) destaca o caráter material na construção da identidade ao relacionar identidade e território: “na discussão da identidade territorial isto irá aparecer de forma muito nítida, pois por mais que se reconstrua *simbolicamente um espaço, sua dimensão mais concreta constitui*,<sup>56</sup> de alguma forma, um componente formador da identidade”. A dimensão simbólica (identidade) pode se sobrepôr à dimensão material (fronteira política/física).

#### 4.4 “Nós queremos o cerrado, nós queremos o nosso território”

Como evidenciado no capítulo 3, o eucalipto foi apresentado como uma alternativa para a economia tocantinense, capaz de promover o desenvolvimento e, conseqüentemente, trazer melhoria para a qualidade de vida dos habitantes de áreas próximas à atividade produtiva. A partir da leitura das matérias de jornais e de documentos governamentais, percebe-se que os danos desse negócio são minimizados e, muitas vezes, sequer são cogitados por essas publicações.

Em posição semelhante à propagada por empresas e pelo governo do estado do Tocantins, Vital (2007), em artigo publicado na revista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), trata das questões ambientais e dos impactos do plantio de florestas de eucalipto e enfatiza o seguinte:

---

<sup>56</sup> Grifo do autor.

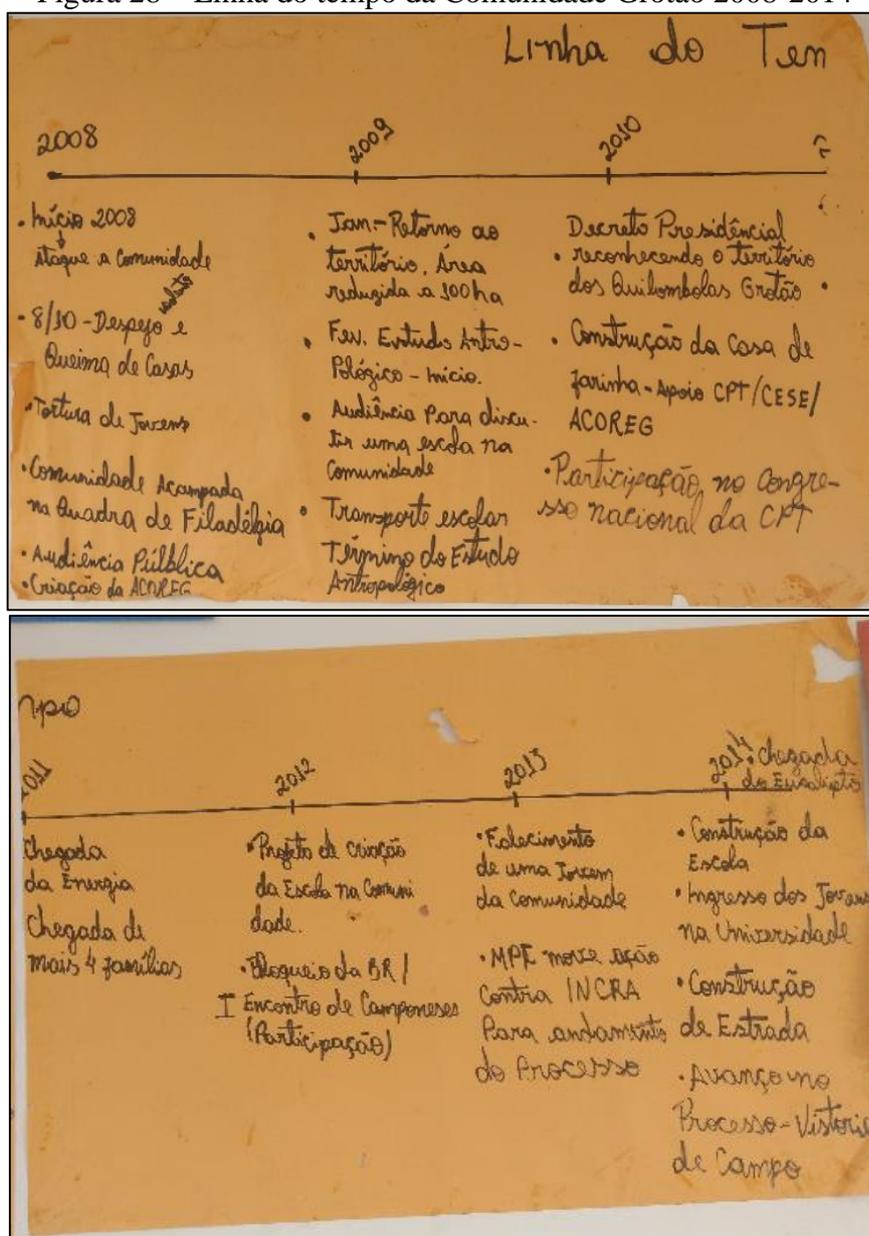
A conclusão é: assertivas generalistas devem ser recebidas com ressalva, dado que, de acordo com as análises elaboradas, os impactos ambientais das florestas de eucalipto dependem, fundamentalmente, das condições prévias ao plantio – i) bioma de inserção; ii) densidade pluviométrica; iii) tipo de solo; iv) declividade dos solos, v) distância das bacias hidrográficas – e das técnicas agrícolas empregadas (densidade do plantio, métodos de colheita, presença ou não de corredores biológicos e atividades consorciadas) (VITAL, 2007, p. 1).

O autor começa seu artigo fazendo uma revisão bibliográfica do que considera ‘generalidades’ sem fundamentação científica. No artigo, são criticados grupos e pessoas de diversos lugares do mundo que mostram os problemas ocasionados pelas plantações de eucalipto. A visão do autor desconsidera que pessoas da Ásia, da Índia, Europa e América são categóricas em alertar sobre os impactos causados pelo eucalipto e ainda resume suas falas da seguinte maneira: “De modo geral, criticam-se os efeitos sobre o solo (empobrecimento e erosão), a água (impacto sobre a umidade do solo, os aquíferos e lençóis freáticos) e a baixa biodiversidade observada em monoculturas” (VITAL, 2007, p. 2). O trabalho do autor foca que tais questões devem ser substituídas por análises técnicas como índices pluviométricos e de fertilidade do solo.

O ponto de partida deste trabalho incide, justamente, em fazer uma crítica à arrogância de se considerar a técnica e a cientificidade como superiores aos saberes daqueles que conhecem a terra secularmente e de se desconsiderar totalmente esses saberes em favor deste conhecimento científico. Esse foi o motivo pelo qual foram apresentadas ponderações a respeito da importância da oralidade na transmissão dos saberes tradicionais e da necessidade de se romper com a perspectiva colonial. A exposição da percepção da comunidade remanescente de quilombo Grotão se soma às outras tantas vozes que advertem sobre esses impactos e tem o propósito de visibilizar os problemas que o cultivo do eucalipto acarreta à comunidade. Os quilombolas entrevistados revelam uma realidade que não é mostrada por governantes, empresários e nem mesmo pela mídia.

As fotos das figuras 28 e 29 mostram uma linha do tempo feita pelos moradores da comunidade que se inicia no ano de 2008 e trata dos eventos mais marcantes que aconteceram na comunidade desde então. São informações sobre a comunidade que denotam suas vitórias, anseios e temores. Trata do despejo e ataques à comunidade, do processo de titulação do território que abarca desde a chegada do antropólogo até a publicação do decreto presidencial, em 2010, que reconheceu o território da comunidade.

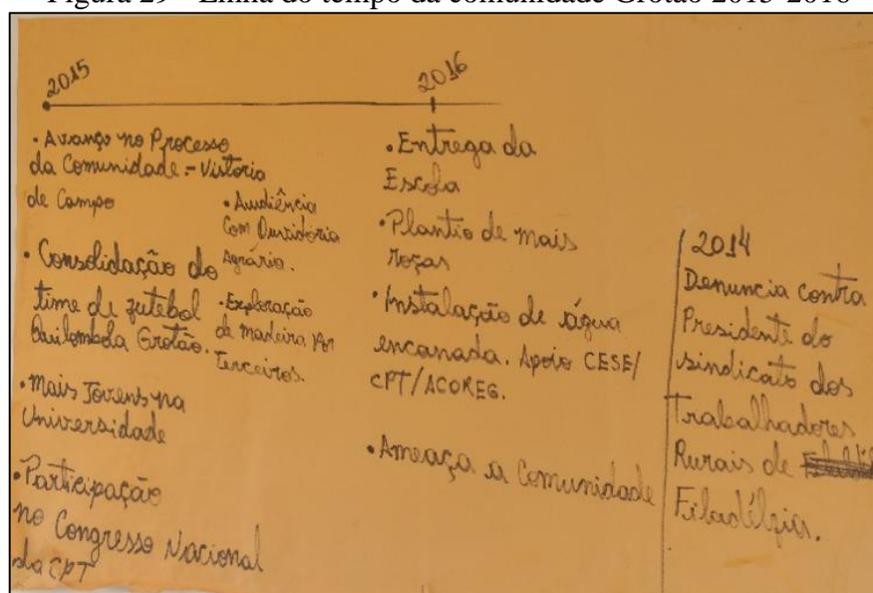
Figura 28 – Linha do tempo da Comunidade Grotão 2008-2014



Fonte: MATOS, 2017 (acervo da pesquisa).

Aspectos positivos como a presença dos jovens na comunidade na universidade, o campo de futebol, a chegada da energia elétrica, a chegada da escola e plantio de roças são também listados. Quanto aos aspectos negativos, episódios como o despejo violento e queima de casas em 2008, a exploração de madeira por terceiros, a denúncia contra o presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais de Filadélfia e também a chegada do eucalipto em 2014.

Figura 29 - Linha do tempo da comunidade Grotão 2015-2016



Fonte: MATOS, 2017 (acervo da pesquisa).

Segundo relatos de integrantes da comunidade Grotão, o plantio do eucalipto começou no ano de 2014 com a derrubada do cerrado e limpeza da área, para posterior plantio. O rio João Aires é a divisa que separa o município de Palmeirante (área de cultivo do eucalipto) e o território da comunidade. A área de plantio de eucalipto limítrofe à comunidade pelo rio João Aires é de propriedade da empresa Eco Brasil Florestas, a mesma empresa que desistiu de implantar a fábrica em Araguaína, mas que continua ativa na produção do eucalipto na região.

Como dito anteriormente, a Comunidade Grotão está localizada na área rural do município de Filadélfia e seu território faz divisa com o município de Palmeirante pela margem do rio João Aires. O plantio do eucalipto está localizado do outro lado do rio, já no município de Palmeirante. Do território da comunidade é possível visualizar a imensidão da monocultura de eucalipto na zona rural do município de Palmeirante.

A partir de 2014, a chegada do plantio do eucalipto em área próxima, impôs à comunidade mudanças em seu cotidiano. Assim, a comunidade que já sofria com a pressão referente à redução do território e também com os episódios de expulsão de seu território, passou a ter mais um agravante em sua situação adversa: os impactos causados pela chegada do eucalipto.

A chegada do eucalipto no entorno da comunidade foi percebida com o início do desmatamento para o plantio. Maria Aparecida Gomes Rodrigues<sup>57</sup> relatou que, em 2014, época do desmatamento da área próxima ao rio João Aires para receber o plantio do eucalipto, os animais (emas, antas, macaco-prego, veados, onças) vieram se alimentar na comunidade, uma vez que a mata foi destruída e a ‘floresta plantada’ de eucalipto não é fonte nem de abrigo, tampouco de recursos para esses animais. Sobre a escassez de água, ela conta que, em 2016, áreas de brejos que antes não secavam no verão, secaram.

Sem ter para onde ir, os animais que, antes, ficavam livres pelo cerrado, ficaram sem casa e sem comida. O sofrimento causado pela destruição do cerrado é sentido tanto pelos animais quanto pelas pessoas. A moradora ressalta que aqueles que ali nasceram é que sofrem o impacto causado pela chegada do eucalipto,

Os animais se alojam aqui, os animais do campo, entendeu, aí fica agrupado onça, agrupado, guará, agrupado tatu. Porque realmente foi um impacto muito grande pro cerrado. Um impacto que causou danos. E pra quem muito não sabe é bom saber, porque quem mora, quem realmente é a pessoa nascente aqui, como nós somos nascido e criado aqui, a geração do cerrado. É nois que sofre o impacto. É nois que sofre igual com os animais e igual com a natureza. Porque com as nossas águas secando e os rios baixando, é um impacto muito horrível. (MARIA APARECIDA GOMES ROGRIGUES, entrevista cedida em 25 de julho de 2018).

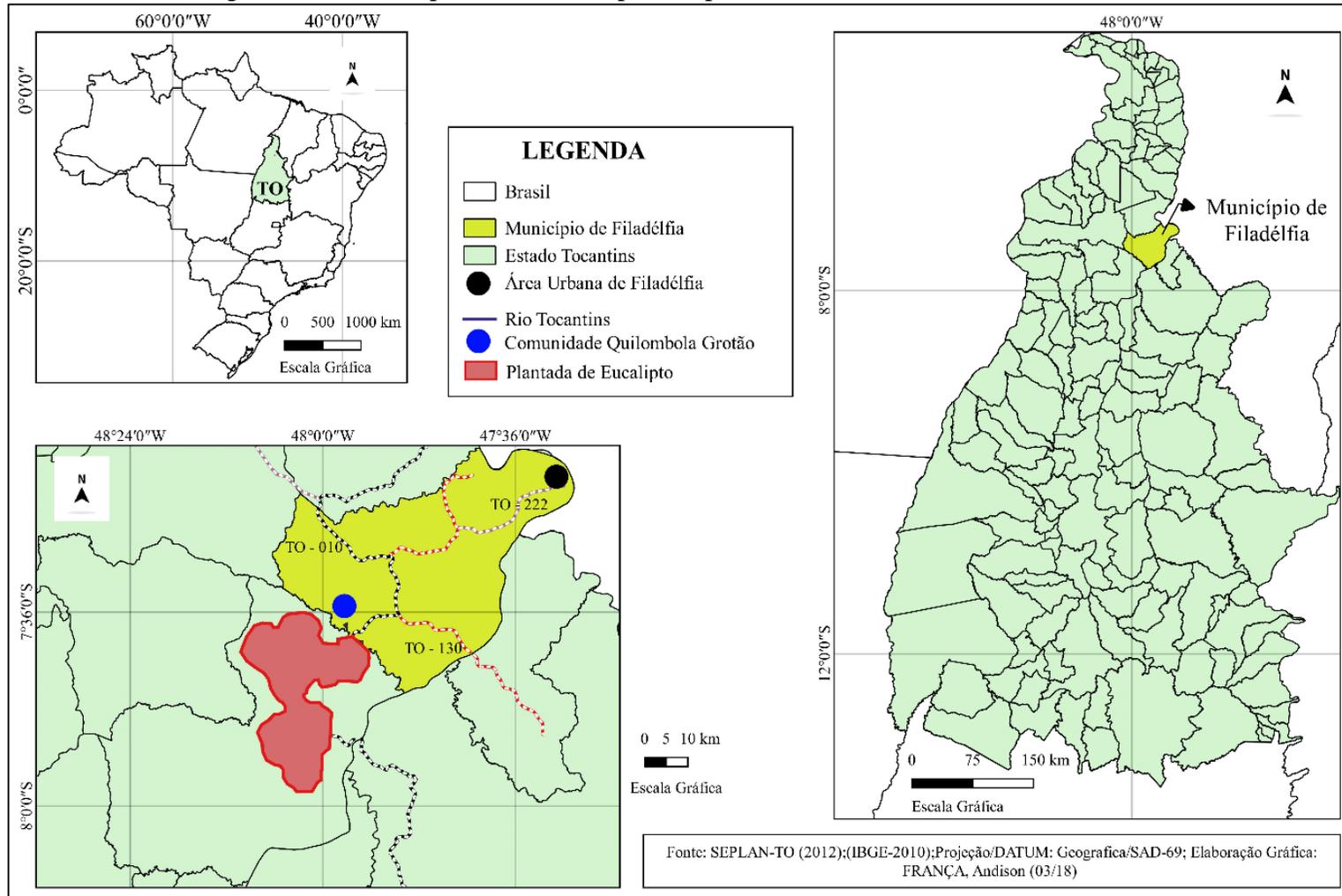
O temor da perda da territorialidade vivida a partir do cerrado é recorrente. A quilombola acredita que os danos causados ao cerrado causam igual impacto na vida de toda a comunidade. “Porque se danificar o cerrado, danificou nois quilombola, porque nois sobrevive do cerrado”, conforme evidenciado anteriormente. A relação da comunidade quilombola com o cerrado foi construída durante toda a sua ocupação, sendo preponderante para a reprodução da vida da comunidade, sem os recursos obtidos no cerrado há insegurança na sequência da vida.

A figura 30 mostra a localização da comunidade no município de Filadélfia e também a proximidade da área de plantio do eucalipto:

---

<sup>57</sup> Entrevista cedida em 25 de julho de 2018.

Figura 30 - Área de plantio do eucalipto nas proximidades da comunidade do Grovão



Fonte: Seagro (2016); elaborado por FRANÇA, Andisson, 2018, dados organizados por MATOS (2018).

A preocupação com a continuidade da vida e com a preservação é demonstrada a partir da narrativa,

*Porque quando a gente vê uma árvore daquela tombada. As pessoas tombando um cerrado desse, é o futuro dos meus netos, é o futuro de minhas gerações, é o futuro dos animais, o futuro do cerrado que tá sendo destruído. Destruindo pra poder plantar, acabando as arvores, arrancando por raiz, e eu acho que a colheita deles é cinco anos. Eu pensava assim, que depois daqueles cinco anos, o cerrado voltava, mas num volta mais, a terra morre, infelizmente, foi uma pancada muito grande ó. É o futuro, o futuro do quilombola, o futuro do povo tradicional que está em jogo. Tá acabando, as pessoas passando por cima, aí assim, é uma raiz do coração. Não gosto nem de ver (MARIA APARECIDA, entrevista cedida dia 25 de julho de 2018).*

O plantio de eucalipto é motivo de apreensão dentro da comunidade, preocupação a respeito da seca nos córregos e brejos da comunidade e sobre a destruição do cerrado para o plantio do eucalipto, é recorrente nas narrativas dos moradores. Maria Aparecida Gomes Rodrigues, critica o discurso do desenvolvimento utilizado pelos defensores do plantio de eucalipto e fala sobre a preocupação acerca da disponibilidade de água;

*O eucalipto pra muitos é desenvolvimento, mas pra nós não é desenvolvimento. Igual eu falei e a gente tem falado, prejudicou muito e tá prejudicando porque você pode ver: nosso território, as águas não baixavam do tanto que tá baixando agora. As nascentes tão já secando no mês de julho, que nós tamo, e nesse tempo já tá seco e quanto mais o eucalipto, ele cresce, mais ele suga a água, a raiz dele é profunda e cada vez tá fazendo dano à natureza. Fazendo dano aos animais, porque aqui no nosso território, eu considero nosso território, porque o INCRA ainda, infelizmente o governo federal ainda não desapropriou, mais é nosso (MARIA APARECIDA GOMES RODRIGUES, entrevista cedida em 25 de julho de 2014).*

A moradora expõe a preocupação com os recursos hídricos, muito importantes para qualquer ser humano e de suma importância para a continuidade da vida na comunidade. Em sua fala, pudemos apreender que apenas dois anos após o plantio do eucalipto, locais onde mesmo com escassez de chuvas havia brejos com água corrente durante todo o ano, secaram. Em consonância com a fala de Maria Aparecida, José Ferreira, destaca o seguinte

*Aqui há muitos anos atrás, eu sou nascido e criado aqui dentro então, tô completando 74 anos, e aqui as coisas sempre ocorrendo de um tipo só. Tá com muitos tempos que a chuva vem diminuindo. Mas esses nossos córregos, esses que você passou bem aí sempre continuando com muita água, com muita água. [...] Nunca tinha secado. Há três anos pra cá. Depois que esse eucalipto foi plantado aí que começou a crescer, a água foi diminuindo até o córrego maior, tem lugar que você passa e... chorre sem precisar de tirar. Diminuiu, tá diminuindo a água. Esse córrego aí que nós tamo pro grande e toda a vida a água permanece correndo de inverno à verão. Tá com três anos que ele corta. Você passa e tá tudo cortado. Tá só os poços em algum lugar. Até um brejo ali em cima aonde eu morei vários tempos, era atoleiro, lugar que a gente passava por cima de água. Hoje pode passar que o queixo tá tudo pro eucalipto. Depois que esse eucalipto foi plantado aí e começou a crescer a coisa foi mudando,*

*foi mudando... até as árvores do campo diminuiu o fruto porque faltou a água né* (JOSÉ FERREIRA DA SILVA, entrevista cedida em 25 de julho de 2017).

Para José Ferreira, a relação entre o eucalipto e a diminuição da disponibilidade da água é evidente. Ele, como conhecedor da terra, relata que, desde o seu nascimento, não havia testemunhado tal situação nos brejos. Ele chama a atenção ainda para a questão das árvores do cerrado ao citar que até mesmo a disponibilidade de frutos foi afetada.

Situação semelhante é descrita em trabalho sobre os impactos do eucalipto no município de Três Lagoas no Mato Grosso do Sul. De acordo com Kudlavicz (2011), os moradores da comunidade rural de Garcias têm a percepção de que os córregos estão secando. A apreensão destas comunidades de localização distante, mas com problemas semelhantes, é justificável devido à uma série de fatores.

O primeiro a ser destacado diz respeito ao fato de que, por se tratar de uma espécie de rápido crescimento, o eucalipto necessita de uma quantidade maior de água do que as árvores do cerrado tocantinense. Além disso, temos a questão da quantidade de árvores plantadas, visto que a maioria dos plantios de eucalipto ocupam áreas de grande extensão territorial. Uma análise rápida da densidade das árvores do cerrado versus a densidade das árvores nativas do cerrado, dá uma dimensão do quanto de água é necessária para o desenvolvimento do eucalipto.

Outro fator a ser levado em conta diz respeito ao manejo durante todo o ciclo de vida do eucalipto,

O manejo não adequado das plantações pode contribuir para a **erosão**<sup>58</sup> e para a **perda de nutrientes**. Qualquer monocultura em larga escala, seja ela uma vasta pastagem, uma lavoura de soja ou uma plantação de cana-de-açúcar, contribui para o **desgaste de recursos naturais** – como o solo – essenciais à preservação da integridade das fontes hídricas. Não raro, o plantio de eucalipto e pinus se instala em locais de histórico desrespeito à legislação ambiental, onde os danos se encontram acumulados há décadas pelo mau uso do espaço agrícola. Devido à extensão e ao adensamento das árvores, que crescem em rápida velocidade, as fontes de água e o solo são ainda mais deteriorados (Repórter Brasil, 2011, p. 8).

A denominação deserto verde é dada em virtude da falta de diversidade de fauna e flora dentro das plantações de eucalipto (Repórter Brasil, 2011). Por se tratar uma planta exótica, cultivada em regime de monocultura, não há interação desta com os animais do nosso país. Assim, além do primeiro impacto causado pelo desmatamento e pela expulsão dos animais, ainda há que se considerar que nenhum animal da fauna brasileira se alimenta dessa planta. A

---

<sup>58</sup> Grifos do autor.

respeito da falta de diversidade dentro da “floresta plantada”, a percepção que a comunidade Grotão possui é evidenciada na seguinte fala

*Porque no eucalipto nem a labigó num fica lá debaixo. Aqui é agrupação de onça, de lobo guará, agrupação de ema. As ema acostumou vim cumé bem aqui, a gente dá ossos pra elas. Filhotinho, e agrupação de, de, agora mesmo tem um pé ali de puçá ami menino... as arara, macaco prego, eles se agrupam porque realmente acabou gente, onde era o cerrado mais, acabou gente. (RAIMUNDO CANTUÁRIA CAMILO DOS REIS, entrevista cedida em 25/07/2017 )*

Sobre a mudança na paisagem próxima à comunidade Grotão, Raimundo Cantuária Camilo Reis<sup>59</sup> fala da área que, atualmente, recebe o plantio: “É aquilo tudo era mata. Tinha só os carreiro de ir pras fazenda dos fazendeiros né. De um lado e de outro da estrada era só mata e hoje você olha, tem a mata velha só de eucalipto. E quando o eucalipto acaba, fica só a areia né? Nem um outro mato nasce mais. Vira campino né?”.

As apreensões colhidas no âmbito desta comunidade diante da chegada do eucalipto nos levam a inferir que há um misto de desilusão associada à necessidade de lutar na perspectiva da recuperação do seu território ancestral na íntegra. A velocidade da modernização imposta pelo apoio de políticas públicas de desenvolvimento voltadas para esta *commoditie*, correspondem ao maior gargalo da Comunidade Grotão. Tal luta exige a união de forças internas e externas, mesmo diante do estágio atual já efetuado pelas instâncias competentes.

---

<sup>59</sup> Entrevista cedida em 25 de julho de 2017.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos da percepção, da experiência de mundo e do modo de viver, devem ser utilizados para compensar a limitação cartesiana baseada apenas na mensuração de quantidades e análise de dados. É um caminho para minimizar o reducionismo econômico que comumente apresenta questões como a expansão do eucalipto apenas pelo viés do desenvolvimento econômico e pouco considera a respeito da diversidade cultural existente no território que recebe tal política de desenvolvimento.

A ocupação da Amazônia é repleta de exemplos do que não se deve fazer, foram propostas de programas e projetos econômicos realizados a partir de conhecimento alheio à realidade amazônica. Muitas dessas propostas foram embasadas pelo imaginário de que se tratava de uma região “atrasada” e que os conhecimentos obtidos secularmente por indígenas, quebradeiras de coco, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, comunidades quilombolas, etc. deveriam ser suprimidos em razão da modernização que, como resultado, traria o progresso.

Neste trabalho, procuramos apresentar uma perspectiva que não estivesse enviesada pelo discurso da modernização e do desenvolvimento, amplamente difundidos, tanto por esferas governamentais quanto pela classe empresarial, numa tentativa de compreender porque projetos de desenvolvimento deixam de ouvir os residentes das áreas passíveis de investimentos, principalmente comunidades tradicionais.

A partir do retrospecto acerca da ocupação da Amazônia, pudemos perceber que havia uma conduta de se ocupar o ‘território vazio’ e cheio de recursos naturais sem se preocupar com seus residentes. Além disso, essa conduta sequer considerou que os povos tradicionais se identificam e se apropriam do território mesmo sem a propriedade privada da terra. Esse projeto de expansão capitalista na Amazônia tem, em sua essência, a concentração de terras e de riqueza, circunstância que resultou em aumento da desigualdade social. Situação que ainda persiste até os dias atuais.

A diversidade Amazônica e sua complexidade devem ser o ponto de partida em qualquer proposta de desenvolvimento que envolva esse território, de modo que, em cada proposta, haja um diálogo que englobe os conhecimentos adquiridos pelos povos amazônicos. Essa riqueza de conhecimentos deve ser respeitada e valorizada dentro de suas particularidades. Tal medida é

necessária em razão dos problemas provocados pela chegada da modernização, como as perdas culturais e na territorialidade dos povos tradicionais.

Nesse contexto, salientamos que o empresário agrícola se relaciona com determinado lugar de forma diferente daquela de alguém que cresceu e sempre viveu nele. Para grandes produtores e empresas, não há um lugar, apenas a materialidade do espaço, do qual utilizam recursos para obter um produto como resultado final.

A expansão do cultivo do eucalipto no estado do Tocantins, foi baseada na concentração de grandes áreas de terras nas mãos de empresas e empresários agrícolas da silvicultura, numa relação estritamente comercial, cenário semelhante ao que aconteceu no processo histórico de formação da Amazônia com a pecuária. A terceirização do processo produtivo do eucalipto é exemplo desta relação exclusivamente comercial. Na relação empresarial não há o vínculo, tampouco afeição com a terra, como existe no território de povos tradicionais que ali constroem sua história e territorialidade.

A apresentação do contexto de formação de algumas das comunidades quilombolas do Tocantins permitiu caracterizar a variedade de processos históricos de acordo com suas particularidades e suas formas de organização. Tal análise mostrou que, mesmo oriundas de situações variadas, essas comunidades possuem um ponto em comum: suas territorialidades estão ameaçadas em virtude da insegurança provocada pela não titulação de seus territórios. Das 56 comunidades quilombolas que pudemos identificar, apenas uma delas recebeu a titulação de parte de seu território após o disposto no Art. 68 do ACDT.

A comunidade quilombola Grotão é uma das comunidades que não receberam a titulação de seu território e, mesmo que o processo para titulação do território seja um dos mais adiantados, há apenas a perspectiva e a esperança, mas não uma data para a efetivação. A titulação é de suma importância para a comunidade porque o Grotão, assim como outros povos tradicionais da Amazônia, tem sido discriminado e prejudicado em razão de viverem em seus territórios, muitas vezes, sem acesso à informação acerca dos procedimentos de propriedade da terra.

Desde a chegada ao território, na segunda metade do século XIX, a comunidade Grotão sempre teve acesso direto à terra, consideram-na seu território. Cabe aqui ressaltar que a lógica presente na vida da comunidade é distinta da lógica capitalista de produção, também difere o modo de produção e de registro desse território. A oralidade é a responsável pela transmissão

dos saberes, ancorada na memória dos mais velhos. A ocupação do território e conhecimentos sobre os mesmos foi o que garantiu a sobrevivência da comunidade. Sobrevivência que começou a ser ameaçada a partir do processo de grilagem de terras no final da década de 1970 e culminou na expulsão de 10 famílias em outubro de 2008. O despejo deixou marcas profundas, mas não diminuiu a esperança de titulação do território e posterior reestabelecimento da tranquilidade da vida da comunidade.

Nesse sentido, o processo de autodefinição realizado pela comunidade representa a base para as lutas sociais e ação política. A autodefinição dá o suporte para que comunidade busque a visibilidade de suas demandas que vão desde questões como acesso à educação e saúde até o enfrentamento de situações adversas, como os impactos do eucalipto que chegou em 2014 às suas imediações.

De acordo com as entrevistas realizadas, podemos concluir que a comunidade Grotão possui duas principais preocupações: a delimitação do território e os impactos causados pela “floresta” de eucalipto (silvicultura) localizada ao lado da comunidade. O território aguarda a finalização do processo de titulação por parte do INCRA, mas sem previsão para finalização. Já no que diz respeito aos impactos, a preocupação agora é quanto à disponibilidade de água, uma vez que os brejos e córregos estão secando. A territorialidade de um povo está ameaçada pela “floresta plantada” e o questionamento feito por Raimundo Cantuária Camilo Reis, “E quando o eucalipto acaba, fica só a areia né? Nem um outro mato nasce mais. Vira campino né?”, permanece à espera de resposta.

A percepção da comunidade quilombola Grotão vai ao encontro de outras tantas vozes que denunciam os impactos causados pelo plantio do eucalipto em larga escala. É uma característica do setor, o plantio em grandes dimensões territoriais como forma de redução de custos de produção. No entanto, a premissa básica não deve ser esquecida: não existe território vazio. Grandes e pequenas atividades possuem vários aspectos positivos e também negativos a serem analisados e que não devem ser desconsiderados, especialmente no caso de comunidades tradicionais, historicamente invisibilizadas e com as quais a nossa sociedade possui dívida insolúvel.

Como o escopo da pesquisa está relacionado à comunidade Grotão X eucalipto, não foram considerados neste trabalho outros impactos causados pela atividade. Não significa que esses impactos não sejam importantes, mas apenas que não eram objeto do presente trabalho.

Há uma gama de problemas, como as questões ligadas à esfera trabalhista, o trabalho escravo e o alto índice de terceirizações que ocorrem durante todo o processo produtivo do eucalipto até a chegada na indústria de celulose. Serão objetos de pesquisas futuras.

Por fim, gostaria de deixar em destaque uma frase de Maria Aparecida Gomes Rodrigues que remete ao seu maior anseio e à sua luta diária: “Nós queremos o cerrado, nós queremos o nosso território!”.

## REFERÊNCIAS

ABRAF. **Anuário estatístico 2012**. – Brasília: 2013. Disponível em <http://www.ipef.br/estatisticas/relatorios/anuario-ABRAF13-BR.pdf>. Acesso em março de 2016.

ALMEIDA, A. W. B. Quilombos repertório bibliográfico de uma questão definida (1995/1997). **BNB 45**. Rio de Janeiro, 1998. Pag. 51-70.

\_\_\_\_\_. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 9, maio 2004. ISSN 2317-1529. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/102>>. Acesso em: 23 jun. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>.

\_\_\_\_\_. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008, 2.<sup>a</sup> edição, 192 p.

\_\_\_\_\_. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro, Casa 8, 2008.

ALMEIDA, R. A. **Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território da Comunidade Quilombola Grotão Filadélfia Tocantins**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ, Superintendência Regional do INCRA em Tocantins – SR 26, Brasília – DF Outubro de 2011.

ANDRADE, K. S.; FERREIRA, L. P. A. Povos tradicionais do Tocantins: estudo dos nomes das comunidades remanescentes de quilombo com foco nos estudos linguísticos e nas práticas culturais e históricas. In: **Populações tradicionais do Tocantins: cultura e saberes de comunidades quilombolas**. Orgs: ANDRADE, K. S.; FLORES, K. M.; BODNAR, R. Tocantins: UFT, 2013.

BÂ, Amadeo Hampaté Bâ. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010. 2<sup>a</sup> ed. 992 p.  
BECKER, Bertha K. **Amazônia**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

\_\_\_\_\_. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Revista Parcerias Estratégicas**, Ministério da Ciência e Tecnologia nro.12-setembro/2001. Disponível em [http://www.cgee.org.br/arquivos/pe\\_12.pdf](http://www.cgee.org.br/arquivos/pe_12.pdf). Páginas 135-159. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, 19. 2005. Disponível em: [http://www.ppg-casa.ufam.edu.br/pdf/Bertha%20Becker\\_2005.pdf](http://www.ppg-casa.ufam.edu.br/pdf/Bertha%20Becker_2005.pdf). Acesso em 23 dezembro 2017.

\_\_\_\_\_. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010

\_\_\_\_\_. **As Amazônias de Bertha K. Becker**: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica: vol. 1. Organização Ima Célia Guimarães Vieira. 1ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Promulgada em 18 de setembro 1946. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

BRASIL. **Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto/2003/D4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2003/D4887.htm). Acesso em 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 8.375, de 11 de dezembro de 2014. Define a Política Nacional para Florestas Plantadas. **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 11/12/2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8375.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8375.htm). Acesso em: 09/01/2017.

\_\_\_\_\_. **IBGE Cidades.** Dados referentes ao ano 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=170770&search=tocantins|filadelfia>>. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. IN CRA. **Andamento dos Processos - Quadro Geral.** 2018. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessosquilombolas\\_quadro\\_geral.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessosquilombolas_quadro_geral.pdf) Acesso em: 22 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. IN CRA. **Quilombolas de Kalunga do Mimoso recebem com festa a posse de áreas no Tocantins.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombolas-de-kalunga-do-mimoso-recebem-com-festa-a-posse-de-areas-no-tocantins>. Acesso em: 22 maio de 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1806 de 06 de janeiro de 1953. **Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências.** Brasília, DF, jan 1953.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Comunidades remanescentes de Quilombos.** Disponível em: [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551). Acesso em: 30 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério Da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Quadro Geral por Estados e Regiões:** Certidões expedidas. 2017. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/file/2017/09/quadrogeral-09-2017.pdf>. Acesso em: 02 de maio. 2018

CAVALCANTE, M. E. S. R. **O discurso autonomista do Tocantins.** Goiânia, Editora de UCG, 2003.

CONEXÃO-TO. Empresa desenvolve projeto para instalação de indústria de celulose no Tocantins. **Conexão Tocantins,** 03de junho de 2014. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2014/06/03/empresa-desenvolve-projeto-para-instalacao-de-industria-de-celulose-no-tocantins>. Acesso em 22 maio de 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Florestas e indústria: agenda de desenvolvimento.** Brasília: CNI, 2016. 60 p.

COORDENAÇÃO ESTADUAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DO TOCANTINS (COEQTO); Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO). **Os Territórios Quilombolas no Tocantins**. 2.ed. Palmas, 2016.

CRUZ, V. C. Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira; HAESBAERTH, Rogério (orgs.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 93-122.

DOMINGUES-LOPES, R.C. **Patrimônio Cultural**: os bens materiais da Comunidade Remanescente de Quilombo Grotão - Tocantins. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 2010, Belém, PA. Disponível em: [http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_27\\_RBA/arquivos/grupos\\_trabalho/gt16/rcdl.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_27_RBA/arquivos/grupos_trabalho/gt16/rcdl.pdf). Acesso em: 02/02/2018.

\_\_\_\_\_. Na luta pelos seus direitos: memória e identidade de uma comunidade remanescente de quilombo no Norte do Tocantins. Revista Escritas, Vol. 9 n. 1, 2017.

DOMINGUES-LOPES, R. C. ABREU, W. G; SILVA, H. M. S., **Dossiê**: Comunidade Remanescente de Quilombo Grotão. Araguaína, TO. Setembro, 2008. Mimeo.

DOMINGUES-LOPES, R. C.; SILVA, H. M. Memória e parentesco: caminhos percorridos pela comunidade remanescente de Quilombo Grotão – Tocantins. In: **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2009. UFRJ, Campus da Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

ECO Brasil Florestas vai instalar fábrica de celulose em Araguaína. Portal o Norte, Araguaína/TO, 10/12/2013. Disponível em: <http://www.portalonorte.com.br/araguaína-62380-eco-brasil-florestas-vai-instalar-fabrica-de-celulose-em-araguaina.html>. Acesso em: 22 jan 2016.

EMBRAPA. **Silvicultura no Tocantins**. Alisson Moura Santos. Transferência de tecnologia florestal: cultivo de eucalipto em propriedades rurais: diversificação da produção e renda / Emiliano Santarosa, Joel Ferreira Penteadó Júnior, Ives Clayton Gomes dos Reis Goulart, editores técnicos. – Brasília, DF : Embrapa, 2014. 138 p.

ESTEVES, Francisco Patrício. Quilombos: uma discussão conceitual. In: ANDRADE, Karylléia; FLORES, Kátia Maia; BODNAR, Roseli (orgs.). **Populações tradicionais do Tocantins: cultura e saberes de comunidades quilombolas**. Palmas, TO: UFT, 2013.

FIABANI, A. **Novos quilombos - Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008)**. Palmas: Nagô Editora, 2015.

FLORES, Kátia Maia; SILVA, José Gonçalo Mendes da Silva. Quilombolas: a formação de territórios tradicionais no Tocantins. In: ANDRADE, Karylléia; FLORES, Kátia Maia; BODNAR, Roseli (orgs). **Populações tradicionais do Tocantins: cultura e saberes de comunidades quilombolas**. Palmas, TO: UFT, 2013.

GONÇALVES, Pedro Alexandre Conceição Aires; NOGUEIRA, Rose Dayanne Santana. (Org.). **Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares**. Palmas: Defensoria Pública do Estado do Tocantins, 2016. Disponível em: <http://ww2.defensoria.to.gov.br/documento/20751/download>. Acesso em: 05 dez. 2016.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In ROSENDAHL, Z; CORREA, R. L. (Orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190.

\_\_\_\_\_. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: **Seminário Internacional sobre Múltiplas Territorialidades**. Porto Alegre: UFRGS, 23 set. 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

IBÁ. Indústria Brasileira de Árvores - **Relatório anual 2015**. Disponível em: [http://iba.org/images/shared/iba\\_2015.pdf](http://iba.org/images/shared/iba_2015.pdf). Acesso em 10/12/2016.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual 2016**. Disponível em: [http://iba.org/images/shared/Biblioteca/IBA\\_RelatorioAnual2016\\_.pdf](http://iba.org/images/shared/Biblioteca/IBA_RelatorioAnual2016_.pdf). Acesso em 10/12/2016.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual 2017**. Disponível em: [http://iba.org/images/shared/Biblioteca/IBA\\_RelatorioAnual2017.pdf](http://iba.org/images/shared/Biblioteca/IBA_RelatorioAnual2017.pdf). Acesso em 08/07/2018.  
JORDÃO, Priscila. Suzano deve adquirir florestas da Eco Brasil por R\$ 400 mi. **Exame**, São Paulo, 28 de jan 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/suzano-deve-adquirir-florestas-da-eco-brasil-por-r-400-mi/>. Acesso em 22 de jan 2017.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, n. 322. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.

LEITE, Ilka Boaventura. *Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas*. Etnográfica, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em: [http://xa.yimg.com/kq/groups/21569000/1973737197/name/Vol\\_iv\\_N2\\_333-354.pdf](http://xa.yimg.com/kq/groups/21569000/1973737197/name/Vol_iv_N2_333-354.pdf). Acesso em: 16 dez. 2016

LIMA, S. M. F. Comunidades Remanescentes de Quilombo Lagoa da Pedra e Kalunga Mimoso – Arraias –Tocantins. In: **30º Encontro Nacional da ANPOCS**. UFMT, Caxambu/MG, ANPOCS, 2006. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt20-22/3431-slima-comunidades/file>. Acesso em 06/06/2018.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: Estado, Homem, Natureza**. 2ª edição. Belém: Cejup, 2004. Coleção Amazoniana.

\_\_\_\_\_. **A Amazônia no século XXI – novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

\_\_\_\_\_. A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. **Revista direito GV**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 527-552, Dec. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-24322012000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322012000200006&lng=en&nrm=iso). Acesso em 20 fevereiro de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322012000200006>..

LOUREIRO, V.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos. avançados São Paulo**, v. 19, n. 54, p. 77-98, agosto de 2005. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200005&lng=en&nrm=iso). Acesso em 04 de julho de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000200005>.

KOWARICK, Marcos. **Amazônia-Carajás na trilha do saque: os grandes projetos amazônicos**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1995.

MARTINS, Sueli Aparecida. As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura. **Em Tese**. Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 23-36, jan. 2006. ISSN 1806-5023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13539/12404>. Acesso em: 19 jan. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/13539>.

MOURA, Clóvis. **História do negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. **Rebeliões da senzala**. 3ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1981.

\_\_\_\_\_. **Quilombos: da resistência ao escravismo**. São Paulo: Ática, 1993.

MUNIZ, M. Cultura e pesquisa em comunidades quilombolas do Tocantins. In: SANTOS, R. S. (org.) **Educação, Território e Cultura Quilombola do Tocantins: debates experiência e pesquisa**. Goiânia: Kelps, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papyrus, 1991.

\_\_\_\_\_. et al. **Território em conflito, Terra e Poder**. Ariovaldo Umbelino de Oliveira e outros. Goiânia: Kelps, 2014.

PAINEL FLORESTAL. **Florestal Itaquari recebe licença ambiental no TO**, 20 fev 2013. Disponível em: [http://www.painelflorestal.com.br/noticias/brasil/florestal-itaquari-recebe-licenca-ambiental-no-to?fb\\_comment\\_id=217589748381268\\_849276](http://www.painelflorestal.com.br/noticias/brasil/florestal-itaquari-recebe-licenca-ambiental-no-to?fb_comment_id=217589748381268_849276). Acesso em: 08 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Fábrica de celulose da Braxcel fica para a próxima década**, 17 jan 2014. [http://www.painelflorestal.com.br/noticias/mercado/fabrica-de-celulose-da-braxcel-fica-para-a-proxima-decada?fb\\_comment\\_id=1393208704270069\\_2073434746247458#f158ad93e2e845c](http://www.painelflorestal.com.br/noticias/mercado/fabrica-de-celulose-da-braxcel-fica-para-a-proxima-decada?fb_comment_id=1393208704270069_2073434746247458#f158ad93e2e845c). Disponível em. Acesso em: 08 de julho de 2018.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. 2013. 278 fl. Tese – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife, 2013.

PEREIRA, Ana Lúcia. **Famílias Quilombolas: história, resistência e luta contra a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Mumbuca – Estado do Tocantins**. 2012. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

PINHEIRO, Eliania Pereira *et al.* Quilombolas no centro urbano de Monte do Carmo – TO. **Interface**, Edição número 06, maio de 2013.

PRICE, RICHARD. Reinventando a **história dos quilombos: rasuras e confabulações**. Revista Afro-Ásia n.º 23. Salvador, BA. 1999. Acesso em: 5 de julho de 2017. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77002308>>

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. **Amazônia encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais Editorial/Editor, 2005. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

RIBEIRO, L. M. . **Comunicação e Sociedade - Cultura, Informação e Espaço Público**. 1. ed. Rio de Janeiro - RJ: E-Papers Serviços Editoriais Ltda, 2004. v. 1. 348p .

ROCHA, Gabriela de Freitas Figueiredo. A territorialidade quilombola ressignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar. **E-cadernos Identidades, Cidadanias e Estado**, n. 07, 2010. Disponível em: <http://eces.revues.org/417>. Acesso em 05 abr. 2018.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

\_\_\_\_\_. Abordagens e concepções de território e territorialidade. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica, 2º Semestre 2011. p. 1-16.

\_\_\_\_\_.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

SILVA de OLIVEIRA, I. Território e territorialidade nos limites do rural e do urbano, na comunidade quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO. 2018. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018.

\_\_\_\_\_.; DUARTE, H. R.; SILVA, E. Comunidade quilombola Dona Juscelina numa abordagem do processo de formação socioterritorial. **VIII Fórum Internacional de Pedagogia**. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO\\_EV057\\_MD1\\_SA14\\_ID2597\\_16092016214828.pdf](https://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV057_MD1_SA14_ID2597_16092016214828.pdf) Acesso em 05 jul 2018.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 08, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, L. O. C. **Quilombos: identidade e história**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2012.

SUZANO Papel e celulose. **Relatório de impacto ambiental**: projeto de silvicultura do Tocantins- Suzano Papel e Celulose. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/115016/>. Acesso em: 25/04/2016.

TAVARES, H. M., Raymond Willians pensador da cultura. **Revista Ágora**, n.8, Vitória, 2008, p.1 -27. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/agora/article/viewFile/1927/1439>. Acesso em 09/01/2017.

TEIXEIRA, Rogério Ferreira; SOUZA, Lucas Barbosa. Comunidade Quilombola Barra da Aroeira (TO): abordagem fenomenológica das práticas ecológicas. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 2, p. 63-86, set. 2016. ISSN 1982-6745. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/4757>>. Acesso em: 07 jul. 2018. doi:<https://dx.doi.org/10.17058/redes.v21i2.4757>.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Orçamento - SEPLAN. *Base de dados geográficos do norte do Tocantins*. Palmas, 2012. Disponível em: acesso em 27/01/2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.385, de 9 de julho de 2003. Institui o Programa de Industrialização Direcionada – PROINDÚSTRIA, e adota outras providências. Disponível em: <http://www2.sefaz.to.gov.br/Leis/Lei1385-03.htm>. Acesso em: 07 jul 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria do meio ambiente e desenvolvimento sustentável do Tocantins- SEMADES. **Reformulação da política estadual de florestas plantadas e elaboração do plano estadual de florestas do Tocantins (PEF/TO)**. Palmas, nov 2014. Disponível em: <http://pdris.seplan.to.gov.br/attachments/article/152/Relat%C3%B3rio%20Final%20-%20Pol%C3%ADtica%20Florestal-TO.pdf>. Acesso em 08 jul 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Agricultura e Pecuária do Tocantins, SEAGRO. **Política estadual de apoio à inserção comercial dos maciços florestais de eucalipto implantados no estado do Tocantins**. Palmas, 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria da agricultura e pecuária do estado do Tocantins, SEAGRO. **Crescimento da silvicultura no Tocantins garante produção sustentável**, 03 out 2012. Assessoria de comunicação. Disponível em: [https://www.agrolink.com.br/noticias/crescimento-da-silvicultura-no-tocantins-garante-producao-sustentavel\\_157512.html](https://www.agrolink.com.br/noticias/crescimento-da-silvicultura-no-tocantins-garante-producao-sustentavel_157512.html). Acesso em 07 jul 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Planejamento e orçamento, SEPLAN. **Zoneamento ecológico econômico – Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do Estado do Tocantins: Populações Tradicionais**. Palmas: Seplan, 2016.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: A perspectiva da Experiência**. Tradução: Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

\_\_\_\_\_. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina, Eduel: 2012.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.